

ESTUDOS FILOLÓGICOS DE DOCUMENTOS DOS SÉCULOS XVIII E XX

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto
Carolina Akie Ochiai Seixas Lima
organizadoras



Pantanal Editora

2021

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto
Carolina Akie Ochiai Seixas Lima
Organizadoras

ESTUDOS FILOLÓGICOS DE
DOCUMENTOS DOS SÉCULOS XVIII E XX

Esta obra teve o apoio financeiro do PPGEL-UFMT



Pantanal Editora

2021

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome	Instituição
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos	OAB/PB
Profa. Msc. Adriana Flávia Neu	Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois	UO (Cuba)
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior	IF SUDESTE MG
Profa. Msc. Aris Verdecia Peña	Facultad de Medicina (Cuba)
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia	ISCM (Cuba)
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva	UFESSPA
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo	UEA
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu	UNEMAT
Prof. Dr. Carlos Nick	UFV
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia	AJES
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos	UFGD
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva	UEMS
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos	IFPA
Prof. Msc. David Chacon Alvarez	UNICENTRO
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira	IFMT
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira	UFMG
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão	URCA
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves	ISEPAM-FAETEC
Prof. Me. Ernane Rosa Martins	IFG
Prof. Dr. Fábio Steiner	UEMS
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza	UFF
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez	(Colômbia)
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles	UNAM (Peru)
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira	IFRR
Prof. Msc. Javier Revilla Armesto	UCG (México)
Prof. Msc. João Camilo Sevilla	Mun. Rio de Janeiro
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales	UNMSM (Peru)
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski	UFMT
Prof. Msc. Lucas R. Oliveira	Mun. de Chap. do Sul
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela	IFPR
Prof. Dr. Leandris ArgenteL-Martínez	Tec-NM (México)
Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan	Consultório em Santa Maria
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann	UFJF
Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior	UEG
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos	FAQ
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla	UNAM (Peru)
Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira	SEDUC/PA
Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira	IFPA
Profa. Dra. Patricia Maurer	UNIPAMPA
Profa. Msc. Queila Pahim da Silva	IFB
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty	UO (Cuba)
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke	UFMS
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva	UFPI
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo	UEMA
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca	UFPI
Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira	FURG
Profa. Dra. Yilan Fung Boix	UO (Cuba)
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme	UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior

- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E82 Estudos filológicos de documentos dos séculos XVIII e XX [livro eletrônico] /
Organizadoras Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto, Carolina Akie
Ochiai Seixas Lima. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2021. 137p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-88319-80-2

DOI <https://doi.org/10.46420/9786588319802>

1. Filologia. 2. Linguística. I. Barreto, Josenilce Rodrigues de Oliveira. II.
Lima, Carolina Akie Ochiai Seixas. III. Título.

CDD 410

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

“Alimento é algo universal e geral. Algo que diz respeito a todos os seres humanos: amigos ou inimigos, gente de perto e de longe, da rua ou de casa, do céu e da terra. Mas a comida é algo que define um domínio e põe as coisas em foco. Assim, a comida é correspondente ao famoso e antigo de-comer, expressão equivalente a refeição, como de resto é a palavra comida. Por outro lado, comida se refere a algo costumeiro e sadio, alguma coisa que ajuda a estabelecer uma identidade, definindo, por isso mesmo, um grupo, classe ou pessoa” (DA MATTA¹).

É da natureza humana a necessidade de alimentar-se para manter-se vivo e em vida e, por isso mesmo, o alimento é sagrado e consagrado como algo “universal e geral”, indispensável para a nossa existência. É também da natureza humana o hábito de nos reunirmos, seja ao redor de uma mesa ou de uma fogueira, em “grupo ou classe”, para garantirmos a equidade no partilhamento da comida entre os nossos semelhantes. Entretanto, para chegarmos a esse momento, perpassamos pelo ritual, individual e ao mesmo tempo coletivo, de preparo da comida, que abrandará ou saciará por completo o nosso estado de fome.

Assim como livros dispostos nas estantes de uma biblioteca, um *menu* gastronômico oferece a oportunidade de, a partir da escolha que se faz, saciar a fome do ser humano, até então, em estado de insaciedade, seja de conhecimento ou de comida, ambos parte da nossa natureza, humana e física, necessitada de aprendizado, acolhimento e alimento, principalmente em tempos como estes, em que uma pandemia já cessou a vida de mais de meio milhão de brasileiros, dentre os quais estavam cozinheiros(as), escritores (as), professores(as), pesquisadores(as), estudantes de graduação e de pós-graduação etc., gente que cuidava do corpo e da alma daqueles que eram os seus afetos, hoje em constante estado de dor, fome e sofrimento, abrandados, talvez, pela empatia, pela arte, pelo conhecimento e pelo alimento.

Foi para aquelas, dentre muitas outras pessoas, hoje presentes ou não neste mundo, que programas de pós-graduação foram criados, ao longo dos anos, aqui no Brasil, com a finalidade de oferecer a grupos variados de pessoas a oportunidade de continuar a sua formação acadêmico-profissional. É nesse contexto que se insere o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, doravante PPGEL, da Universidade Federal de Mato Grosso, criado em 2003, e que tem oferecido, em seu *menu*, um verdadeiro banquete de disciplinas, que contemplam áreas dos Estudos Linguísticos e Literários, que caracterizam e particularizam o referido Programa como fomentador da formação continuada de profissionais de Letras e Linguística do Estado de Mato Grosso e de outros Estados da Federação.

Em 2015, o PPGEL ampliou a oferta dos seus cursos e passou a oferecer, além do Curso de Mestrado, o de Doutorado, ambos com disciplinas em comuns, como é o caso do Componente Curricular *Estudos Filológicos*, de 60 h/a, ofertado, desde a criação do PPGEL, para alunos(as/es) regulares, especiais e/ou ouvintes da área de Estudos Linguísticos. No primeiro semestre deste ano, em especial,

¹ DA MATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p. 22.

os trabalhos desenvolvidos pelas cursistas da referida disciplina, ministrada pela Profa. Dra. Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto, tiveram a sua finalidade ampliada: além de serem a atividade de avaliação final das estudantes (sim! Uma turma 100% feminina!), eles estão publicados neste, que é o primeiro resultado em forma de livro dos frutos, agora saboreados e advindos das discussões e dos artigos, produzidos na disciplina *Estudos Filológicos*.

Além dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da referida disciplina, também estão reunidos nesta obra dois textos, os de número 04 e 08, produzidos por estudantes de Iniciação Científica das Universidades Federais de Mato Grosso e do Oeste da Bahia, em parceria com as suas respectivas orientadoras, então co-autoras. Cabe ressaltar que ambos os textos são frutos de pesquisas em desenvolvimento nas respectivas universidades e em consonância com a área de atuação e pesquisa das organizadoras deste livro, o que coaduna com os nossos objetivos de a) incentivar as iniciantes à pesquisa a produzir artigos científicos para serem publicados, e b) oferecer ao público textos que contribuam para a divulgação e disseminação das pesquisas em Filologia no Brasil.

Assim, com o objetivo de reunir e, ao mesmo tempo, dar visibilidade às produções das estudantes, que tomaram como aporte teórico-metodológico a Filologia Textual e as suas ciências auxiliares (Codicologia, Paleografia, Diplomática e História), a partir das quais desenvolveram análises de documentos dos séculos XVIII e XX, produzidos em terras brasileiras ou estrangeiras, organizamos este livro, cuja estruturação é apresentada a seguir.

Na primeira parte, intitulada *Estudos filológicos de manuscritos do século XVIII*, estão listados quatro trabalhos, produzidos a partir de manuscritos mato-grossenses do século XVIII, e desenvolvidos por Camila Viais Leite; Arlene Bispo da Silva e Glaciene da Silva Nascimento; Thaisa Maria Gazziero Tomazi; e Carolina Akie Ochiai Seixas Lima e Bruna Corrêa Araújo, conforme descritos nos parágrafos seguintes.

No primeiro capítulo, intitulado *Estudo filológico do Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira-MT, século XVIII*, Camila Viais Leite apresenta as edições fac-similar e semidiplomática do Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira-MT, documento histórico, produzido no século XVIII, a partir do qual a autora nos convida à mesa da Filologia e de suas ciências auxiliares, as quais dão suporte às análises histórica, codicológica, diplomática e paleográfica do referido manuscrito.

No segundo capítulo, intitulado *Edição semidiplomática e estudo codicológico e paleográfico de um manuscrito do século XVIII da Capitania de Mato Grosso*, Arlene Bispo da Silva e Glaciene da Silva Nascimento, primeiro, nos apetezem com informações oriundas de uma correspondência oficial, escrita pelo então ouvidor e destinada ao rei, acerca das disputas de terras entre portugueses e indígenas no Mato Grosso colonial, a partir do qual as autoras tecem considerações sobre a Filologia e as suas ciências auxiliares para, em seguida, apresentarem a edição do documento e as análises codicológica, paleográfica e grafemática de palavras do texto, como pratos principais do trabalho.

No terceiro capítulo, intitulado *Os bens dos soldados falecidos no Mato Grosso colonial – uma análise filológica de uma carta manuscrita*, Thaisa Maria Gazziero Tomazi nos serve, como prato de entrada,

considerações sobre a Filologia, a Codicologia e as normas de edição adotadas para nos apresentar, como prato principal, as edições fac-similar e semidiplomática, as análises ortográfica e paleográfica, e os aspectos sócio-históricos de uma carta manuscrita no Mato Grosso colonial, cujo teor é os bens materiais deixados por dois soldados mortos em combate.

No quarto capítulo, intitulado *Regimentos dos Capitães do Mato: Análise de alguns aspectos filológicos*, Carolina Akie Ochiai Seixas Lima e Bruna Corrêa Araújo nos apresentam um *menu* que vai da contextualização histórica do documento à revisão da literatura, metodologia, resultados e discussão, a partir dos quais as autoras tratam da edição, do estudo dos nomes de pessoas, dos rios e lugares, bem como das variações grafemáticas constantes no *corpus* selecionado, que se caracteriza como o escolhido para compor o último texto, que finaliza a primeira parte deste livro, que trata de estudos filológicos a partir de manuscritos mato-grossenses do século XVIII.

Já na segunda parte deste livro, intitulada *Estudos filológicos de documentos do século XX*, são listados mais quatro trabalhos, produzidos a partir de documentos, manuscritos ou impressos, escritos em lugares e por pessoas variadas no século XX, e desenvolvidos por Natasha Mayumi Machado Takinami e Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto; Cíntia Holzmann e Sonia Regina Lourenço; Débora da Silveira Campos; e Carla Souza da Cruz, Stéffany Montielly Fontes Freire e Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto.

No primeiro capítulo desta segunda parte, intitulado *Leitura crítico-filológica-discursiva de uma página do jornal Diário da noite (SP) sobre a colônia japonesa*, Natasha Mayumi Machado Takinami e Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto desenvolvem um estudo crítico-filológico-discursivo, a partir de uma página do periódico *Diário da Noite*, de São Paulo, datada de 3 de agosto de 1946, na qual há a descrição de um episódio, “envolvendo brasileiros e japoneses em um momento de ódio, violência e perseguição aos imigrantes”. A partir disso, as autoras apresentam a Filologia e a Análise do Discurso de linha francesa, como aportes teóricos para as análises do contexto histórico e dos elementos linguístico-discursivos relacionados ao preconceito, presentes no *corpus*.

No capítulo seguinte, intitulado *Nas rotas da Panagra: Estudo filológico de uma carta de María Rosa Oliver a Vinícius de Moraes*, Cíntia Holzmann e Sonia Regina Lourenço nos oferecem, além da contextualização da escolha do *corpus*, a edição, as análises codicológica e paleográfica de uma correspondência pessoal, escrita por María Rosa Oliver e dirigida a Vinícius de Moraes, bem como informações sobre a vida da escritora e a sua relação com o referido escritor e compositor, e com o período compreendido pelas cartas produzidas por aquela, e que compõem o *corpus* do trabalho ora apresentado.

No terceiro capítulo da segunda parte, intitulado *A primeira Escola de Auxiliar de Enfermagem em Mato - Grosso: anúncios de jornais sob o olhar filológico*, Débora da Silveira Campos realiza o estudo, a partir da Filologia, de anúncios de jornais do século XX, que veicularam a notícia da criação da primeira Escola de Auxiliar de Enfermagem em Mato Grosso. Para isso, contudo, a autora apresenta o contexto histórico no qual a referida escola foi criada, e seleciona, como *corpus* de estudo, oito anúncios de jornais, a partir

dos quais sinaliza a relevância da edição fac-similar para a reprodução desse tipo de registro histórico e analisa as “abreviaturas, o sistema consonantal, o sistema vocálico e o uso de diacríticos”, presentes no *corpus*, também explorado “ideológica e linguisticamente”.

No último capítulo, intitulado *Entre a Filologia e o Direito: edição e estudo do Direito das Sucessões em dois documentos baianos do século XX*, Carla Souza da Cruz, Stéffany Montielly Fontes Freire e Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto nos apresentam, em um primeiro momento, o conteúdo, as normas e as edições fac-similar e semidiplomática de um fólio de cada um dos dois processos cíveis selecionados como *corpus* do trabalho para, em seguida, discorrerem sobre o Direito das Sucessões no Brasil e suas implicações nos assuntos legais tratados no *corpus* do trabalho.

Com isso, esperamos oferecer, com a publicação deste livro, um material de leitura e consulta para estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores da área, que buscam, a partir de livros como este, conhecer, saciar-se e deleitar-se nos estudos filológicos de documentos produzidos nos séculos XVIII e XX.

Desejamos que tenham uma ótima leitura e que, ao final desta, fiquem com aquele “gostinho de quero mais”!

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto

Carolina Akie Ochiai Seixas Lima

SUMÁRIO

Apresentação	4
Primeira parte: Estudos filológicos de manuscritos do século XVIII	12
Capítulo 1.....	13
Estudo filológico do Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira-MT, século XVIII	
<i>Camila Viais Leite</i>	
Considerações iniciais	13
A Filologia e as ciências auxiliares: análises do Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira	15
Contextualização histórica do documento	17
Edições fac-similar e semidiplomática: critérios adotados	19
Análise codicológica	24
Breve análise diplomática	25
Análise paleográfica	25
Considerações finais e agradecimentos	29
Referências	30
Capítulo 2.....	32
Edição semidiplomática e estudo codicológico e paleográfico de um manuscrito do século XVIII da Capitania de Mato Grosso	
<i>Arlene Bispo da Silva e Glaciene da Silva Nascimento</i>	
Introdução	32
Filologia e linguística: Conceitos e interações	33
Critérios e proposta de edição do “MS F-1” e “MS V-2”	34
Contexto histórico do manuscrito MS F-1 e MS V-2	39
Estudos paleográfico e codicológico	39
Análises codicológica e paleográfica do Manuscrito Ms F-1 e Ms V-2	40
Considerações Finais	43
Referências	43
Capítulo 3.....	45
Os bens dos soldados falecidos no Mato Grosso colonial – uma análise filológica de uma carta manuscrita	
<i>Thaísa Maria Gazziêro Tomazi</i>	
Introdução	45
Entre a filologia, a Codicologia e a Edição: estudo do <i>corpus</i>	46

Breves comentários codicológicos	47
As normas para a edição do <i>corpus</i>	48
Edições fac-similar e semidiplomática	49
Características ortográficas do documento	51
Breves comentários paleográficos	53
Aspectos sócio-históricos do <i>corpus</i>	56
Considerações finais	57
Referências	57
Capítulo 4.....	59
Regimento dos Capitães do Mato: Análise de alguns aspectos filológicos	
<i>Carolina Akie Ochiai Seixas Lima e Bruna Corrêa Araújo</i>	
Introdução	59
Contextualização histórica	60
Revisão de literatura	61
Metodologia	61
Resultados e discussão: autenticidade, datação e localidade	67
Nomes de pessoas	68
Nomes de rios e lugares	70
Variação grafemática	71
Considerações finais	72
Referências	73
Segunda parte: Estudos filológicos de documentos do século XX	75
Capítulo 5.....	76
Leitura crítico-filológica-discursiva de uma página do jornal <i>Diário da noite</i> (SP) sobre a colônia japonesa	
<i>Natasha Mayumi Machado Takinami e Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto</i>	
Introdução	76
Interfaces entre a filologia e a Análise do Discurso	77
Considerações interpretativas sobre o contexto histórico da publicação impressa do jornal <i>Diário da noite</i>	79
Edição fac-similar e análise do <i>corpus</i>	81
Elementos linguístico-discursivos relacionados à mentalidade de preconceito	81
Considerações finais	87
Referências	88

Capítulo 6.....	90
Nas rotas da Panagra: estudo filológico de uma carta de María Rosa Oliver a Vinícius de Moraes	
<i>Cíntia Holzmann e Sonia Regina Lourenço</i>	
Introdução	90
Proposta de análise filológica de uma carta de María Rosa Oliver	92
Dos critérios à edição semidiplomática do corpus	92
A materialidade do corpus: A análise codicológica	95
O recto da carta de 03 de setembro de 1946	97
O verso da carta de 03 de setembro de 1946	98
O punho de María Rosa Oliver: características paleográficas	98
Breve comentário sobre o <i>corpus</i>	104
“María Rosa” e “Vinicito”	104
A política, a cultura, os amigos	105
Considerações Finais	107
Referências	107
Capítulo 7.....	109
A primeira Escola de Auxiliar de Enfermagem em Mato - Grosso: anúncios de jornais sob o olhar filológico	
<i>Débora da Silveira Campos</i>	
Introdução	109
A Filologia	109
A contextualização da fonte e do objeto	110
Apresentação do <i>corpus</i> e da edição fac-similar	112
Análise do <i>corpus</i>	117
Abreviaturas	117
Sistema consonantal	117
Sistema vocálico	117
Diacríticos	117
Funções adjetiva e transcendente	118
Considerações finais	119
Referências	120
Capítulo 8.....	121
Entre a Filologia e o Direito: edição e estudo do Direito das Sucessões em dois documentos baianos do século XX	
<i>Carla Souza da Cruz, Stéffany Montielly Fontes Freire e Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto</i>	
Introdução	121

O CEDOC – Centro de Documentação e Pesquisa	122
A apresentação do <i>corpus</i>	123
Sobre a escolha dos tipos, das normas e da apresentação das edições	124
Sobre a escolha dos tipos de edição	124
Sobre as normas de edição	125
Sobre a apresentação das edições fac-similar e semidiplomática	126
O Direito das Sucessões no Brasil e suas implicações nos dois processos cíveis estudados	130
Considerações finais	132
Referências	132
Índice Remissivo	134
Sobre as Organizadoras.....	136

Primeira Parte

Estudos filológicos de manuscritos do século XVIII

Estudo filológico do Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira-MT, século XVIII

 10.46420/9786588319802cap1

Camila Viais Leite^{1*} 

“A Filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado.” (SPINA, 1977).

Considerações iniciais

À medida que uma ciência progride, são aprimorados e/ou ampliados seus campos de atuação, seu instrumental técnico, seu objeto, sua terminologia, afastando-se da subjetividade. Assim ocorreu com a Filologia, desenvolvida inicialmente como um sistema subjetivo de edição crítica, ganhando princípios científicos somente no século XIX (Spina, 1977), sendo considerada a partir disso, como “filologia moderna” ou “crítica textual moderna” (Spaggiari; Perugi, 2004). Ademais, como descrito:

Filología. Antigamente se designó así la ciencia que se ocupaba de fijar, restaurar y comentar los textos literarios, tratando de extraer de ellos las reglas del uso lingüístico. Modernamente, amplió su campo, convirtiéndose además en la ciencia que estudia el language, la literatura y todos los fenómenos de cultura de un pueblo o de un grupo de pueblos por medio de textos escritos. [...]². (Lázaro Carreter, 1990, grifo do autor).

Todavia, foi graças às contribuições daquela geração de filólogos alexandrinos e de tantas outras que preservaram os registros escritos para a posteridade, como também a memória de um povo responsável pela produção desses textos, que “Uma nova e ativa geração de pesquisadores brasileiros vem garimpando nosso passado linguístico em arquivos e bancos de dados, escavando o que *foi* para entender o que *é*.” (Castilho, 2007, grifos do autor).

Essas contribuições têm cada vez mais ampliado os métodos e as perspectivas de lidar com o objeto de estudo, que é o texto escrito, pois “[...] a Filologia não subsiste se não existe o texto [...]” (Spina, 1977) e “[...] o filólogo ainda hoje é o amigo da palavra, uma espécie de amante e intérprete de textos

¹ Mestranda em Estudos de Linguagem, PPGEL-UFMT, bolsista CAPES/DS, membro do Grupo de Pesquisa Folium: Estudos de Crítica Textual, orientanda da Profa. Dra. Carolina Akie Ochiai Seixas Lima. E-mail: camilaviiais@hotmail.com.

² Tradução minha: Filologia: Antigamente, designou-se na ciência que se ocupava de fixar, restaurar e comentar os textos literários, tratando de extrair destes as regras do uso linguístico. Atualmente, ampliou seu campo, tornando-se, além disso, na ciência que estuda a linguagem, a literatura e todos os fenômenos da cultura de um povo ou de um grupo de povos por meio de textos escritos.

[...]” (Martins, 2003), cuja função ainda hoje é realizar edições para preservar a história e a língua de um povo inscrito nos documentos.

Em vista disso, neste capítulo, foi realizado um estudo filológico do Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira³, manuscrito do século XVIII pertencente ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, cuja finalidade foi transcrever, editar e analisar o referido documento. Para isso, como metodologia, recorreu-se às Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos/Edição Semidiplomática, do projeto PHPB (Para a História do Português Brasileiro), para a edição semidiplomática, apresentada, de forma justalinear à edição fac-similar do *corpus*.

Para a análise do documento, foram selecionadas como suporte teórico as obras de pesquisadores das áreas de Filologia e Codicologia (Spina, 1977; Cambraia, 2005; Santiago-Almeida, 2011), da Diplomática (Bellotto, 2008), e da Paleografia (Berwanger; Leal, 2008), dentre outras obras que tratam do estudo codicológico, diplomático e paleográfico de manuscritos. Dessa forma, foi descrito o suporte material e feitas ponderações sobre o atual estado de conservação do documento, foi analisado brevemente o seu tipo e a sua estrutura formal e foram levantadas algumas características da sua escrita, respectivamente.

Além dessas ciências, partiu-se da História para contextualizar as informações que foram registradas no manuscrito, a fim de promover uma leitura prévia e mais fluente do texto, pois “O filólogo, antes de tudo (e arriscamos dizer que principalmente), é um leitor de textos. Um leitor atento, crítico e que precisa mobilizar recursos de diversas ordens, histórica, social e linguística, por exemplo, no ato de leitura dos documentos antigos” (Ximenes; Alves, 2019). Disto compreende-se o porquê do caráter inter e transdisciplinar da Filologia, sinônimo de erudição (Spina, 1977).

Assim, este capítulo foi subdividido em quatro partes. A primeira foi composta pela explicação teórica sobre a Filologia e as suas ciências auxiliares, a fim de respaldar-se na teoria para, a partir disso, poder analisar o documento. A segunda parte foi composta pela contextualização histórica do documento, a fim de obter-se uma compreensão do cenário histórico no qual o manuscrito foi escrito. A terceira parte foi composta pela apresentação dos critérios adotados e das edições fac-similar e semidiplomática, a fim de preparar o texto manuscrito para a sua publicação. A quarta parte foi composta pela análise do documento, fundamentada nas ciências auxiliares da Filologia, especificamente a Codicologia, a Diplomática (com uma breve análise) e a Paleografia, a fim de realizar-se o estudo filológico. Por fim, a quinta parte foi composta pelas considerações finais, com uma síntese dos dados

³ A escolha deste documento histórico justifica-se por fazer parte do *corpus* de pesquisa da autora deste capítulo e também por ter sido uma proposta de trabalho final para a disciplina *Estudos Filológicos*, ministrada pela Profa. Dra. Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto, no Programa de Pós Graduação de em Estudos de Linguagem (PPGEL), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

obtidos sobre as características do documento analisado, e pelos agradecimentos, seguidas das referências que embasaram este trabalho.

A Filologia e as ciências auxiliares: análises do Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira

Não tem sido fácil determinar com precisão o âmbito da Filologia, cujos objetivos têm variado conforme as épocas em que se praticou a atividade filológica, conforme os autores que a exerceram e até os lugares em que ela floresceu. Se fizermos abstração desses fatores, podemos dizer que, embora complexíssimo, o labor filológico tem seu campo específico e tanto quanto possível bem determinado. Visto que a Filologia não subsiste se não existe o texto (pois é o texto a razão de ser), partamos dele para, de uma forma abrangente, configurar o seu campo. (Spina, 1977).

Da antiguidade à contemporaneidade, múltiplas são as formas do “fazer” filológico, pois não há um consenso entre os estudiosos da área sobre a definição do termo “Filologia“. O consenso existente é o de que o termo continua a ser empregado de modo polissêmico e que suas origens remontam ao período helenístico, com os filólogos alexandrinos. Estes, “[...] têm que ser citados como iniciadores da crítica textual, mesmo se o seu método de trabalho, no que diz respeito à reconstituição do texto, fosse ainda muito rudimentar [...]” (Spaggiari; Perugi, 2004). Logo, é a edição crítica de textos a mais antiga das formas de fazer Filologia - da concepção clássica - de Filologia como Crítica Textual.

Vê-se, portanto, que a crítica textual é um campo do conhecimento com nítida afinidade à filologia (ambas têm o texto como objeto de estudo), embora o objetivo daquela (restituir a forma genuína de um texto) seja mais restrito do que esta (explorar um texto de forma global) (Cabraia, 2012).

De acordo com Cabraia (2005, grifos do autor), apesar da polissemia do termo, há uma tendência de associá-lo ao “*estudo global de um texto*, ou seja, a exploração exaustiva e conjunta dos mais variados aspectos de um texto: linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico, etc”.

Decorre dessa concepção que não há teoria e método específicos para o exercício da filologia, já que, para cada aspecto a ser explorado (linguístico, literário, crítico textual etc.), se devem eger teorias e métodos que lhe sejam pertinentes (por exemplo, teoria funcionalista para o estudo linguístico, teoria estruturalista para o estudo literário, teoria lachmanniana para o estudo crítico-textual etc.) - dessa forma, o que caracteriza propriamente o exercício da filologia é o fato de um pesquisador ocupar-se de um mesmo texto da forma mais ampla possível, articulando diferentes aspectos em prol de uma compreensão mais ampla e profunda do seu significado (Cabraia, 2012).

Assim também, na concepção de Santiago-Almeida (2011, grifos do autor), existe essa filologia no sentido mais amplo - *lato sensu* - que “[...] se dedica ao estudo da língua em toda a sua plenitude - linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico etc. - no tempo e no espaço, tendo como objeto o texto escrito, literário e não literário [...]”, e no sentido mais estreito – *stricto sensu* - que “[...] se concentra no texto escrito, primordialmente literário, para estabelecê-lo, fixá-lo, restituindo-lhe à sua genuinidade, e prepará-lo para publicação. [...] É aqui também que se configura o conceito de *crítica textual, edótica* ou *edótica*.”

Ao passo que se fala em filologia, fala-se em crítica textual e edótica porque desde o princípio suas funções estão associadas em prol da edição e preservação dos registros escritos de um povo. Essas três formas ou perspectivas de atuação do filólogo/crítico textual têm em comum o objeto de estudo, que é o texto escrito, mas com objetivos, *corpus*, metodologias e procedimentos diferentes, ou seja, atuam sob prismas distintos para com o texto. Em razão disso, se fala em Filologia/ Crítica Textual/ Edótica para determinar e diferenciar o seu foco de atuação e o seu tratamento para com o texto, quer dizer, o que de fato distinguirá uma da outra será o “olhar” para o texto, uma vez que “Toda a análise se desenvolve a partir da singularidade do material, é o objeto que dita o comportamento a ser adotado pelo pesquisador: se antigo ou moderno, de testemunho único ou múltiplo, inédito ou édito” (Carvalho, 2003).

Assim, por exemplo, a Filologia Textual equivale à filologia mais ampla e tem como *corpus* de estudo os documentos monotestemunhais. Enquanto a Crítica textual equivale à filologia com objetivo mais restrito e tem como *corpus* de estudo os documentos politestemunhais, tanto literários quanto não-literários. A Edótica, por sua vez, tem por finalidade realizar a divulgação do texto ao público, através de procedimentos técnicos que serão distintos para a filologia textual e para a crítica textual, conforme os tipos de edição. No entanto, “[...] essa filologia não difere, em sua essência, daquela que se fazia anteriormente, ou seja, enquanto disciplina do saber, continua estudando a língua e a literatura” (Carvalho, 2003).

Portanto, a filologia depende, acima de tudo, do objeto de estudo, ou seja, do que o texto reclamará para, assim, o filólogo, ou editor, ou crítico textual, escolher, determinar e adequar suas intenções às concepções filológicas, sejam das mais antigas, sejam das mais contemporâneas, como, por exemplo, a visão sociocognitiva e interacional da “Filologia Textual” (Alves, 2016), que vai além da materialidade do texto, o que faz retornarmos à orientação de Spina (1977) expressa nas linhas finais da epígrafe, desta primeira seção, e nas três funções da atividade filológica, que evidenciam o seu caráter interdisciplinar. Desta forma, como todas (ou quase todas) as ciências modernas percorrem por vários campos do conhecimento, assim também é caracterizada a filologia.

Nesse sentido, conforme Cambraia (2005), existem algumas áreas em especial que têm impacto direto sobre a atividade do filólogo/crítico textual a saber: a Codicologia, a Diplomática, a Paleografia, dentre outras. Visto que o intuito deste capítulo foi apoiar-se nessas ciências para analisar o documento mencionado, segue explicação sintética de suas funções para este estudo filológico.

A Codicologia refere-se ao aspecto material do documento, sendo através dela possível identificar os elementos codicológicos, como: a presença de carimbos, filigranas, encadernação, os recursos de organização do texto, a quantidade de punho, o tipo e a cor do papel, o tipo de tinta, do instrumento de escrita e as condições nas quais se encontram o documento. Portanto, “[...] é atinente exclusivamente ao conhecimento do material empregado na produção do manuscrito (*Scriptoria*) e das condições materiais

em que esse trabalho se verificou [...]” (Spina, 1977), embora já tenha pertencido ao campo da Paleografia e da Diplomática (Spina, 1977).

A Diplomática refere-se à estrutura textual do documento, sendo possível reconhecer a sua configuração e a sua tipologia por meio dos elementos característicos que constituem o texto. Portanto, “[...] por definição, ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial [...]” (Bellotto, 2008), embora já tenha sido relacionada à Paleografia, em outros tempos, para conferir a autenticidade do documento (Bellotto, 2008).

A Paleografia refere-se aos caracteres gráficos do texto, sendo possível decifrar e descrever as características da escrita de determinado documento, para que o editor possa aproximar e estabelecer a forma genuína deste. Portanto, “[...] compreende-se o estudo da escrita antiga, conforme a etimologia grega da palavra: paleos (antiga) + graphein (escrita). [...]” (Berwanger; Leal, 2008), embora já tenha sido confundida com a Diplomática, em outros tempos, já que nasceram juntas (Berwanger; Leal, 2008).

Contextualização histórica do documento

A História é, sem dúvida, a disciplina que maiores pontos de contacto apresenta com a Filologia, pois o objeto e o método de ambas são os mesmos: o texto e o método crítico. Estremar as duas disciplinas não seria de todo ocioso, visto que não só os historiadores, mas os próprios filólogos laboram em confusão quando falam nos serviços prestados à História pela Filologia e vice-versa. (Spina, 1977).

O documento selecionado para a edição apresentada neste capítulo é um Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira, acerca do lançamento da pedra fundamental, registrado em 20 de junho de 1776, com a presença e assinatura do 4º Governador da Capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres; do engenheiro genovês, responsável pelas primícias dessa construção, Domingos Sambucete; do primeiro comandante daquela fortaleza, o Capitão de Dragões da Capitania de Goiás, José de Mello da Silva e Vilhena; dentre outros mencionados no último fólio do documento, nas linhas 8, 9, 10, 11 e 12, incluindo a identificação do escrivão nas linhas 15 e 16, além de outras duas assinaturas finais, nas linhas 25 e 26.

Composto por 2 fólhos, que se encontram disponíveis para acesso no site da Superintendência de Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (SAP-MT) com identificação discriminada na Figura 1.

Área de identificação	
Código de referência	BR MTAPMT RFP-AU-0002
Título	AUTO de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira, assinado pelo Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.
Data(s)	• 1776, Junho, 20 (Produção)
Nível de descrição	Dossiê / Processo
Dimensão e suporte	02 folhas
Área de contextualização	
Nome do produtor	Real Forte Príncipe da Beira
Entidade custodiadora	Superintendência de Arquivo Público
Área de condições de acesso e uso	
Características físicas e requisitos técnicos	Documento parcialmente dilacerado, manusear com cuidado
Pontos de acesso	
Pontos de acesso de assunto	<ul style="list-style-type: none"> • Rio • Militar • Obra pública • Forte Militar • Tropa Militar • Pedra • Construção
Pontos de acesso local	• Forte Príncipe da Beira
Área de controle da descrição	
Nota do arquivista	Referência Anterior: 60 Fundo: Governadoria Lata: 1776 A

Figura 1. Ficha catalográfica. Fonte: Superintendência de Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

O Real Forte Príncipe da Beira (RFPB) é um Patrimônio Cultural Brasileiro, tombado em 1950, pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Está localizado no atual município de Costa Marques (Rondônia), margem direita do rio Guaporé, frente ao território boliviano. Possui um formato quadrangular, feito de rochas avermelhadas, pela mão de obra de vários trabalhadores – escravizados, índios, negros, militares e portugueses – com estruturas da moderna engenharia militar do século XVIII, as quais serviram como residências, alojamentos, capela, hospital, armazéns de víveres e petrechos para abrigá-los.

O RFPB constitui uma memória do triunfo da coroa portuguesa no Centro-Oeste da Capitania de Mato Grosso, pois “[...] serviu como mais um ponto de fixação da fronteira [...]” (Siqueira, 2017), no processo de colonização das terras mato-grossenses, que foram incorporadas ao território da América Portuguesa pelo movimento dos bandeirantes e pelo avanço lusitano para o Oeste, com a descoberta de ouro no século XVIII e, conseqüentemente, com as demarcações pelos Tratados de Madrid (1750) e Santo Idelfonso (1777), uma vez que “Tordesilhas já fora rompido” (Siqueira, 2017).

A construção foi motivada no período Albuquerqueano (1772-1789) que, dentre as estratégias de ocupação no Mato Grosso, foi responsável, assim como os governantes anteriores, pela guarnição das zonas limítrofes do Brasil setecentista, especialmente às margens do rio Guaporé, onde as fronteiras espanholas e portuguesas terminaram por se encostar (Siqueira, 2017). Em vista disso, já haviam destacamentos de missões anteriores, como a Guarda de Santa Rosa de Mojo ou Santa Rosa Velha (1743), a qual se tornou Forte de Nossa Senhora da Conceição (1760), e depois Forte de Bragança (1769), sendo substituído pelo Forte Príncipe da Beira (1775), devido aos estragos causados pelas chuvas e cheias do Guaporé.

Assim, o RFPB “[...] foi criado com o propósito de evitar o contrabando do ouro, assegurar a vigilância dos rios que davam passagens para a Capitania de Mato Grosso, assim como, de intimidar as invasões por espanhóis naquela fronteira [...]” (Barroso, 2015). Desse modo, “[...] daria continuidade ao papel desempenhado pelo Forte de Bragança, que era o de assegurar a navegação do rio Guaporé com o Estado do Grão-Pará e Maranhão [...]” (Chaves, 2011). Logo, “[...] deveria servir de sustentáculo ao domínio português, naquele rio, perante as arremetidas do vizinho Vice-Reinado do Peru, ao mesmo tempo permitindo ao governo de Mato Grosso prestar atenção ao rio Paraguai [...]” (Nunes, 1985).

Por fim, foi observado, neste Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira, uma inscrição em latim, com menção a D. José I (rei de Portugal), o qual ordenou o levantamento desse forte, entre as estratégias da política pombalina de ocupação no Mato Grosso, em que assumiu destaque Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (Siqueira, 2017). Além disso, da linha 21 do fólio 1r até a linha 5 do fólio 2v, foi registrada a consagração dos baluartes do RFPB com nomes de santos e de Nossa Senhora, pois fazia parte da tradição católica portuguesa essa forma de homenagem (Costa; Cintra, 2016).

Edições fac-similar e semidiplomática: critérios adotados

A escolha de um dos tipos fundamentais de edição para ser aplicado a um texto exige especial reflexão do crítico textual, pois cada tipo tem características muito próprias e distintas. Por isso, dois aspectos, em especial, devem ser necessariamente observados: o público-alvo almejado e a existência de edições anteriores. (Cabraia, 2005)

Desde o surgimento da Filologia, enquanto Crítica Textual, o objetivo principal do trabalho filológico é a edição de texto, em que “[...] editar significa realizar um conjunto complexo de operações das quais fazem parte não apenas a transcrição mas também a proposição de conjecturas, a seleção de variantes (em uma ed. crítica), a apresentação do texto, etc. [...]”. (Cabraia, 2005).

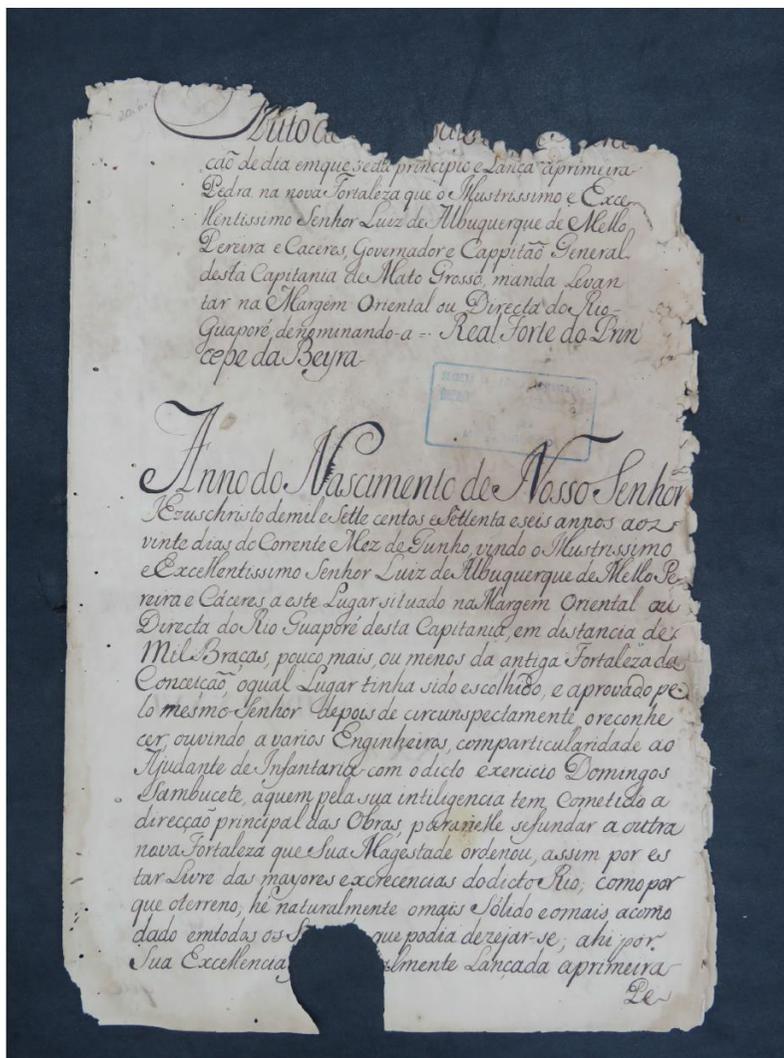
Em vista disso, dentre os tipos de edição apontados por Cabraia (2005) e por considerar que a escolha depende da “reflexão do crítico textual”, ou seja, do próprio editor, optou-se, para este trabalho, por dois tipos de edição: a fac-similar e a semidiplomática. Esta por permitir uma intervenção mediana, por parte do editor, para facilitar a leitura do texto a um público mais amplo, e aquela, por reproduzir a imagem do testemunho, possibilitando ao leitor a comparação entre as características originais do

documento e as intervenções. Em decorrência disso, entendeu-se estar salvaguardando o conteúdo e a grafia do referido documento, bem como a história, cultura e língua de um povo para a posteridade. Além de oferecer aos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento o acesso àquela fonte, que pode suscitar outros trabalhos, portanto, mais contribuições científicas acerca daquele documento.

Os critérios adotados para a transcrição do documento seguem as normas do projeto PHPB, das quais foram aplicadas e adaptadas as seguintes:

1. A transcrição foi conservadora.
2. As abreviaturas foram desenvolvidas e sinalizadas em itálico.
3. Não foi estabelecida fronteira de palavras que vieram escritas juntas, nem se introduziu hífen ou apóstrofo onde não houvesse.
4. A pontuação original foi mantida.
5. A acentuação original foi mantida.
6. Foi respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não foi considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra propiciou a melhor solução.
7. Intervenções de terceiros no documento original aparecem em nota de rodapé, informando-se a localização.
8. Intervenções do editor foram raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem à dúvida, e vieram entre colchetes. Enquanto as dúvidas sobre a decifração de letras, parte de ou vocábulo inteiro, vieram entre colchetes e em itálico.
9. Letra ou palavra(s) não legíveis por deterioração ou rasura justificaram intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [.] para letras, [*ilegível*] para vocábulos e [*ilegível* + n linhas] para a extensão de trechos maiores.
10. Letra ou palavra (s) simplesmente não decifradas, sem deterioração do suporte justificaram intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [?] para letras, [*int.*] para vocábulos e [*int.* + n linhas] para a extensão de trechos maiores.
11. Foi conservada a divisão de linhas do documento original sem o uso da barra vertical.
12. A mudança de fôlio no documento manuscrito recebeu a marcação entre colchetes.
13. As linhas foram numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. A contagem foi feita por fôlio.

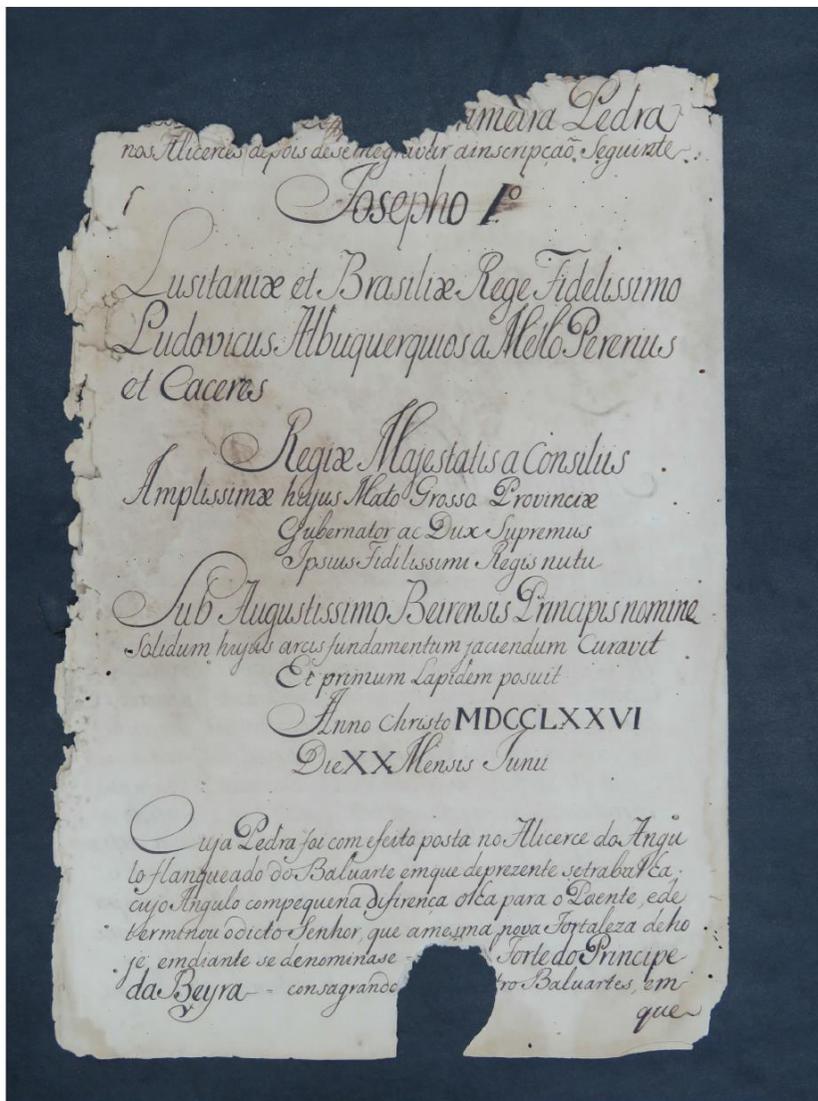
Feita a devida apresentação dos critérios adotados para a edição semidiplomática, apresenta-se, a seguir, as edições fac-similar e semidiplomática justalinear do documento.



Nota 1: À esquerda do título, na margem superior, encontra-se escrito por outro punho a inscrição: '20. 6. 76'.

Nota 2: Na margem centro-direita superior encontra-se um carimbo pertencente ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

- Auto de [ilegível]
 caõ de dia emque se da principio e Lança a primeira
 Pedra na nova Fortaleza que o Ilustrissimo e Exce-
 lentissimo Senhor Luiz de Albuquerque de Mello
 05 Pereira e Cáceres, Governador e Cappitão General
 desta Capitania de Mato Grosso, manda Levan-
 tar na Margem Oriental ou Directa do Rio-
 Guaporé denominando-a = Real Forte do Prin-
 cepe da Beyra
- 10 Anno do Nascimento de Nosso Senhor
 IEzus christo de mil e Sette centos eSetenta e seis annos aos
 vinte dias do Corrente Mez de Junho, vindo o Illustrissimo
 eExcellentissimo Senhor Luiz de Albuquerque de Mello Pe-
 reira e Cáceres a este Lugar situado na Margem Oriental ou
 15 Directa do Rio Guaporé desta Capitania, em distancia de
 Mil Braças, pouco mais, ou menos da antiga Fortaleza da
 Conceição, o qual Lugar tinha sido escolhido, e aprovado pe-
 lo mesmo Senhor depois de circunspectamente, o reconhe-
 cer, ouvindo a varios Engenheiros, comparticularidade ao
 20 Ajudante de Infantaria com o dicto exercicio Domingos
 Sambucete, a quem pela sua intelligencia tem Cometido a
 direcção principal das Obras, para nelle sefundar a outra
 nova Fortaleza que Sua Magestade ordenou, assim por es-
 tar Livre das mayores excrecencias do dicto Rio; como por
 25 que o terreno, hé naturalmente o mais Sólido e o mais acom-
 dado em todos os [entidos] que podia dezejar-se; ahi por
 Sua Excellencia [foi pessoa] mente Lançada a primeira



[ilegível] [a pr]imeira Pedra

nos Alicerces depois de selhe gravar a inscripção seguinte

e

Iosepho *Primeiro*

Lusitanae et Brasiliae Rege Fidelissimo

05 Ludovicus Albuquerque a Mello Pererius
et Caceres

Regiae Majestatis a Consiliis

Amplissimae hujus Mato Grosso Provinciae

Gubernator ac Dux Supremus

10 Ipsius Fidelissimi Regis nutu

Sub Augustissimo Beirensis Principis nomine

Solidum hujus arcis fundamentum jaciendum Curavit

Et primum Lapidem posuit

Anno christo 1776

15 Die 20 Mensis Iunu

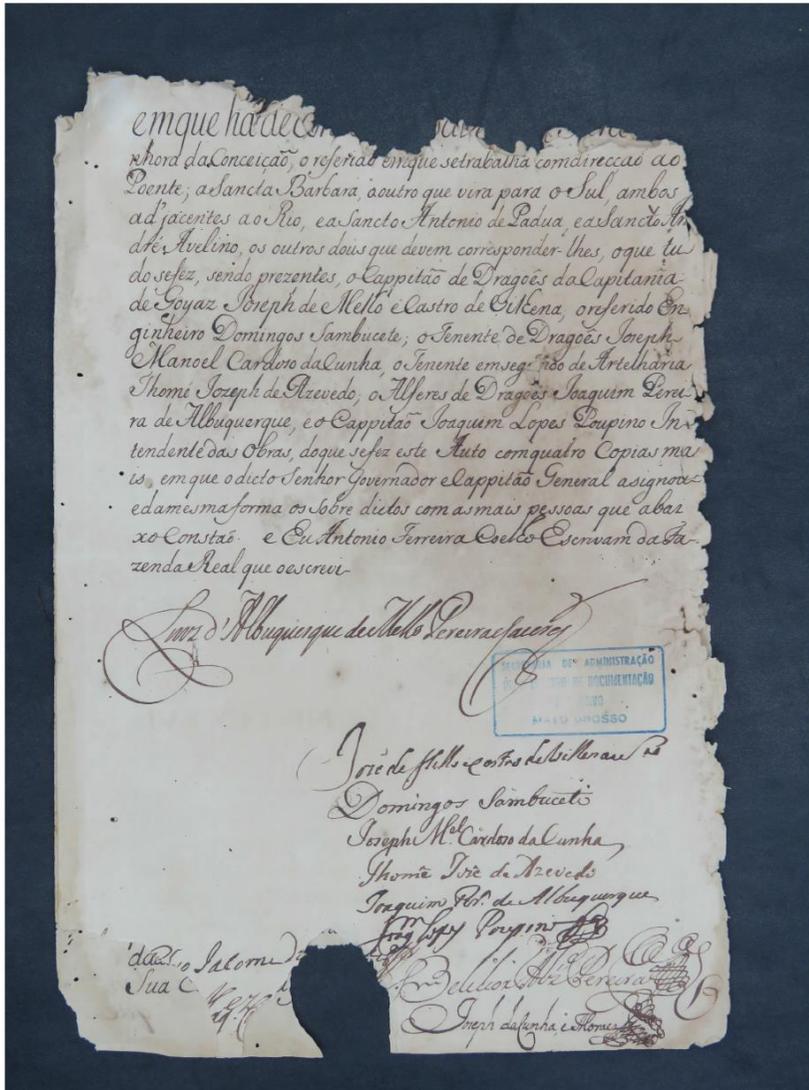
Cuya Pedra foi com efeito posta no Alicerce do Angulo
flanqueado do Baluarte em que de presente se
trabalha

cujo Angulo com pequena diferenca olha para o Poente,
e de

terminou o dicto Senhor, que a mesma nova
Fortaleza deho

20 je em diante se denominase [Real] Forte do Principe
da Beyra = consagrando [-se os quat]ro Baluartes, em

que



em que ha de [consistir; a saber: Nossa Se]
 nhora da Conceição, oreferias emque se trabalha com direcção ao
 Poente; a Sancta Barbara, o outro que vira para o Sul, ambos
 ad'jacentes ao Rio, ea Sancto Antonio de Padua , e a Sancto An
 05 dré Avelino, os outros dous que devem correponder-lhes, oque tu
 do sefez, sendo presentes , oCappitão de Dragoês daCapitania
 de Goyaz Ioseph de Mello eCastro de Vilhena; o referido En
 ginheiro Domingos Sambucete; o Tenente de Dragoês Ioseph
 Manoel Cardoso daCunha, o Tenente emseg[un]do de Artelharia
 Thomé Ioseph de Azevedo; o Alferes de Dragoês Ioaquim Perei
 10 ra de Albuquerque, e oCappitão Ioaquim Lopes Poupino In
 tendente das Obras, do que sefez este Auto com quatro Copias ma
 is em que o dicto Senhor Governador eCappitão General assignou
 E damesmaforma os sobre dictos com as mais pessoas que abai
 15 xoConstão [espaço] e EuAntonio FerreiraCoelhoEscrivam daFa
 zenda Real que o escrevi

Luiz d'Albuquerque deMello PereiraeCaceres

Iozé deMello eCastro deVilhena [?]
 Domingos Sambucete
 Ioseph Manuel Cardoso daCunha
 20 Thomê Iozê de Azevedo
 Ioaquim Pereira deAlbuquerque
 JoaquimLopes Poupino
 [ilegível] [Iacome d] [ilegível] + 3 linhas
 25 Sua [ilegível] [Mez] [Beliliox] AlvarezPereira
 [ilegível] Ioseph daCunha, eMoraes

Nota 3: Na margem centro-direita inferior encontra-se um carimbo pertencente ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

Análise codicológica

O manuscrito, de único punho, iniciado no verso, encontra-se em estado avançado de degradação somente nas margens. Observa-se que na ficha catalográfica do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, o documento é caracterizado como “parcialmente dilacerado”, pois está carcomido das margens até partes do texto escrito, o que pode ser notado nas margens superiores e inferiores, e nas laterais dos dois fólhos, o que se justifica pela própria ação do tempo, a partir da qual evidencia-se uma mudança na cor original do papel em contraste com as manchas amarronzadas, e pela atuação dos agentes biológicos, os papirógrafos, que criaram orifícios no papel.

Por conta do estado de deterioração do papel, recomenda-se manuseá-lo “com cuidado”, como pede o Arquivo, para evitar mais danos ao suporte material. Vale destacar que o manuseio adequado é um dos princípios básicos para evitar maior degradação, seguido dos métodos de preservação, conservação e restauração. Estes procedimentos devem ser realizados por profissionais capacitados, enquanto que a ação cautelosa do manuseio deva ser realizada por todos os indivíduos ao se depararem com documentos antigos, em bom ou mal estado de conservação. Logo, quanto mais degradado estiver o documento maior deverá ser a atenção e o cuidado.

Além disso, um documento corroído pode impossibilitar uma leitura completa, havendo perdas de informações, como foi constatado em algumas partes do documento, o que demandou a inserção da expressão “[ilegível]” para vocábulos, de acordo com os critérios de edição. Nesses casos, o editor não tem mais o que reconstituir, pois o que se vê foi deteriorado. No entanto, foi possível encontrar em Nunes (1985) - o qual retrata a história do Real Forte Príncipe da Beira - partes do registro desse Auto de Fundação e, assim, foi justificável e permissível a reconstituição de vocábulos e trechos das linhas 26 e 27, do fólho 1r; das linhas 1, 20, 21 e 23 do fólho 1v; e das linhas 1 e 9 do fólho 2r.

Outro fator que pode comprometer a compreensão do texto é o tipo de tinta, a qual pode ocasionar manchas, que podem atravessar de um fólho a outro, por exemplo, ou pode esmaecer no decorrer do tempo. A que se faz presente no documento analisado tem um aspecto mais amarronzado e não provocou borrões, com exceção de um leve borrão na linha 3 do fólho 1v. No mais, o que podem ser vistos são os respingos da tinta, sobretudo nas margens dos fólhos, e em alguns traçados com mais derramamento de tinta do que outros.

Além disso, há presença de “reclamo”⁴ ou “reclame”⁵, o qual indica a sequência ou forma de organização dos fólhos, compostos por⁶ uma palavra sem fronteira “aprimeira” (linha 27 do fólho 1v) e a sílaba “Pe” (linha 28 do fólho 1v), e por duas palavras “em” (linha 21 do fólho 1r) e “que” (linha 22 do

⁴ Conforme Cambraia (2005), “O reclamo consistia na parte de uma palavra, em uma palavra inteira ou ainda em um grupo de palavras que se colocava, fora da mancha, à direita da margem de pé da página, repetindo o que devia estar no início da coluna, página ou caderno que se seguiria.”

⁵ Para Dias (2018), “O reclame era justamente aquela letra ou pedacinho de palavra, ou mesmo uma palavra inteira, que era colocada no fim da página e se repetia no começo da página seguinte.”

⁶ Classificação proposta por Dias (2018) de tipos ou categorias de reclame.

fólio 1r); e há presença de dois carimbos molhados identificados e localizados em nota de rodapé, conforme os critérios de edição.

Breve análise diplomática

A tipologia documental do manuscrito em questão, como o próprio título indica, é um “Auto”. Nesse sentido, também, na ficha catalográfica do Arquivo Público, observa-se que se trata de um “Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira“. Portanto, auto é um

documento diplomático testemunhal de assentamento, horizontal. Relato pormenorizado de um acontecimento com a finalidade, em geral, de conduzir um processo a uma decisão (*auto de abertura de testamento, auto de partilha*), ou um infrator a uma sanção (*auto de infração, auto de flagrante, auto de corpo de delito*). Protocolo inicial: timbre do órgão que realiza o auto. Título que designa o tipo de auto. Designação de data cronológica e local (que também pode não constar no protocolo inicial e sim no final). Texto: nomes da(s) pessoa(s) autuada(s), motivo da autuação, penalidade se for o caso. Protocolo final: datas tópica e cronológica (se não tiver sido designada antes). Assinatura da autoridade e designação de seu cargo. (Obs.: Usa-se a palavra *autos* como sinônimo de processo, isto é, como o conjunto de todos os documentos de diferentes espécies que compõem um processo administrativo ou judicial) (Bellotto, 2008, grifos da autora).

A partir disso, pode-se identificar os elementos que caracterizam essa tipologia documental, como o “protocolo inicial”, o qual se refere ao primeiro parágrafo do fólio 1r, contendo a data tópica; o “texto” que compreende o segundo parágrafo do fólio 1r, contendo a data cronológica, até o último parágrafo do fólio 1v, em continuidade do fólio 2r; e o protocolo final contendo as assinaturas.

Análise paleográfica

Pode-se observar que o manuscrito em análise tem uma escrita humanística cursiva e tipos caligráficos regulares, simples e de fácil compreensão, o que reflete o cuidado, a habilidade, o estilo e a clareza do escriba ao traçar as letras, com inclinação à direita e respeito às margens. Mesmo nas ligaduras entre algumas palavras, que demonstram mais rapidez do punho ao manusear o instrumento de escrita, o *ductus* é bem nítido, como no exemplo a seguir:

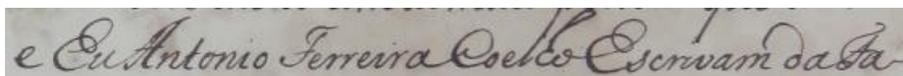


Figura 2. Exemplo de ligaduras entre as palavras: “EuAntonio”, “FerreiraCoelhoEscrivam” e “daFa” (fólio 2v, linha 15). Fonte: Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira.

São nessas linhas finais do texto que o escriba se identifica e assina como Antonio Ferreira Coelho, escrivão da Fazenda Real, ou seja, da Provedoria da Fazenda Real da Capitania de Mato Grosso, de Vila Bela da Santíssima Trindade – até então capital e sede administrativa de Mato Grosso, no período colonial. Logo, pertencente a um órgão, “[...] com a finalidade de melhorar a fiscalização da arrecadação dos direitos reais e regular a administração fazendária em terras brasileiras[...].” (CAMARGO, 2013, *online*).

Assim sendo, tratava-se do responsável pela produção dos registros de fundação de fortificações e povoamentos, por exemplo. Depreende-se, com isso, o porquê das mãos hábeis e diligentes.

Nesse sentido, de escrita produzida com esmero e mais aprimorada, é que foi traçada cada consoante e vogal, cada maiúscula e minúscula, com ou sem hastes, com ou sem caudas, com ou sem delineios, de diferentes tipos e tamanhos, com traços finos e grossos, com arabescos, com formas reduzidas e com variantes. Posto isso, seguem alguns exemplos, dentre tantos outros, que podem ser observados em cada fólio do documento.

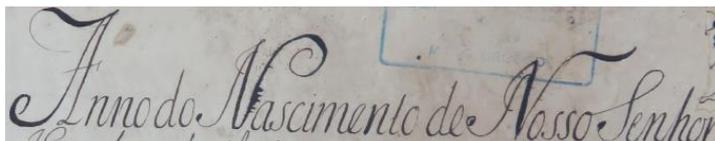


Figura 3. Letras com hastes e delineios, sem cauda, sendo a letra <N>, maiúscula, traçada com hastes e delineios diferentes, se comparadas. (fólio 1v, linha 10). Fonte: Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira.

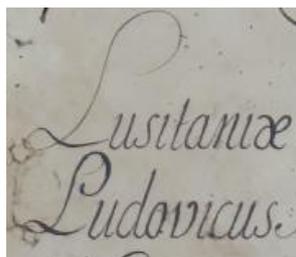


Figura 4. Exemplo de letra maiúscula <L> com tamanhos diferentes (fólio 1r, linha 4-5). Fonte: Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira.

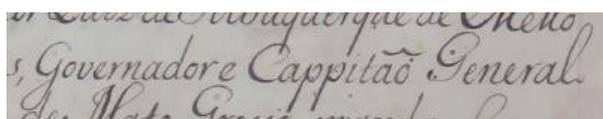


Figura 5. Exemplo de letras com cauda <G> e <p> que chegam a ultrapassar a linha inferior, encostando na letra da linha seguinte (fólio 1v, linha 5). O mesmo acontece com as letras com haste <G> que encosta na linha superior e o <l> final que ultrapassa a linha superior. Fonte: Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira.

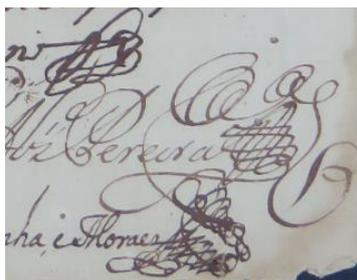
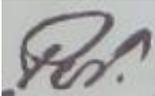
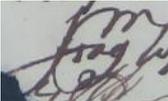
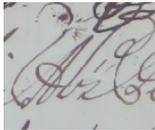


Figura 6. Exemplo de arabescos ao final das assinaturas (fólio 2v, linhas 23, 25 e 26). Fonte: Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira.

Outro elemento paleográfico encontrado no documento são as abreviaturas, identificadas a partir de Flexor (2008), organizadas no quadro, a seguir, por ordem de aparecimento no documento. Vale destacar que o quadro foi dividido em 4 colunas, organizadas da seguinte maneira: na primeira há o recorte da imagem (o fac-símile), na segunda a transcrição conservadora da respectiva abreviatura, na terceira o seu desdobramento, com as letras omitidas marcadas em itálico, e na quarta e última coluna a indicação do fólio e da linha, onde se encontra a abreviatura no manuscrito em questão.

Tabela 1. Abreviaturas do Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira. Fonte: Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira.

Fac-símile	Transcrição	Desdobramento	Fólio/Linha
	1º	<i>Primeiro</i>	1r/3
	MDCCLXXVI	1776	1r /14
	XX	20	1r /15
	M. ^{el}	<i>Manuel</i>	2v/20
	Per. ^a	<i>Pereira</i>	2v/22
	Joaq. ^m	<i>Joaquim</i>	2v/23
	Alz	<i>Alvarez</i>	2v/25

Partindo da classificação de Flexor (2008), pode-se dizer que as três primeiras abreviaturas, presentes na tabela, fazem parte do que a autora intitulou como “outras abreviaturas e sinais”, sendo que a primeira se refere aos “ordinais”, indicando, no texto, a ordem de sucessão do reinado “Ioseph I” (D. José I), e as outras duas abreviaturas referem-se aos “algarismos romanos”, indicando, no texto, o ano e o dia da fundação do RFPB. O restante das abreviaturas é considerado como “abreviaturas propriamente ditas”, “com letras sobrescritas”, ou seja, com a sobreposição da(s) última(s) letra (s) da palavra, que neste caso são nomes próprios, assinados ao final do documento, com exceção da última abreviatura que é “por contração ou síncope”, pois “[...] faltam letras do meio do vocábulo [...]” (Flexor, 2008).

Por fim, vale apontar que a variante mais enigmática, num primeiro momento de decifração, foi a do grafema <h> que se assemelha com um <e> maiúsculo, como pode ser constatado nas figuras 7 e 8, localizadas no fólio 1r, nas linhas 17 e 18, respectivamente.

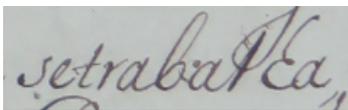


Figura 7. grafema <h> na inscrição “se trabalha”.

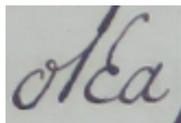


Figura 8. grafema <h> na inscrição “olha”.

A solução para a correta decifração do <h> veio no fólio seguinte, na linha 2, onde aparece a mesma palavra registrada na figura 7, novamente acompanhada da partícula <se>. Assim, foi possível comparar.

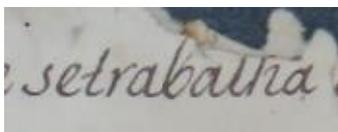


Figura 9. grafema <h> na inscrição “se trabalha”.

Outro traço que causou ainda mais confusão e incerteza foi a distinção entre <i> maiúsculo e o <j> maiúsculo. No entanto, ao chegar no último fólio, na linha 23, deparei-me com diferente e único traçado apresentado no documento:

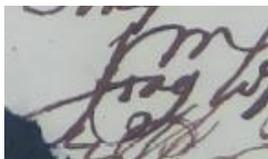


Figura 10. grafema <j> maiúsculo no prenome <Joachim>.

A solução encontrada para diferenciar o <i> maiúsculo do <j> maiúsculo foi observar o trajeto de formação desta letra em comparação com as demais. Assim, foi constatado que esta letra, da figura 10, tem cauda, logo estaria mais próxima da letra <j>. Diferentemente das outras, que não possuem

cauda, logo estariam mais próximas do traçado da letra <i>, como pode ser visto em algumas de suas variações:

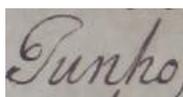


Figura 11. “Inho” (fol.1v/l.12).



Figura 12. “Iosepho” (fol.1r/l.03).

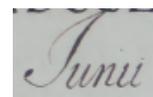


Figura 13. “Iunu” (fol.1r/l.15).

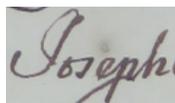


Figura 14. “Ioseph” (fol.2v/l.20).

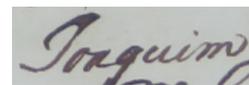


Figura 15. “Ioaquim” (fol.2v/l.22).

Outro caminho adotado para sanar as dúvidas em relação à diferença dos traçados das referidas letras foi adotar, como parâmetro para a leitura do documento apresentado neste trabalho, o alfabeto elaborado por Megale et al. (2015), extraído de documentos editados do século XVIII, pois, de acordo com os autores, embora cada escriba apresente diferentes tipos caligráficos, suas particularidades, existe um padrão de escrita para tal século.



Figura 16. Exemplo do traçado das letras <i> e <j> do alfabeto elaborado por Megale et al. (2015).

Com isso, foi possível concluir que a letra inicial da palavra <Joaquim>, na figura 10, é a letra <j> maiúscula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGRADECIMENTOS

Diante do que foi apresentado aqui, não há como negar que o estudo filológico é imprescindível para resguardar os textos escritos da destruição temporal, instigar a consciência da comunidade científica em prepará-los, fidedignamente, para servir como fonte de pesquisa para outras áreas também fazerem suas contribuições, e preservar a memória de um povo que produziu tais documentos.

A partir das ciências auxiliares da Filologia, sobretudo da Codicologia, da Diplomática e da Paleográfica, foi possível identificar características do Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira. Da Codicologia foram obtidos dados sobre o suporte material, como o seu estado de conservação, a cor da tinta, a forma de organização dos fólhos e a intervenção de terceiros no documento. Da Diplomática foram obtidos dados breves sobre a tipologia documental e sua estrutura textual. E da

Paleografia foi obtido dados gerais sobre os tipos caligráficos. Além dessas, foi obtido, através da História, dados prévios para compreender e reconstituir os fatos históricos do documento.

Em suma, é fato que há outros aspectos do texto que podem ser explicados, dado o caráter transdisciplinar da Filologia e da sua concepção ampla de conceber o objeto e configurar seu campo, já que diversas são as formas do “fazer” filológico, conduzidas sempre a partir do texto escrito para editá-lo.

Por fim, agradeço à Profa. Dra. Carolina Akie Ochiai Seixas Lima, pelas orientações e pelos acompanhamentos, sempre em busca de fazer-me superar meus limites nesse mundo científico, especialmente no da Filologia. Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, onde esta pesquisa de mestrado está sendo desenvolvida e a oportunidade de fomento, através da Bolsa Capes/DS. E, agradeço à Profa. Dra. Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto, pelo esmero nas correções, pelas atenciosas sugestões feitas neste trabalho e pela disponibilidade, além dos horários de aula, de solucionar as dúvidas e exercitar as respostas, indicando, reiteradamente, mais leituras.

REFERÊNCIAS

- Alves LEP (2016). Filologia textual e linguística textual: estudo de textos setecentistas à luz da teoria da acessibilidade. Fortaleza: Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará (Dissertação), Ceará. 223p.
- Alves LEP; Ximenes EE (2019). Uma revisão do conceito de texto e suas implicações para os estudos filológicos. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 21(1): 25-42.
- Barroso LS (2015). Real Forte Príncipe da Beira: ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783). Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Editora Versos Seremos. 204p.
- Bellotto HL (2008). Diplomática e tipologia documental em arquivos. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos. 106p.
- Berwanger AR; Leal JEF (2008). Noções de Paleografia e Diplomática. 3. ed. rev. e ampl. Santa Maria: editoraufsm. 124p.
- Cambraia CN (2005). Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes. 216p.
- Cambraia CN (2012). Crítica Textual. In: Gonçalves AV; Góis MLS (Org.). Ciências da linguagem: o fazer científico?. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Carvalho RBS (2003). A Filologia e seu objeto: Diferentes Perspectivas de Estudo. *Philologus. Revista do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos*, 26(9): 44-50.
- Castilho AT (2007). Prefácio. In: Naro AJ; Scherre MMP (Org.). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.

- Chaves OR (2011). Saberes e práticas na fronteira oeste da América portuguesa, século XVIII. Ferreira MM (org.). Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH. 1-18p.
- Costa GG; Cintra JP (2016). Os engenheiros militares italianos na Amazônia do século XVIII: Antonio Galluzzi e Domingos Sambucetti. Costa AG; Santos MMD (Org.). 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Belo Horizonte: UFMG. 136-146.
- Dias EN (2018). De uma página a outra: o reclame em livros manuscritos e impressos dos séculos XVI a XIX. 1. ed. São Paulo: Miró Editorial. 143p.
- Flexor MHO (2008). Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 599p.
- Lázaro Carreter F (1990). Diccionario de términos filológicos. 3. ed. corrig. Madrid:Gredos. 443p.
- Martins Ceila MFBR (2003). Sobre o retorno à Filologia. Cadernos do CNLF. 3(10): online.
- Megale H et al. (2015). São Carlos, SP: Editora Cubo. 361p.
- Nunes JMS (1985). Real Forte Príncipe da Beira. Rio de Janeiro: Spala Editora/Fundação Emílio Odebrecht. 375p.
- Projeto Para A História Do Português Brasileiro (PHPB). Plataforma de Corpora PHPB. Normas de Edição do PHPB 2a Versão. Disponível em:
<https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/normas-de-edicao-do-phpb-2a-versao>.
 Acesso em: 19 jul. 2021.
- Provedores/Provedorias Da Real Fazenda. Arquivo Nacional: Memória da Administração Pública Brasileira – Mapa. CAMARGO, AR, Fev. 2013. Dicionário período colonial. Disponível em:
<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/207-provedores-provedorias-da-real-fazenda>. Acesso em: 08 jul. 2021.
- Santiago-Almeida MM (2011). Para que Filologia/Crítica Textual. Revista Acta. 1(1) :19-30.
- Siqueira EM (2017). História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. 2 ed. atual. e ampl. Cuiabá, MT: Entrelinhas Editora. 288p.
- Spaggiari B; Perugi M (2004). Fundamentos da crítica textual. Rio de Janeiro: Lucerna. 407p.
- Spina S (1977). Introdução à edótica: crítica textual. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo. 153p.
- Superintendência de Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Auto de Fundação do Real Forte Príncipe da Beira. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/atom/index.php/auto-de-fundacao-da-fortaleza-do-real-forte-principe-da-beira-assinado-pelo-governador-e-capitao-general-da-capitania-de-mato-grosso-luis-de-albuquerque-de-melo-pereira-e-caceres>. Acesso em: 08 jul. 2021.

Edição semidiplomática e estudo codicológico e paleográfico de um manuscrito do século XVIII da Capitania de Mato Grosso

 10.46420/9786588319802cap2

Arlene Bispo da Silva^{1*} 
Glaciene da Silva Nascimento² 

INTRODUÇÃO

A escrita é uma das mais importantes invenções do homem. Para Fischer (2009, prefácio), a escrita “Tornou-se a suprema ferramenta do conhecimento humano (ciência), agente cultural da sociedade (literatura), meio de expressão democrático e informação popular (a imprensa) e uma arte em si mesma (caligrafia) [...]”. Portanto, essa “ferramenta” possibilita inúmeras descobertas sobre a história da humanidade e quando contada, a partir de fatos, leva-nos a acreditar que o hoje se estabelece com o agora, porém, é com observações nos acontecimentos entre os séculos passados que podemos nos inspirar para o futuro.

As descobertas dos contextos históricos ou literários ocorrem com os estudos de manuscritos seculares como cartas, livros, receitas culinárias, certidões, registros documentais, e muitos outros. Essas formas de registros da escrita se tornaram os principais responsáveis pela transmissão das informações no decorrer dos séculos.

No Brasil colonial do século XVIII, as cartas foram um dos meios de comunicação mais utilizados e eram através delas que as notícias chegavam à administração regente. Essas cartas são os principais testemunhos dos acontecimentos que ocorreram na época. Todavia, para que se tenha entendimento da escrita, como também, dos dados que estão contidos nas entre linhas, é imprescindível a realização de estudos que promovam as descobertas interpretativas dos textos.

No entanto, isso só é possível com as técnicas atreladas ao “labor filológico” para que ocorram as edições dos textos e, por consequência, à contextualização a partir da escrita contidas neles, alcançando-se a sua compreensão. A Filologia é uma ciência que podemos considerá-la como a exaustiva

¹ Mestranda em Estudos Linguísticos na linha de pesquisa Descrição, Análise e Documentação de línguas indígenas brasileiras na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). *E-mail: arlenebispo14@gmail.com. Orientador: Professor Doutor Maxwell Gomes Miranda - Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: maxwellgm1@gmail.com.

² Aluna especial do PPGEL, Universidade Federal de Mato Grosso. Graduada em Pedagogia – FETAC, Pós Graduada em Educação Infantil- FETAC, Graduanda do curso de Letras Libras – UFMT. E-mail: glaucia.glaciene@hotmail.com.

exploração dos vários aspectos textuais como, por exemplo, o crítico-textual, os sócio-históricos, os linguísticos e os literários (Cabraia, 2005).

Neste capítulo apresentamos o estudo de um dos manuscritos que está armazenado no Arquivo Público³ de Mato Grosso. A história da região Mato-grossense é muito rica por ser considerada foco de expansão territorial e também pelas riquezas minerais aqui encontradas. Muitos são os documentos que ficam em arquivos públicos sem serem estudados, logo o objetivo principal desse estudo é o de evidenciar o valor histórico-social de conteúdos contido em um dos manuscritos do século XVIII. Além disso, para a execução desta pesquisa, os conceitos adotados são os descritos nas obras de Cabraia (2005), Spina (1977), Dubois et al. (2014) e outros.

O documento selecionado é composto por três partes opistógrafas, que formam um total de seis fólios, as digitalizações foram feitas pelo Arquivo Público de Mato Grosso e disponível na plataforma digital do referido arquivo. Para este estudo, selecionamos apenas dois fólios, que estão nominados “Ms F-1”, para o recto, e “Ms V-2”, para o verso. Depois de escolhidos os fólios, realizamos a edição semidiplomática, amparada nas normas de edição descritas a seguir, e as análises de suas características filológicas, paleográficas, codicológicas, e, a partir das quais foi possível explorar os aspectos linguísticos e sócio-histórico do documento selecionado.

FILOLOGIA E LINGUÍSTICA: CONCEITOS E INTERAÇÕES

O termo Filologia sempre teve vários conceitos por ser polissêmico. De acordo com Muller (2010), “A polissemia do termo Filologia não é um fenômeno moderno, desde a Grécia antiga, período em que o termo teria surgido, já apresentava diversos sentidos”. Entretanto, foi no final do século XVIII que o termo Filologia assumiu academicamente, um significado mais restrito.

Nesse sentido, Dubois et al. (2014) afirmam que “[...] a filologia é uma ciência histórica que tem como objeto o conhecimento das civilizações passadas através dos documentos escritos que elas nos deixaram: estes nos permitem compreender e explicar as sociedades antigas”. Então é com o auxílio dessa ciência que se consegue interpretar adequadamente os conhecimentos culturais e vivências sociais registradas por meio das escritas antigas.

Por consequência, o estudo filológico de documentos tem por finalidade a edição de textos para torna-los genuínos. A busca é de evidenciar a história e a cultura fazendo a sua correta aproximação dos conceitos feitos pelo *scriptor* ou copista através da escrita. O estudo filológico tem um importante papel a ser desempenhado justamente por fazer uma conexão com o contexto vivenciado na época em que o texto foi escrito, com isso, verificam-se as modificações existentes na escrita ao longo dos séculos.

³ Endereço eletrônico do arquivo público de Cuiabá-MT.

Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/atom/index.php/carta-do-sargento-mor-jose-mathias-de-oliveira-roiz-ao-governador-e-capitao-general-da-capitania-de-mato-grosso-joao-pedro-da-camara>. Acesso em: 07 maio 2021.

O estudo filológico de documentos seculares tem por finalidade a edição e interpretação, buscando evidenciar a história e a cultura fazendo a sua correta aproximação para conseguir a perfeita contextualização do que está contido no texto escrito. A Filologia é muito importante justamente por tornar os textos viáveis a leitura e fidedignos as contextualizações ao qual o autor quis repassar na época em que escreveu.

Para Saussure (2012) “[...] a tarefa da linguística é fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família [...]”. Fazer essas ponderações são importantes, pois, fica evidenciado que a Filologia tem como objeto de estudo o texto escrito e a Linguística tem como objeto de estudo a língua com as linguagens e seus fatores sociais trabalhando com perspectivas e métodos diferentes.

Segundo Ximenes (2013), essas são duas áreas caminham juntas, mas distinguem-se entre os métodos adotados e concluí:

[...] Linguística e Filologia [...] essas duas maneiras de estudar a língua, muitas vezes, confundem-se, não raro causam atritos. De fato, caminham *pari passu*, no entanto, se distanciam quanto ao método e às abordagens. Cada uma se dedica do seu modo próprio, cultivando as manifestações da língua humana e obtendo resultados satisfatórios a todos (Ximenes, 2013).

Para alcançar seu objetivo, a Filologia procura outras fontes de conhecimentos, não apenas da Linguística, também têm interações com alguns outros ramos científicos como, por exemplo, a Paleografia, a Literatura, a Codicologia, a Filosofia, etc.

Mediante os conceitos expostos, a análise aqui proposta é exatamente a de trazer a veracidade dos acontecimentos contidos nos “Ms F-1” e “Ms V-2”, a partir da sugestão da edição semidiplomática e, demais estudos, para resgatar os elementos fundamentais do texto, e torná-lo o mais próximo possível do original, preservando a história e apresentando fatos.

Mais adiante faremos algumas explicações sobre os aspectos paleográficos e codicológicos essas ciências que corroboram para o estudo desse manuscrito, conseguinte traremos alguns critérios para as edições.

CRITÉRIOS E PROPOSTA DE EDIÇÃO DO “MS F-1” E “MS V-2”

A edição semidiplomática, tal como as outras edições, procura o entendimento do texto e para Spina (1977) “[...] representa uma tentativa de melhoramento do texto, com a divisão das palavras, o desdobramento das abreviaturas [...]”, sendo assim, o propósito da edição é de deixar o texto do documento mais acessível para o entendimento interpretativo do público a que ela se destina.

Partindo disso, os critérios para a edição semidiplomática do manuscrito Ms F-1 e Ms V-2 foram adotados e adaptados a partir das Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos Edição Semidiplomática, propostas pelo Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB),

desenvolvidas durante o II Seminário para a História do Português Brasileiro, realizado em Campos do Jordão-SP (1998). Portanto, para a proposta das edições desse manuscrito foram respeitados os seguintes critérios:

- A transcrição foi conservadora;
- Na edição, as linhas foram numeradas a cada cinco a partir da quinta;
- As abreviaturas foram desenvolvidas, marcando-se em itálico;
- Foram respeitadas, sempre que possível, a grafia do documento, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba;
- Não foram estabelecidas fronteiras de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver;
- As pontuações originais foram mantidas;
- Nas inserções gráficas do copista ou escriba, na entrelinha do documento original, entram na edição em alinhamento normal e com as sinalizações: <↑>, se na entrelinha superior; <↓>, se na entrelinha inferior;
- Letras ou palavras não legíveis por deterioração, ou com rasura justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [] para letras, [ilegível] para vocábulos e [ilegível + x n. palavras] para a extensão de trechos maiores;
- Intervenções do editor foram raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem à dúvida. Quando houver dúvida sobre a decifração de alguma letra, parte de ou vocábulo inteiro, o elemento em questão será posto entre colchetes e em itálico.
- Letras ou palavras simplesmente não decifradas, sem deterioração do suporte, justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [?] para letras não decifradas, [inint.] para vocábulos não decifrados, [inint. + n. vocábulos] para número de vocábulos não decifrados e [inint. + n. linhas] para a extensão de trechos maiores não decifrados.

Ms F-1

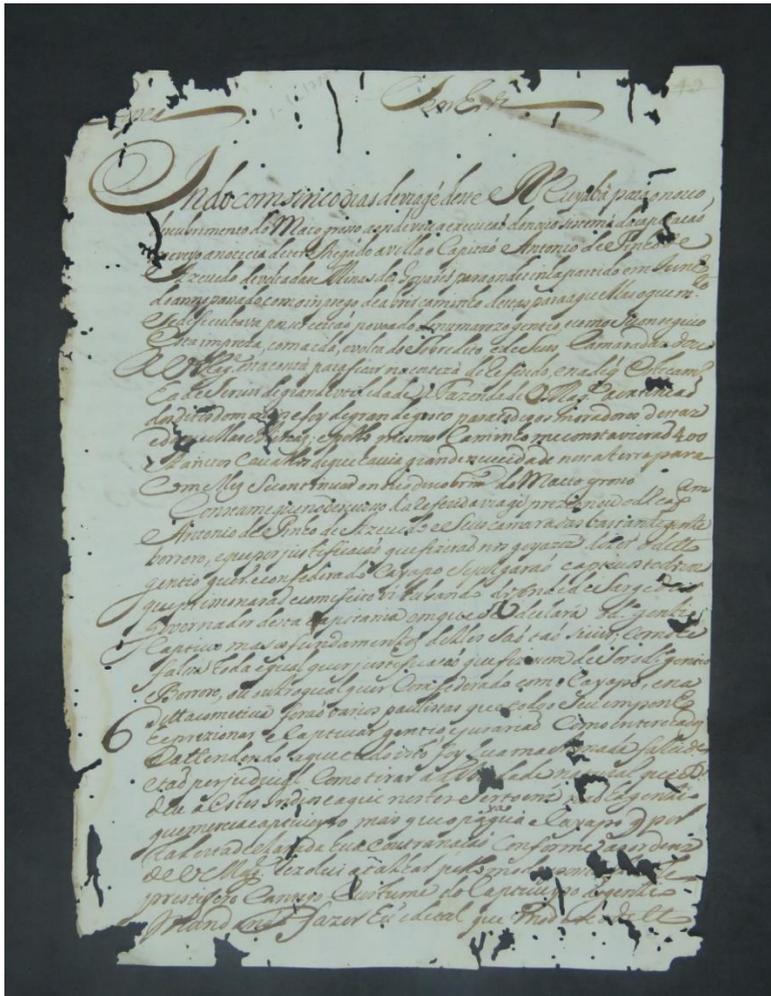


Figura 1. Fonte: Superintendência de Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

Indo comsinco dias de viagé de ve Rio Cuyabá para o novo
 5 descobrimento do Mato grosso aonde vou a execuçaõ do novo sistemá da capitacaõ
 [m]e veyo a noticia de ter shegado avilla o Capitãõ Antonio dePinho de
 Azevedo de volta das Minas dos Goyasés para onde tinhapartido em Junho
 do anno passado com o inprego deabrir caminho destas para aquellas o que muito
 se defecultava por ser certaõ povoado denumerozo gentio, ecomo seconseguio
 10 esta impreza, com a ida, evolta do sobredito, e deseus camaradas dou
 a Vossa Magestade esta contá para ficar na certezá do referido, ena deque este caminho
 ha de servir de grande utilidade a Fazenda de Vossa Magestade aextençaõ
 dos ditos dominios e foy de grande gesto para todos os moradores destas
 edaquellas Minas; epello mesmo caminho meconstavieraõ 400
 15 etanctos cavallos de que havia grande necessidade nesta terra para
 com elles se continuar o novo descobrimento do Matto grosso
 Constame que no descurssõ da referidaviagé prezionou o Vosso capitãõ
 Antonio dePinho de Azevedo eseus camaradas bastante gente
 borrero, equepor justificacaõ que fizeraõ nos goyazes dizer oditto
 20 gentio guerreiro econfederado Cayapo sejulgaraõ captivos todos os
 que prisseonaraõ ecom efeito vi [//]alando [inint. 2 vocábulos] fended esarge
 Governador desta capitania emquese [ilegível + 1 palavra] dclará oditto gentio
 captivo mas os fundamentos delles saõ taõ [inint.] como ho
 faltoutoda e qualquer justificacaõ que fizerem de ser o ditto gentio

- 25 Borrero, ou outro qualquer confederado com o Cayapo, ena
ditta cometiva foraõ varios paulistas que todo seu empenho
heprezionar ecapturar gentio, e jurariaõ como enterecados
eattendendo aque tudo isto foy tua mad[?]nados faltea[?]
etaõ prejudicial como tirar ali[ber]dade na[tm]ral que *Deos*
- 30 deu aestes Indios e aqui nestes sertõens não hagentio
que merecacaptveyro mais queo paguá [[↑]xao] eCayapo *que* por
tal estaõ [claraõ] a [hua]contranacaõ conforme as ordens
de *Vossa Magestade* resolui atalhar pello mod[o] [ilegível + 3 palavras]
prestigoso contigo costume do captveyro dogentio
- 35 mandando fazer hu edital que [inint.] moden me oditto

Ms V-2

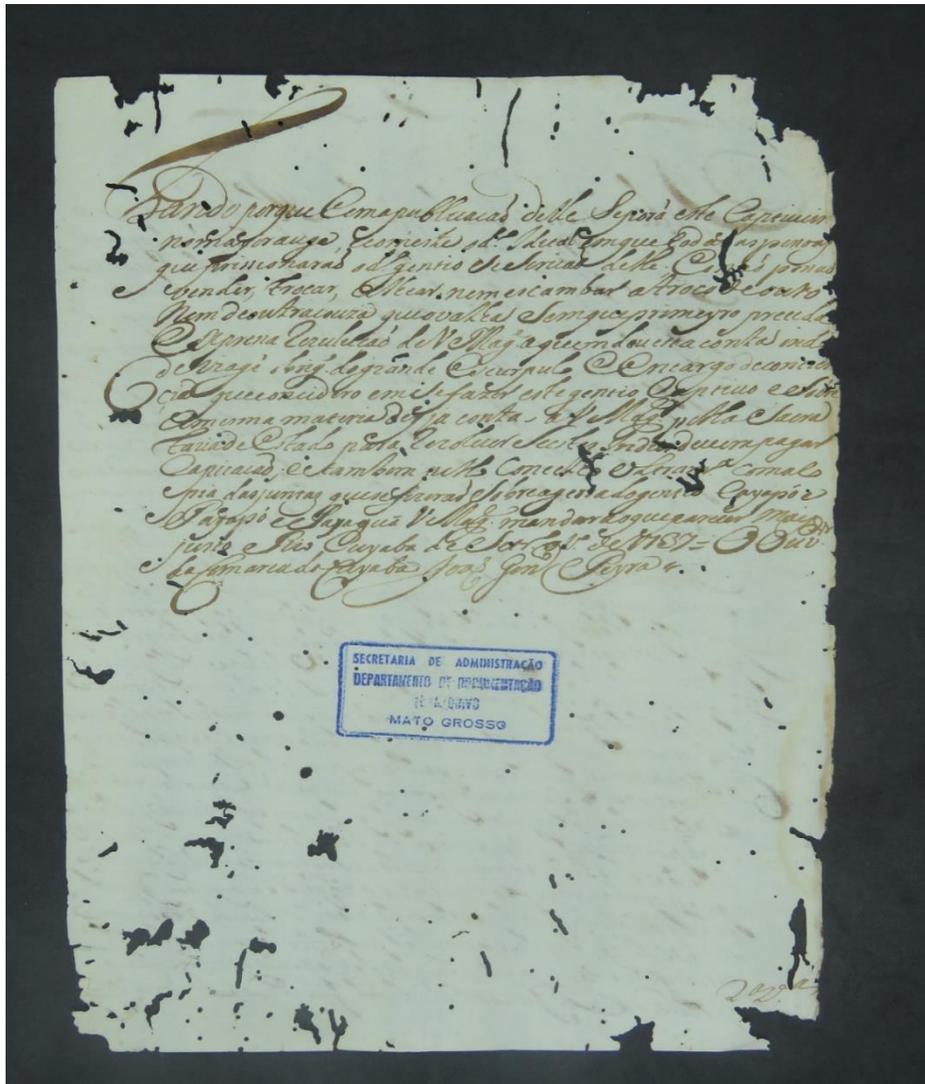


Figura 2. Fonte: Superintendência de Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

bando porque com publicação delle se porá este captiveiro no mayor auge, e comeste o ditto Idital em que todas as pessoas que prissonaraõ o ditto gentio se serviaõ delle , E não possas vender, trocar, alhear nem escambar atroco de ouro nem de outra couza queo valha sem que primeyro preceda expressa resolucaõ de Vossa Magestade a quem dou esta conta indo de viagé a brigada do grande escurpulo e encargo de conciençia que concidero em se fazer este gentio c[aptivo] esobre a mesma materia de já conta a Vossa Magestade pella sacratariad e Estado para rezolver se estes Indi[os] de vera pagar capitacaõ, e tambem pello concelho [eleral] com copia das juntas que se fizeraõ sobre a [gesto] do gentio Cayapó e Payapó e Payaguá Vossa Magestade mandar ao que parecer Mais
 40
 45
 49 justo Rio Cuyaba de Setembro de 1737= O Ouvidor da Comarca do Cuyaba Joaõ Gonçalves Pereryra”

CONTEXTO HISTÓRICO DO MANUSCRITO MS F-1 E MS V-2

A carta editada é assinada pelo Ouvidor da Comarca de Cuiabá-MT, João Gonçalves Pereira⁴, sobre um dos acontecimentos no trajeto que percorreram em busca de abrir caminhos para o novo descobrimento de Mato Grosso, colocando em evidência a chegada do capitão Antonio de Pinho de Azevedo, que veio dos Altinos de Goiás. Nela contém as informações ocorridas na viagem percorrida no rio Cuiabá, para o aprisionamento de indígenas, evidenciando as capturas dos povos Bororo, Cayapós, Payapó e Payaguá.

No manuscrito o ouvidor se coloca como “cativo”, esse era o termo que utilizavam para chamar as pessoas que capturavam os indígenas. Além disso, o mesmo ouvidor solicita que seja feito um edital, para que os indígenas não possam ser vendidos ou trocados, e passem a servir a quem os aprisionassem. A carta apresenta outros fatos decorridos na referida viagem e que fazem parte da história da expansão e captura de indígenas no Mato Grosso.

Vale ressaltar que os povos indígenas ocuparam aqueles territórios há milhares de anos e muitas foram as guerras vivenciadas, principalmente pelos Payaguás, que travaram muitos confrontos com os indígenas que eram seus rivais e também com os colonizadores dessa região, na atualidade são considerados extintos (Schmidt, 1949 apud Magalhães, 2001).

Com relação às duas outras etnias citadas no manuscrito, atualmente os Cayapós vivem geograficamente na região do Pará/AM, em seis Terras Indígenas (TIs) e aqui no Estado de Mato Grosso ocupam a Terra Indígena Capoto/Jarina, que se localiza na região Norte do Estado (Pequeno, 2004). Já os povos Bororo, na atualidade, estão alocados em cinco terras indígenas: TI Meruri; TI Tadarimana; TI Jeridoro (ocupada pela cidade de Jeridoro); TI Pirigara e TI Teresa Cristina, todas em terras Mato-grossenses (ISA, 2014).

Passaram-se dois séculos e meio, e as batalhas desses grupos étnico-culturais ainda assim perduram, principalmente as relacionadas a seus territórios e direitos, isto é, reivindicam condições para manterem suas culturas e tradições, principalmente as línguas naturais.

ESTUDOS PALEOGRÁFICO E CODICOLÓGICO

A Paleografia visa através de critérios específicos decifrar as escritas antigas, para que no período contemporâneo possamos ler, entender e compreender o conteúdo do *corpus* em análise. De acordo com Spina (1977) a Paleografia é o “[...] estudo das antigas escritas e evolução dos tipos caligráficos em documentos, isto é, em material perecível (papiro, pergaminho e papel) [...]”, quer dizer, precisamente o autor nos mostra que com o passar dos séculos os tipos caligráficos contidos nos documentos também

⁴ Muitos confrontos ocorreram entre os indígenas e colonizadores. Esses acontecimentos foram registrados em alguns documentos como no: Auto (treslado) sumário que mandou fazer o ouvidor João Gonçalves para averiguar as mortes e roubos que o gentio Paiguá fez na última tropa que chegou ao povoado. Vila do Cuiabá, 12/04/1736. Arquivo Histórico Ultramarino - AHU, Projeto Resgate – MT. CU. N° 010, caixa n° 1, doc. 84. Fotos 403 – 422. Disponível em: <https://ahu.dglab.gov.pt/>. Acesso em: 05 jul. 2021.

vão evoluindo, necessitando assim, de uma ciência adequada para interpretá-los. Partindo disso, apresentamos a análise de alguns aspectos, que consideramos relevantes, a saber:

- a) Classificação da escrita, localização e datação;
- b) Descrição sucinta de características da escrita, a saber: a morfologia das letras (sua forma), o seu traçado ou ductus (ordem de sucessão e sentido dos traços de uma letra), o ângulo (relação entre os traços verticais das letras e a pauta horizontal da escrita), o módulo (dimensão das letras em termos de pauta) e o peso (relação entre traços finos e grossos das letras);
- c) Descrição sucinta do sistema de sinais abreviativos empregado na referida escrita;
- d) Descrição de pontos de dificuldade na leitura e as soluções adotadas (Cambaia, 2005).

Além disso, para fazer um estudo em manuscritos utilizam-se os conhecimentos provindos da Codicologia, que dispõe de técnicas usadas para saber de detalhes sobre os códices e tem a responsabilidade de descrever como está o estado de conservação, do mesmo modo que, o processo de transmissão dos textos, ou seja, os materiais e suportes que foram usados pelos copistas, e as modificações textuais ocorridas nesse processo.

O uso dos conhecimentos codicológicos podem ser de forma pragmática, descrevendo alguns detalhes do suporte do manuscrito, pois “Além de permitir uma compreensão mais profunda do processo de transmissão dos textos, os conhecimentos codicológicos também são utilizados mais pragmaticamente na descrição de códices, a qual deve constar na edição de textos preservados em manuscritos” (Cambaia, 2005).

Portanto, é desafiador realizar um estudo filológico, justamente por englobar várias áreas de conhecimento, cada uma com seu diferencial e com as suas abordagens, e aspectos que servem para agregar e vão colaborar para a edição do manuscrito. Então, para o estudo do Ms F-1 e Ms V-2, segue uma análise codicológica, para o qual constam os aspectos de descrição da cota suporte material da composição do códice. Também são apresentados, a seguir, os aspectos paleográficos listados anteriormente e extraídos do *corpus*.

Análises codicológica e paleográfica do Manuscrito Ms F-1 e Ms V-2

O manuscrito é composto por três fólios escritos no recto e no verso. Ele faz parte do acervo da Superintendência do Arquivo Público de Mato Grosso e está com o título de *Carta do Sargento-mor José Mathias de Oliveira [Roiz] ao [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso João Pedro da Câmara]* com data de 1768. Contudo, após as análises, foi constatado que se trata de uma carta do Ouvidor geral da Comarca de Cuiabá João Gonçalves Pereira com data de setembro de 1737 a Vossa Majestade (linha 48), provavelmente direcionada ao rei D. João V.

O suporte do documento é um papel sem pauta e apresenta traços da ação do tempo e marcas de papirógrafos, que já o corroeram principalmente, nas bordas e em algumas partes, onde estão palavras

escritas. Na margem superior esquerda do recto do Ms F-1 consta a identificação com a numeração 49 que, provavelmente, refere-se à forma que as cartas eram organizadas naquele período ou ao número do documento no arquivo. Já na margem superior direita está escrita uma palavra e parece as letras “pes” que não foi possível decifrar totalmente pelo fato de constarem algumas deteriorações. Nessa margem tem a inscrição de uma data: “1-1-1737” que talvez seja uma anotação feita por terceiros (linha 1). No meio do fólio do Ms V-2 está um carimbo com a inscrição “Secretária de Administração | Departamento de Documentação | Arquivo | Mato Grosso”.

Na análise paleográfica foi verificada que o manuscrito é classificado como uma “escrita cursiva” e podemos considerá-la como humanística por conter características da escrita corrida encontrada em manuscritos do século XVIII (Higounet, 2003).

Os *ductos* estão mesclados entre traços finos e grossos, a inclinação da escrita está para a direita, demonstrando que o *scriptor* era destro e hábil. As palavras apresentam ligaduras formando um único vocábulo foram utilizadas tinta ferrogálica de cor marrom.

Em se tratando da grafia, e conforme a análise realizada em Ms F-1 e Ms V-2 as escritas apresentam palavras em posição intervocálica ou em ditongos grafados com **y** como, por exemplo, em <Cuyabá> (linha 4), <veyo> (linha 6), <Goyasés> (linha 7), <foy> (linha 13), <captiveyro> (linha 34), <mayor> (linha 37), <Pereyra> (linha 44). Há também o emprego das consoantes geminadas como, por exemplo, **ll**, **nn** e **tt**, como nas palavras <villa> (linha 6), <aquellas> (linha 8), <cavallos> (linha 15), <Matto> (linha 16), <anno> (linha 18), <ditto> (linha 19) e <pello> (linha 45). Acerca dessa forma de escrita, Feijó (1861 *apud* Felício; Xavier, 2018) apontam que essa era a forma para designar as palavras que vinham do latim, que tinham a escrita com as consoantes duplicadas/geminadas.

Na primeira metade do século XVIII, a utilização de abreviaturas era muito recorrente, pois, as tintas eram consideradas caras, e o *scriptor* também precisava de agilidade para escrever, o que tornava o uso de abreviaturas um recurso muito usado e nesse manuscrito há algumas abreviaturas. Sobral (2021) afirma que “Os princípios abreviativos correspondem aos procedimentos usados para omitir as letras.”

Dessa forma, as letras que são omitidas nas palavras são classificadas conforme a disposição que estão suprimidas nas grafias (abreviaturas por sigla – formada por duas ou mais letras maiúsculas representando palavras; abreviaturas por suspensão – as palavras que não estão acabadas; abreviaturas por contração – as letras são suprimidas no interior da palavra; abreviaturas alfanuméricas – as palavras formadas por números e letras; abreviaturas por letra sobreposta – as letras que ficam em cima da palavra ou são marcadas por um sinal; abreviação por sinais especiais – são sinais especiais que faziam marcações para indicar sílabas letras ou sílabas suprimidas) (p. 11–13), portanto, os manuscritos requerem uma certa atenção, para assim, realizar os desdobramentos. Conforme o quadro 1 foram encontrados em Ms F-1 e Ms V-2 três categorias de classificações de abreviaturas:

Quadro 1. Abreviaturas dos Ms F-1 e Ms V-2. Fonte: as autoras.

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Tipos	Linha
	“R”	Rio	Sobreposta	1
	m. ^{to}	muito	Sobreposta	8
	cam ^o	caminbo	Sobreposta	11
	q.	que	Suspensão	11
	“V.Mag. ^{es} ”	Vossa Magestade	Sobreposta	11
	descobrim ^o	descobrimento	Sobreposta	16
	v. cap ^{am}	vosso capitam	Sobreposta	17
	guer.	guerreiro	Suspensão	20
	D.	Deos	Suspensão	29
	d. ^o	ditto	Sobreposta	38
	Ouv.	Ouvidor	Suspensão	49
	Gon ^o	Gonçalves	Sobreposta	50
	Peyra	Pereyra	Contração	50

As abreviaturas encontradas no manuscrito tornaram-se um dos pontos de dificuldades para a sua compreensão, exigindo um pouco mais de conhecimento para realizar os desdobramentos das palavras. Outros pontos foram as ligaduras e as deteriorações, que impossibilitaram a reconstituição de algumas letras ou palavras, sinalizadas na edição semidiplomática com [ilegível] para vocábulos não decifrados e [ilegível + 3 palavras] para a extensão de trechos maiores, conforme linha 33.

Nesse estudo paleográfico e codicológico, enfim, verificamos os diversos pontos fundamentais para se decifrar e compreender e ter entendimento do texto. A partir disso, a proposta de fazer uma análise dos elementos do texto e a sua edição semidiplomática revisitaram a importância de realizar estudos dos documentos que estão em arquivos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo relacionamos alguns dos principais conceitos do termo Filologia, ciência que possui vários conceitos e busca investigar a transmissão dos textos ao longo dos séculos, e tem bastante complexidade, por envolver outras ciências que lidam com os textos escritos. Então são a partir de estudos dos registros textuais é que após editados serão apresentados de uma forma a ficar compreensível para leitura. Diante das discussões elaboradas, o trabalho teve por finalidade esmiuçar os aspectos encontrados em um texto manuscrito do século XVIII.

Dessa forma, ao fazer a proposta da edição semidiplomática, e os demais estudos, do manuscrito “Ms F-1 e Ms V-2”, notamos as dificuldades para decifrar as palavras descritas. Constatamos o “labor filológico”, que foi pouco a pouco se transformando em preciosos momentos de descobertas. A cada palavra transcrita surgia à reconstituição do texto tornando-o acessível à leitura, e por consequência, o testemunho trouxe as evidências do valor histórico-social dos conteúdos contidos e importantes informações sobre a captura dos indígenas durante a colonização do Brasil no estado de Mato Grosso.

Após a edição, a leitura permitiu que chegássemos à conclusão que este manuscrito está catalogado no Arquivo Público com a descrição errada, e a partir desse estudo podemos indicar que coloquem a correta denominação.

Assim, ao realizar o estudo filológico, linguístico, paleográfico e codicológico do manuscrito descrito neste trabalho, entendemos a importância de considerarmos os procedimentos metodológicos nos estudos da Filologia Textual, sob uma ótica mais dinâmica, o que nos levou a perceber que, mesmo estando diante de um texto que consideramos antigo não estamos trabalhando com monólogos mortos ou isolados, mas, sim, com contextos vivos e repletos de informações referentes à história, à sociedade, à cultura e suas vivências, bem como à escrita.

Por fim, podemos supor que este trabalho trará aos futuros pesquisadores uma certa contribuição para que realizem estudos mais aprofundados sobre as escritas e suas transformações ao decorrer dos séculos e também sobre os suportes de escrita de documentos, produzidos em épocas pretéritas e suscetíveis deteriorações, caso não recebam o devido tratamento filológico, enquanto os manuscritos ainda o permitem.

REFERÊNCIAS

- Acioli VLC (2003). A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos Recife. Massangana/Fundação Joaquim Nabuco. 45-48.
- AUTO (treslado) sumário que mandou fazer o ouvidor João Gonçalves Pereira para averiguar as mortes e roubos que o gentio Paiaguá fez na última tropa que chegou ao povoado. Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Projeto Resgate – MT. CU. Nº 010, caixa nº 1, doc. 84. Fotos 403 – 422. Disponível em: <https://ahu.dglab.gov.pt/>. Acesso em: 05 jul. 2021.

- Cambraia CN (2005). Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes.
- Dubois J et al. (2014) Dicionário de Linguística. 2. ed. São Paulo: Cultrix.
- Felício CF; Xavier VRD (2018). Um estudo filológico-ortográfico da Língua Portuguesa em vocálicas e consonantais no Livro de Notas 02 (Jataí-GO). Polifonia, Cuiabá-MT.1-170.
- Fisher SR (2006). História de leitura: Tradução Cláudia Freire. São Paulo: Editora UNESP.
- Higounet C (2003). História concisa da escrita. São Paulo: Parábola Editorial.
- ISA – Instituto Social Ambiental. Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>. Acesso em 10 jun. de 2021.
- Magalhães ML (2001). A História dos Payaguá. Fronteiras: revista de História, Campo Grande, MS. 55-76.
- Muller M (2010). Filologia e Linguística: Encontros e desencontros. Rio de Janeiro.
- Pequeno ESS (2004). Trajetória da reivindicação Kayapó sobre a Terra Indígena Badjônkôre. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília- DF. 249-288p.
- Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB). Plataforma de Corpora do PHPB 2a. versão. Disponível em: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/normas-de-edicao-do-phpb-2a-versao> . Acesso em 21 mai. 2021.
- Saussure F (2012). Curso de Linguística Geral. 28 ed. São Paulo. Cultrix.
- Spina S (1977). Introdução à Edótica: crítica textual. São Paulo: ESP.
- Ximenes EE (2013). Fraseologias jurídicas: estudo filológico e linguístico do período colonial. Curitiba: Appris.
- CARTA do Sargento-mor José Mathias de Oliveira [Roiz] ao [Governador e Capitão- General da Capitania de Mato Grosso João Pedro da Câmara]. Superintendência de Arquivo Público. Arquivo. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/atom/index.php/carta-do-sargento-mor-jose-mathias-de-oliveira-roiz-ao-governador-e-capitao-general-da-capitania-de-mato-grosso-joao-pedro-da-camara> . Acesso em: 07 maio 2021.

Os bens dos soldados falecidos no Mato Grosso colonial – uma análise filológica de uma carta manuscrita

 10.46420/9786588319802cap3

Thaísa Maria Gazziero Tomazi^{1*} 

INTRODUÇÃO

Do ponto de vista filológico, analisamos uma carta manuscrita do século XVIII datada de 7 de abril de 1769, escrita a mando do então Capitão-General e Governador da Capitania de Mato Grosso Luis Pinto de Souza Coutinho (1769 a 1772)². O documento é uma carta oficial, redigida pelo Secretário de governo Manoel Cardoso da Cunha e pertence ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso³. A referida carta é endereçada ao Alferes da Companhia de Pedestres Francisco Rodrigues Tavares e o conteúdo se refere ao pedido de remissão dos bens de dois soldados falecidos para que a Provedoria pudesse fazer valer seus direitos de herança e testamento.

O manuscrito está em bom estado de conservação, faz parte do Livro de Registros de Termos de Fiança e Cartas Expedidas e é composto por dois fólios, com o seu início na linha 23 do fólio recto e fim na linha 49 do fólio verso.

Os estudos linguísticos aos quais nos propusemos a analisar aqui neste capítulo dependem do acesso a esses documentos manuscritos e impressos que muitas vezes estão nos arquivos públicos dos estados brasileiros ou em bibliotecas e são registros da época colonial, além da sua relevante contribuição para o projeto *Para a História do Português Brasileiro* – PHPB⁴-MT.

Com este trabalho também pudemos ter, ainda que em recorte, um exemplo do estado da língua portuguesa no século XVIII e da vida sociocultural e histórica de Mato Grosso, enquanto colônia.

Logo, esta atividade está inserida no projeto de pesquisa FOLIUM – Estudos de Crítica Textual da Universidade Federal de Mato Grosso, projeto que está ligado ao supracitado PHPB e neste capítulo

¹ Mestranda orientada pela Prof^a Dr^a Carolina Akie Ochiai Seixas Lima. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL).

* Autora correspondente: thaisa.ufmt@gmail.com.

² Há vários registros históricos que descrevem o período de governo de Coutinho, e em muitos identificamos o seu nome grafado como Luis Pinto de Sousa Coutinho, porém decidimos nos amparar nos registros feitos por Paulo Pitaluga Costa e Silva, em seu livro intitulado *Os governantes de Mato Grosso* (1993, p. 26), no qual o referido nome é grafado com a letra <s> e o sobrenome do governador grafado com a letra <z> tal qual sua assinatura encontrada em alguns manuscritos.

³ <http://www.apmt.mt.gov.br/>

⁴ Projeto de âmbito nacional dividido em equipes regionais por todo o país voltado à investigação da história linguística do Português Brasileiro.

o leitor encontrará breves comentários filológicos e codicológicos, as normas utilizadas para a edição, as edições fac-similar e semidiplomática, as características paleográficas e ortográficas retiradas do documento, a contextualização do aspecto sócio-histórico do texto e uma breve reflexão sobre a importância analítica desses documentos para o estudo da história do português brasileiro.

ENTRE A FILOGIA, A CODICOLOGIA E A EDIÇÃO: ESTUDO DO *CORPUS*

Para a execução deste trabalho, precisamos nos amparar na ciência da Filologia que, de acordo com Spina (1977), só dispõe do texto, sendo este (manuscrito ou impresso) sua razão de ser. Por sua vez, Cambraia (2005) a define como o “estudo global de um texto”, quando há uma exploração exaustiva juntamente com os aspectos mais variados de um texto, como os, linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico, etc.

Desta forma compreendemos que o texto, sendo ele manuscrito ou impresso, antigo ou moderno constitui o objeto do labor filológico. Seu início ocorre na biblioteca de Alexandria no período Helenístico ou Alexandrino da civilização grega.

A respeito do labor filológico, Spina pontua que são três as funções da atividade filológica:

“1.ª) *Função substantiva*, em que ela se *concentra* no texto para explicá-lo, restitui-lo à sua forma genuína e prepará-lo tecnicamente para publicação; 2.ª) *Função adjetiva*, em que ela *deduz*, do texto, aquilo que não está nele: a determinação de autoria, a biografia do autor, a datação do texto, a sua posição na produção literária do autor e da época, bem como a sua avaliação estética (valorização); 3.ª) *Função transcendente*, em que o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica, para se transformar num instrumento que permite ao filólogo reconstituir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época. (Spina, 1977)

Sabemos que existem diversos tipos de edição, que são classificadas de acordo com Spina (1977) e Cambraia (2005) como edição fac-similar ou mecânica, diplomática, semidiplomática ou paleográfica, interpretativa, genética e a edição crítica. A escolha do tipo de edição adotada varia em função do público-alvo do editor pois cada uma delas possui uma especificidade de acordo com os interesses de cada área de estudo.

Neste trabalho, contudo, utilizamos apenas os tipos de edições fac-similar e semidiplomática. A primeira consiste na fotografia digital do texto, reproduzindo com extrema fidelidade as características do original e possui um grau quase nulo de intervenção do editor, que apenas melhora as qualidades de contraste e brilho para facilitar a leitura. A segunda possui um grau mediano de intervenção do editor e consiste em uma forma de interpretação do texto original, tentando melhorá-lo com os desdobramentos das suas abreviaturas de acordo com Cambraia (2005), por exemplo.

Para estudar por completo um manuscrito, a filologia vai recorrer às disciplinas auxiliares, como a codicologia e a paleografia, que são de grande importância para a descrição e a análise do *corpus* em todos os seus aspectos. A primeira disciplina é a codicologia que é de suma importância para a filologia pois permite uma compreensão mais profunda neste processo de transmissão dos textos. A segunda,

definida de uma forma bastante básica por Cambraia (2005) é o estudo das escritas antigas e segundo Spina (1977) permite a análise e descrição dos caracteres gráficos, dentre eles o tipo de letras, os sinais diacríticos, abreviaturas, pontuação, arabescos, etc.

A codicologia é: “atinentemente exclusivamente ao conhecimento do material empregado na produção do manuscrito (Scriptoria) e das condições materiais em que este trabalho se verificou.” (Spina, 1977).

Tendo em vista essas disciplinas que auxiliam o labor filológico, começamos com os breves comentários codicológicos do manuscrito aqui analisado.

BREVES COMENTÁRIOS CODICOLÓGICOS

O manuscrito pertence ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso e é acompanhado desta ficha catalográfica que ajuda a identificar, catalogar e localizar o livro dentro do acervo do Arquivo. Nesta ficha estão as principais informações sobre o livro de onde o manuscrito aqui analisado foi retirado como o título do livro, o nome dos autores (governadores da época do Mato Grosso colonial), as datas de registros, o seu formato (livro manuscrito), sua localização no arquivo, dentre outras.

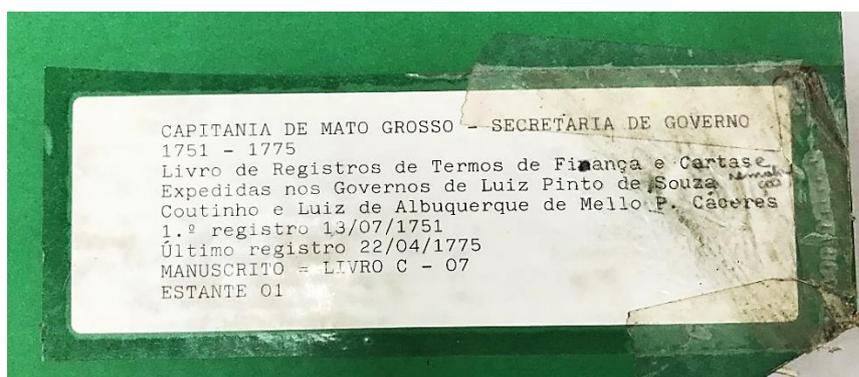


Figura 1. Ficha catalográfica. Fonte: autora.

A elaboração da ficha codicológica a seguir justifica-se pela importância de descrever o documento separado retirado deste livro para a análise aqui realizada.

Tabela 1. Ficha codicológica. Fonte: autora.

FICHA CODICOLÓGICA	
Localização:	Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.
Assunto:	Pedido de remissão dos bens de dois soldados falecidos.
Datação:	07 de abril de 1769.

AS NORMAS PARA A EDIÇÃO DO *CORPUS*

Para a transcrição do documento, apoiamo-nos nas Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos para edição semidiplomática, que estão disponíveis no site⁵ do Projeto Para a História do Português Brasileiro. Adotamos apenas alguns critérios do PHPB com base no *corpus* deste trabalho:

1. A transcrição será conservadora;
2. As abreviaturas serão desenvolvidas, indicando-se em itálico as partes nelas suprimidas;
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver;
4. A pontuação original será mantida;
5. A acentuação original será mantida;
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original;
7. Intervenções de terceiros no documento original serão indicados em nota de rodapé, informando-se a localização;
8. Quando houver dúvida sobre a decifração de alguma letra, parte de um vocábulo ou ele inteiro, o elemento em questão será posto entre colchetes e em itálico;
9. As linhas serão enumeradas de cinco em cinco a partir da quinta linha e de maneira contínua por documento.
10. O texto da transcrição será todo alinhado à margem esquerda do leitor.

⁵ Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), disponível em: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/>

EDIÇÕES FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA

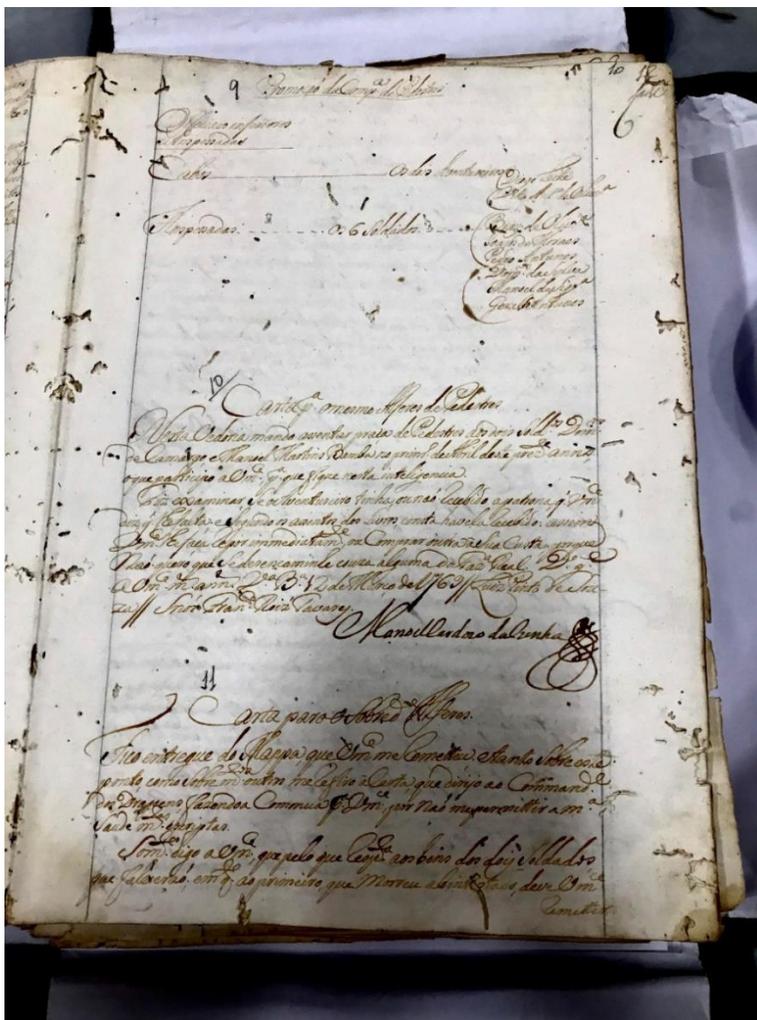


Figura 2. Fólio 1 recto. Fonte: autora.

[fólio 1r]⁶

[11]⁷

Carta para o sobredito Alferes.

Fico entregue do Mappa, que Vossa Magestade meremetteu estanto sobre este
 25 ponto, como sobre muitos outros me refiro à Carta, que dirijo ao Commandante
 dos Dragoens, fazendo a Commua para Vossa Magestade, por naó me permittir a minha
 saude muitas escriptas.

Somente digo a Vossa Magestade, que pelo que responde aos bens dos dois soldados,
 que faleceraó, em quanto ao primeiro, que morreu a [] ins [] otado, deve Vossa Magestade
 30 remetter

6 No conjunto do livro de registros e respostas o fólio é o número 10 aqui sinalizado como “1” já que é um documento inserido no livro.

7 Numeral “11”, inserido por terceiros, encontra-se à esquerda do título da carta.

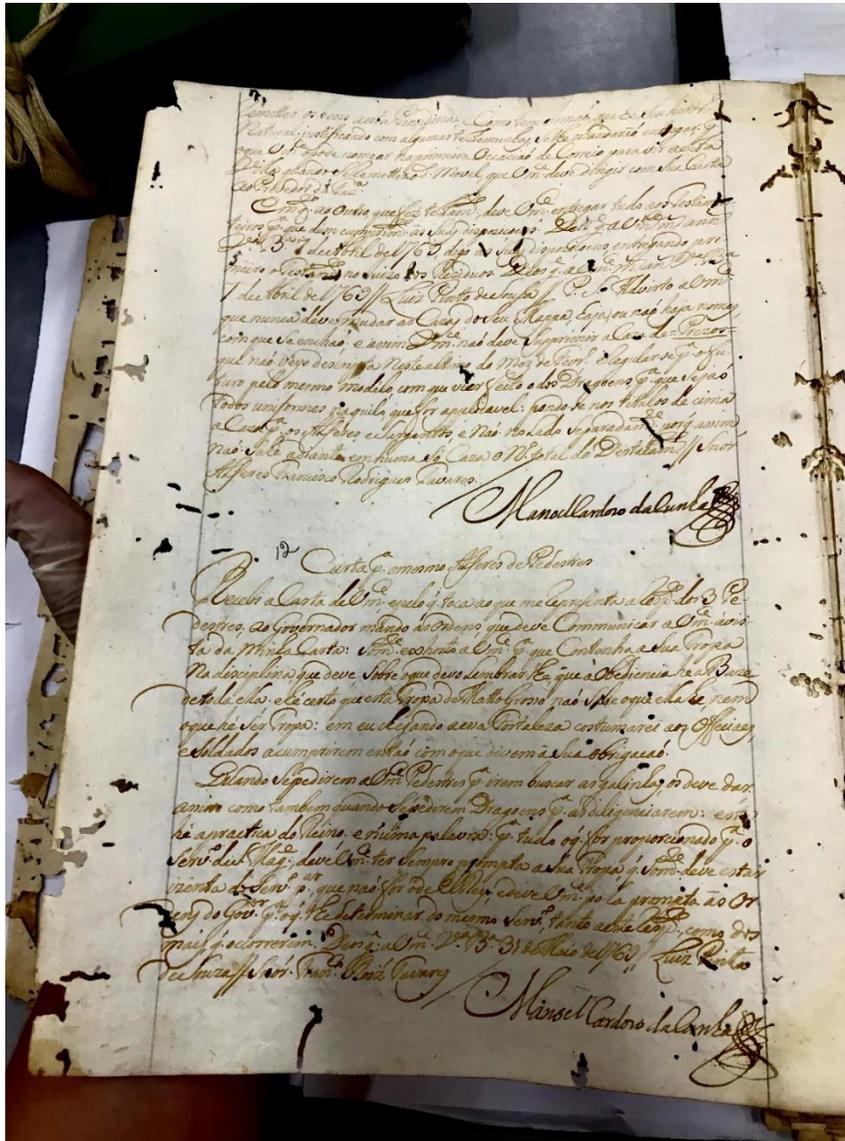


Figura 3. Fólio 1 verso. Fonte: autora.

[fólio 1v]

Remetter os bens aestaProvedoria; eComo tem Irmaó queheseu herdeiro Natural, justificando com algumas testemunhas, Selhe mandarão entregar para oqueVossa Magestade opode nomear naprimeira occaziaó deCorreio paravir aesta Villa quando seremetter odito movel, queVossa Magestade deve dirigir comsuaCarta aoProvedor da Fazenda

35

Em quanto ao outro, que fez testamento, deveVossa Magestade entregar tudo aos Testamen

teiros para que dê m cumprimento às suas dispoziçoens. Deos que aVossa Magestade muitos annos

Villa Bella 7 deAbril de1769, digo as suas dispoziçoens, entregando primeiro oTestamento no Iuizo dos Reziduos. Deos que aVossa Magestade muitos annos Villa Bella

40

7 deAbril de 1769 // Luiz Pinto deSousa // Post Scriptum Advirto aVossa Magestade

que nunca deve mudar as Cazas doSeu Mappa, haja, ou não haja nomes, com que se enchaó, e assim VossaMagestade não deve Supprimir aCaza de =Prezos=

que não veyo descripta neste ultimo do Mez deFevereiro; e regular-se para ofuturo pelo mesmo modélo, com que vier feito o dos Dragoens, para que sejaó todos uniformes naquilo, que for applicavel: pondo-se nos titulos de cima

45

aCaza para os Alferes eSargentos, e não no lado separadamente, porque assim não sahe adiante emhumasó Caza o Numero total do Destacamento // Senbor

Alferes Francisco Rodrigues Tavares. /

ManoelCardozo daCunha

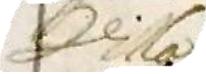
CARACTERÍSTICAS ORTOGRÁFICAS DO DOCUMENTO

O manuscrito analisado neste capítulo é de 1769, portanto, pertencente ao período pseudoetimológico. Segundo Coutinho (1976), esse período começa no século XVI e vai até 1904, ano em que critérios ortográficos uniformes para a língua portuguesa começam a ser estabelecidos. O período pseudoetimológico foi muito influenciado pelo Renascimento, o que possibilita a volta do vocabulário em latim. Segundo Santiago-Almeida:

[...] a ausência de uma norma de fato para a escrita fez com que, principalmente no século XVIII, se apresentasse uma grafia variável, oscilante, emergindo ainda traços da modalidade oral, resquícios da fase da ortografia fonética, própria do período arcaico, em que os textos, revelam frequentes situações de polivalência e de poligrafia. (Santiago-Almeida, 2000).

No manuscrito aqui analisado, observamos algumas características que são influências desse período, como constam nos exemplos a seguir que foram retirados na ordem a qual aparecem no texto.

Consoantes geminadas além de <r> e <s> como em:

Fac-símile	Transcrição da palavra	Localização no <i>corpus</i>
	<Mappa>	F. 1r linha 24 F. 1v linha 41
	<Commandante>	F. 1r linha 25
	<mepermitter>	F. 1r linha 26
	<Remetter>	F. 1r linha 30 F. 1v linha 31 F. 1v linha 34
	<Occaziaó>	F. 1v linha 33
	<Villa>	F. 1v linha 34
	<annos>	F. 1v linha 37
	<Supprimir>	F. 1v linha 42
	<applicavel>	F. 1v linha 45

Substituição do grafema <s> pelo grafema <z> em posição intervocálica:

Fac-símile	Transcrição da palavra	Localização no <i>corpus</i>
	<Occaziaó>	F. 1v linha 33
	<dispoziçoens>	F. 1v linha 36 F. 1v linha 37
	<Reziduos>	F. 1v linha 39
	<Cazas>	F. 1v linha 41
	<aCaza>	F. 1v linha 42 F. 1v linha 46 F. 1v linha 47
	<Prezos>	F. 1v linha 42

Uso da letra ramista <i> no lugar do <j>:

Fac-símile	Transcrição da palavra	Localização no <i>corpus</i>
	<Iuizo>	F. 1v linha 39

Ditongo <eo>:

Fac-símile	Transcrição da palavra	Localização no <i>corpus</i>
	<Deos>	F. 1v linha 39

Uso de <oens>:

Fac-símile	Transcrição da palavra	Localização no <i>corpus</i>
	<Dragoens>	F. 1r linha 26
	<dispoziçoens>	F. 1v linha 36 F. 1v linha 37

Ditongo com semivogal <y>:

Fac-símile	Transcrição da palavra	Localização no <i>corpus</i>
	<veyo>	F. 1v linha 43

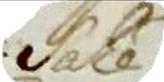
Uso de <h> no início de palavras:

Fac-símile	Transcrição da palavra	Localização no <i>corpus</i>
	<he>	F. 1v linha 31
	<huma>	F. 1v linha 47

O encontro consonantal <pt> :

Fac-símile	Transcrição da palavra	Localização no <i>corpus</i>
	<escriptas>	F. 1r linha 27
	<descripta>	F. 1v linha 43

Ditongo com <h> em posição medial:

Fac-símile	Transcrição da palavra	Localização no <i>corpus</i>
	<sahé>	F. 1v linha 47

BREVES COMENTÁRIOS PALEOGRÁFICOS

Neste manuscrito aqui analisado, classificamos a escrita como humanística ou italiana de acordo com Spina (1977). O tipo de letra é cursiva, em que as letras são corridas, com traçados mais livres e com escritas muitas vezes sem o descanso de mão do escriba. Nesse tipo de escrita apresentam-se algumas dificuldades de leitura devido à essas ligações.

Nos documentos aqui analisados, e até hoje, podemos encontrar inúmeras ocorrências do uso das abreviaturas que visam a velocidade da escrita, a economia do material e a fácil assimilação, como assevera Acioli (1994).

Há várias formas de abreviaturas. As abreviaturas por sigla são representações da palavra a partir da sua letra inicial. As abreviaturas por síncope são constituídas a partir da retirada de elementos gráficos

do meio da palavra e da presença de letras sobrepostas no final. Por fim, as abreviaturas por apócope são oriundas da retirada de letras do final da palavra (Spina, 1977).

A partir dessa classificação, apresentamos, a seguir, na ordem como aparecem no texto, as abreviaturas:

Por sigla:

Fac-símile	Transcrição da palavra	Localização no <i>corpus</i>
	<Vossa>	F. 1r linha 24 F. 1r linha 26 F. 1r linha 28 F. 1v linha 33 F. 1v linha 34 F. 1v linha 36 F. 1v linha 37 F. 1v linha 39 F. 1v linha 40 F. 1v linha 42
	<Post Scriptum>	F. 1v linha 40

Por síncope:

Fac-símile	Transcrição da palavra	Localização no <i>corpus</i>
	<Sobredito>	F. 1r linha 23
	<Magestade>	F. 1r linha 24 F. 1r linha 26 F. 1r linha 28 F. 1v linha 33 F. 1v linha 34 F. 1v linha 36 F. 1v linha 37 F. 1v linha 39 F. 1v linha 40 F. 1v linha 42
	<multos>	F. 1v linha 25

	<Commandante>	F. 1r linha 25
	<para>	F. 1r linha 26 F. 1v linha 32 F. 1v linha 37 F. 1v linha 43 F. 1v linha 44 F. 1v linha 46
	<minha>	F. 1r linha 26
	<muitas>	F. 1r linha 27
	<Somente>	F. 1r linha 28
	<Resposta>	F. 1r linha 28
	<quanto>	F. 1r linha 29 F. 1v linha 36
	<herdeiro>	F. 1v linha 31
	<dito>	F. 1v linha 34
	<Fazenda>	F. 1v linha 35
	<Testamento>	F. 1v linha 36 F. 1v linha 39
	<cumprimento>	F. 1v linha 37
	<que>	F. 1v linha 37 F. 1v linha 39
	<muitos>	F. 1v linha 37 F. 1v linha 39
	<annos>	F. 1v linha 37 F. 1v linha 39
	<Villa>	F. 1v linha 38 F. 1v linha 39

	<Bella>	F. 1v linha 38 F. 1v linha 39
	<Fevereiro>	F. 1v linha 43
	<separadamente>	F. 1v linha 46
	<numero>	F. 1v linha 47
	<Destacamento>	F. 1v linha 47
	<Senhor>	F. 1v linha 47

Abreviatura por apócope:

Fac-símile	Transcrição da palavra	Localização no <i>corpus</i>
	<porque>	F. 1v linha 46

ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO *CORPUS*

A filologia ainda possui uma função muito importante que nos serve para ir além do texto escrito. A função transcendente nos permite ir até o seu contexto histórico e social. Spina (1977) assevera sobre a evidência dessa necessidade que a filologia tem da perspectiva histórica para o seu exercício.

A Capitania de Mato Grosso foi criada pela Coroa Portuguesa em 9 de maio de 1748, principalmente pela descoberta das jazidas de ouro, sendo então desmembrada da Capitania de São Paulo, através de uma Carta Régia e tendo como capital a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade no período que vai de 1752 a 1818.

Luis Pinto e Souza Coutinho foi o 4º Governador da Capitania, tomando posse em 3 de janeiro de 1769 e governou até o dia 13 de dezembro de 1772. Enquanto esteve no governo vivia com receio, uma vez que o governo anterior havia alertado sobre possíveis conflitos contra os castelhanos.

O documento é um pedido de restituição dos bens de dois soldados que morreram em combate. O pedido foi feito para que a Provedoria dos Defuntos e Ausentes pudesse tomar as devidas providências diante do acontecido. No manuscrito consta que um dos soldados tinha um irmão, que passa a ser o herdeiro natural dos seus bens, e o outro deixou testamento, passando o caso para o Juízo dos Resíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos como objetivo, neste capítulo, realizar o estudo filológico de um manuscrito do ano de 1769, no qual há a solicitação da restituição dos bens de dois soldados mortos em combate na Capitania de Mato Grosso.

Apoiadas nas normas de edição do PHPB e nos fundamentos da filologia, foram realizadas as edições fac-similar e semidiplomática, com a intenção de compreender melhor o documento e visando, através das funções da filologia, uma análise do contexto sócio-histórico, além de aumentar a visibilidade aos documentos históricos de Mato Grosso.

Ter acesso a esses documentos é fundamental para os estudos filológicos e linguísticos, uma vez que a edição desses manuscritos contribui para o projeto PHPB, em âmbito nacional e regional, visando a investigação da história linguística do português brasileiro.

O Estado de Mato Grosso ainda carece de estudos que possam contribuir para a história do português brasileiro e o entrave continua sendo essa carência de documentos transcritos, que poderiam contribuir para determinar as características do português no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Acioli VL (1994). *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: Editora Universitária UFPE/FUNDAJ/Massangana, 309p.
- Almeida CL (2013). *Estudo filológico de manuscritos de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres*. UFMT - Instituto de Linguagens (Dissertação), Cuiabá. 242p.
- Almeida CL (2019). “Autos de Habilitaçam” do século XVIII: Análise filológica, terminológica e discursiva. UFMT - Instituto de Linguagens (Tese), Cuiabá. 496p.
- Cambraia CN (2005). *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes. 216p.
- Costa e Silva PP (1993). *Os governantes de Mato Grosso*. Edição do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. 68p.
- Coutinho IL (1976). *Gramática Histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 357p.
- Covezzi MM et al. (2016). Análise filológica da cópia da carta para João Pedro da Câmara. *Revista Philologus*, ano 22, nº 66 Supl.: Anais da XI JNLFLP. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set/dez: 483-503.
- da Costa WJG (2018). *De cofre não tem mais que o nome: A provedoria das Fazendas dos Defuntos e Ausentes no Brasil Colonial (séculos XVI-XVIII)*. Universidade Federal de Ouro Preto (Tese), Mariana. 645p.
- de Andrade EA (2008/2009). Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. *Filologia, linguística, português*, 10-11: 149-172.
- de Melo GC (1981). *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 244p.

- Flexor MHO (2008). *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 600p.
- Santiago-Almeida MM (2000). *Aspectos fonológicos do português falado na baixada cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil (Manuscritos da época das Bandeiras, século XVIII)*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (Tese). São Paulo. 319p.
- Siqueira EM (2017). *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. 2ª ed. atual. e ampl. Cuiabá, MT: Entrelinhas Editora. 288p.
- Spina S (1977). *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo. 153p.

Regimento dos Capitães do Mato: Análise de alguns aspectos filológicos

 10.46420/9786588319802cap4

Carolina Akie Ochiai Seixas Lima¹ 

Bruna Corrêa Araújo² 

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, foi estudado e analisado filologicamente o manuscrito “Regimentos dos capitães do mato”, que foi escrito em 1755 na cidade Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso. O documento se encontra no Arquivo Público de Mato Grosso, dentro do “Livro de registro de provisões, portarias, cartas expedidas e recebidas dos governos de D. Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho – 1751-1770”, tendo como fundo a Secretaria de Governo, e como série “Livro – C – 06 – Estante 01”.

O trabalho filológico, de acordo com Bassetto (2001), “tem por objetivo a reconstituição de um texto, total ou parcial, ou a determinação e o esclarecimento de algum aspecto relevante a ele relacionado”. Assim, a filologia trabalha com o texto e a sua reconstituição, considerando também pesquisas históricas e linguísticas durante o processo.

No manuscrito estudado, o principal assunto é o acordo sobre os pagamentos conforme a distância que os capitães do mato percorriam atrás de negros escravizados que fugiam. Um exemplo é a sentença, “Escravo apanhado | desde o *Rio* Aporé até ao *Rio* Iaurú epello *Rio* Aporé abaixo, desde | acaza redonda até *Santa* Roza trinta oitavas deouro.//” (Página 1, trecho da linha 12 a 14).

Os pagamentos mencionados são chamados de “tomadias”

O vocábulo tomadia significava a importância paga aos capitães-do-mato, pela captura de escravos fugidos por aqueles levados a cabo. A princípio, os pagamentos eram previamente assentados entre as partes interessadas [...] só depois que a rebeldia dos escravos aumentou sobremaneira, [...] os pagamentos dos capitães-do-mato passaram a ser estipulados em tabelas, mediante Regimentos e outros atos expedidos por autoridades governamentais. (Goulart, 1971 *apud* Baldo, 1980).

Segundo Baldo (1980), “Além da denominação de capitão-do-mato, os indivíduos que perseguiram escravos fugidos foram, durante o exercício de suas funções, designados de várias maneiras”, e Lordelo (2010) informa as denominações encontradas para esses homens nos documentos de Mato Grosso: “Nos livros de Registros do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, e nos Anais de Vila Bela encontramos

¹ Doutora em História (UFMT), professora do Departamento de Letras (IL/UFMT), carolina.lima@ufmt.br.

² Graduada do Curso de Letras – Português/Literaturas (UFMT), bruna_correa0@hotmail.com.

as seguintes denominações: ‘capitão-do-mato’, ‘capitães soldados das entradas’, ‘capitães das entradas’, ‘oficiais e soldados do mato’, ‘capitão-mor’”.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O contexto histórico do documento estudado como fonte desta pesquisa concentra-se no ano de 1755 em Vila Bela da Santíssima Trindade, que foi a primeira capital da Capitania de Mato Grosso.

Durante o período colonial em Mato Grosso, a Capitania de São Vicente, localizada em São Paulo, estava muito presente, por meio dos bandeirantes paulistas, por terem sido eles os primeiros a encontrar ouro na região. Assim, desde o início do século XVIII, o estado não possuía uma capitania, e novas minas foram descobertas ao lado oeste, sendo uma longa distância para os paulistas percorrerem.

Dessa forma, houve a criação da Capitania de Mato Grosso, em 1748, sendo sua principal cidade Vila Bela da Santíssima Trindade. Essa situação é explicada por Siqueira (2002): “A coroa portuguesa, considerando a distância das minas descobertas no extremo oeste da Capitania de São Paulo, resolveu criar uma nova: a de Mato Grosso, através da Carta Régia de 9 de Março de 1748, nomeando, para governá-la, um nobre lusitano, D. Antônio Rolim de Moura”.

Então, em 1752, D. Antônio Rolim de Moura chega a Vila Bela da Santíssima Trindade e a funda como a primeira Capitania de Mato Grosso. Como o manuscrito estudado possui a data de 12 de dezembro de 1755, é nesse contexto que ele é escrito, três anos após a fundação da Capitania.

Lordelo (2010), se referindo aos “Regimentos dos capitães do mato”, explica que Rolim de Moura o assinou, preocupado com a fuga dos escravos:

Entre os anos de 1755 e 1756, a documentação registra a preocupação do capitão general da capitania de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura, por ‘andarem tantos escravos no mato’, ou seja, com a quantidade de escravos negros fugidos. E, somente nesses dois anos, Rolim de Moura assinou um regimento dos capitães-do-mato, acordando sobre os ‘emolumentos que deviam ter os capitães do mato da tomada dos negros fugidos e quilombos’.

O “Regimentos dos capitães do mato” é um documento de valor histórico e político, por revelar detalhes da situação colonial mato-grossense dos trabalhos dos capitães do mato na captura de negros escravizados que fugiam. Além disso, possui importância para o campo de estudos da filologia, e, nesta pesquisa, buscou-se analisar a autenticidade do manuscrito e a escolha lexical por meio dos nomes de pessoas, rios e lugares citados, além da variação de palavras, após a edição semidiplomática.

Assim, com as informações presentes no documento, pudemos relacioná-las com o contexto de Vila Bela da Santíssima Trindade, e fazer a análise filológica.

REVISÃO DE LITERATURA

Para ser feita a edição semidiplomática do documento, foram utilizadas as Normas de transcrição de documentos manuscritos e impressos: Edição Semidiplomática (2011), organizadas por Afrânio Barbosa, do projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB). Durante a leitura e edição, foram desmembradas as abreviaturas, e para isso foi consultado o livro de Maria Helena Ochi Flexor (2019).

Foi estudada a obra Elementos de Filologia Românica (2001), de Bruno Fregni Bassetto, a qual o autor separa em etapas o trabalho filológico. Além disso, ele explica que, para realizar a reconstituição textual, a filologia segue desde a crítica textual até questões sobre os pormenores presentes no texto: “Estende-se desde a crítica textual, cujo objetivo é o próprio texto, até as questões histórico-literárias, como a autoria, a autenticidade, a datação etc., e o estudo e a exegese do pormenor” (Bassetto, 2001).

O livro Introdução à Edótica: crítica textual, de Segismundo Spina, foi estudado para o entendimento dos estudos filológicos, suas funções, objetivos e detalhes. Pois, segundo o autor o principal objetivo das investigações filológicas, históricas e literárias é o texto (Spina, 1977).

Para os estudos do contexto histórico, foram consultados os livros História de Mato Grosso: da Ancestralidade aos dias atuais (2002), de Elizabeth M. Siqueira; e, O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVII (2011) de Nauk Maria de Jesus, ambos para informações sobre o Mato Grosso no período colonial.

Também a dissertação de mestrado de Monique Lordelo, Escravos negros na fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso: Fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796) (2010), a qual a autora apresenta a situação dos negros escravizados durante o século XVIII em Vila Bela da Santíssima Trindade, também trazendo informações sobre os capitães do mato.

METODOLOGIA

Esta foi uma pesquisa desenvolvida pela aluna, Bruna Corrêa Araújo, voluntária de Iniciação Científica (VIC), no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, na Universidade Federal de Mato Grosso, sob orientação da Profa. Dra. Carolina Akie Ochiai Seixas Lima, Líder do grupo de pesquisa Folium – Estudos Interdisciplinares de Linguística, Filologia e História, com encontros realizados mensalmente.

Para ser estudado o manuscrito, durante a leitura fizemos a transcrição e a edição escolhida para esse trabalho foi a semidiplomática. Sobre a edição diplomática, Spina (1977) informa que é a “reprodução tipográfica do original manuscrito, como se fosse completa ou perfeita cópia do mesmo na grafia, nas abreviações, nas ligaduras, em todos os seus sinais e lacunas, inclusive nos erros e nas passagens estropiadas”. Mas, a diplomático-interpretativa ou semidiplomática se difere, pois “vai mais longe na interpretação do original, pois já representa uma tentativa de melhoramento do texto [...]” (Spina, 1977).

Assim, para realizá-la, foram seguidas as Normas de transcrição de documentos manuscritos e impressos: Edição Semidiplomática (2011), organizadas por Barbosa, do PHPB. (Disponível em: <<https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/normas-de-edicao-do-phpb-2a-versao>>. Acesso em: 01 fev. 2020).

Como primeira etapa do trabalho, apresentamos a ficha codicológica do manuscrito que contém informações a respeito da fonte de pesquisa, tais como: a localização, o assunto, a datação. Informações de muita relevância para o estudo do documento em si e de seu contexto histórico. Após, seguimos com a apresentação do fac-símile e, então, a apresentamos a transcrição e edição do manuscrito para depois descrevermos alguns fatos linguísticos que nos chamaram atenção.

Apresentação da ficha codicológica, do fac-símile e da edição semidiplomática:

Quadro 1. Ficha codicológica. Fonte: Elaborada pelas autoras.

FICHA CODICOLÓGICA
Localização: Arquivo Público de Mato Grosso - Livro de registro de provisões, portarias, cartas expedidas e recebidas. Governos: D. Antonio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho.
Fundo: Secretaria de Governo
Série: Livro – C – 06 – Estante 01
Assunto: “Regimentos dos Capi. ^{es} do Mato”
Palavras-chave: regimento, escravos, capitam.
Datação: 1755

Para Spina (1977), “a fotografia do texto é o fac-símile, que reproduz com muita fidelidade as características do original: o formato, o papel, as ilustrações, as imagens, e até a cor e o tamanho”. O fac-símile selecionado para este estudo do “Regimentos dos capitães do mato” possui três imagens, as quais serão numeradas da seguinte forma: fólio 1r, para a primeira página, fólio 1v, para a segunda e fólio 2r, para a terceira.

O documento estudado encontra-se dentro de um livro de registros oficiais do Governo do Estado de Mato, por esse motivo, convencionamos numerar as páginas utilizadas para esta pesquisa como fólios (1r, 1v e 2r), pois não pudemos retornar ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso para verificar a quantidade de páginas do livro e numerá-las de acordo com a ordem em que estavam dispostas. Isso porque, desde março de 2020, com o início dos protocolos de segurança criados por conta da Pandemia do Covid-19, as visitas presenciais ao AP-MT foram suspensas e o documento em questão ainda não está disponível no formato digital na página on-line do referido arquivo.

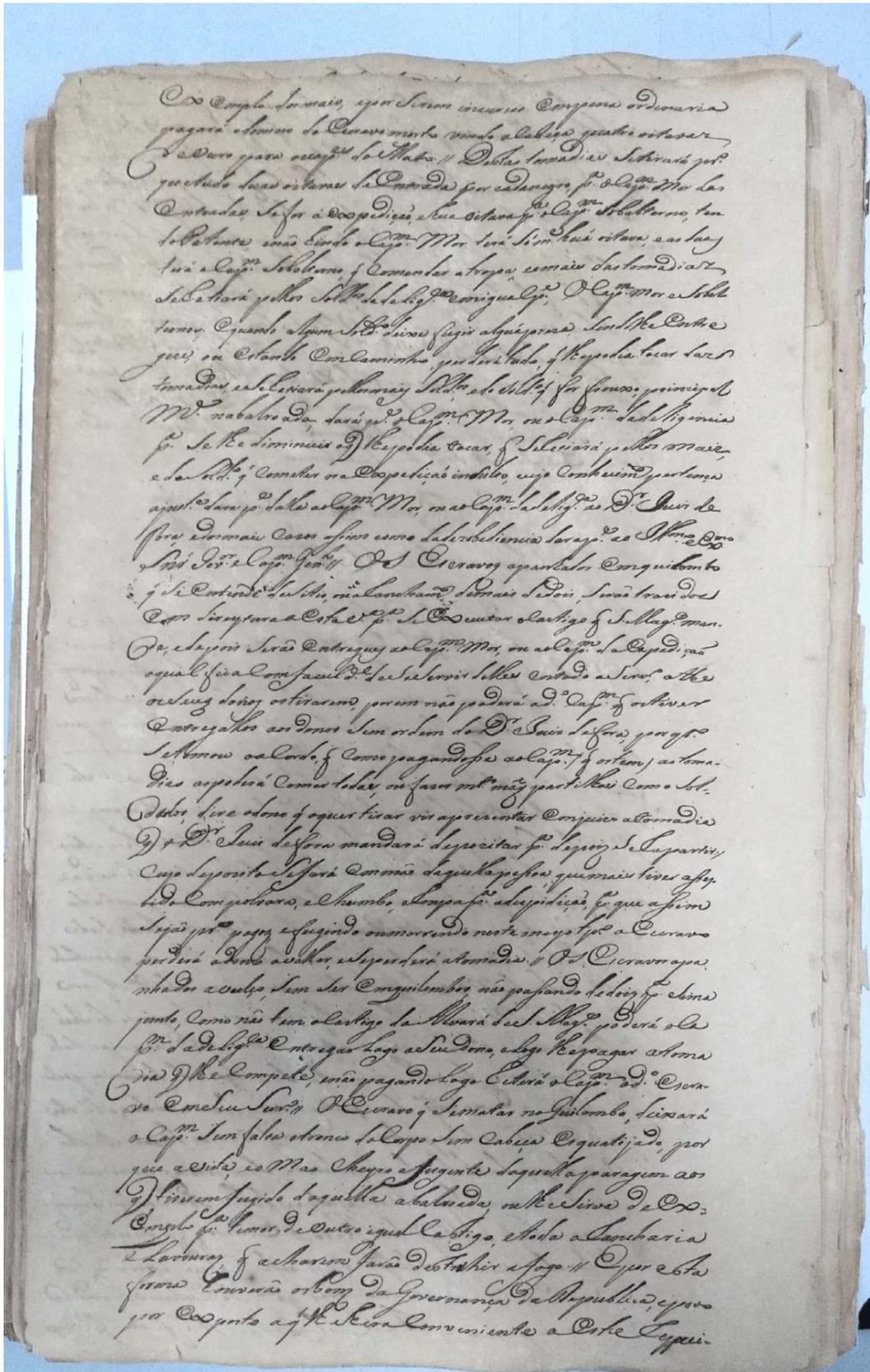


Figura 2. Fólio 1v. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso. Fólio 1v - “Regimentos dos capitães do mato”.

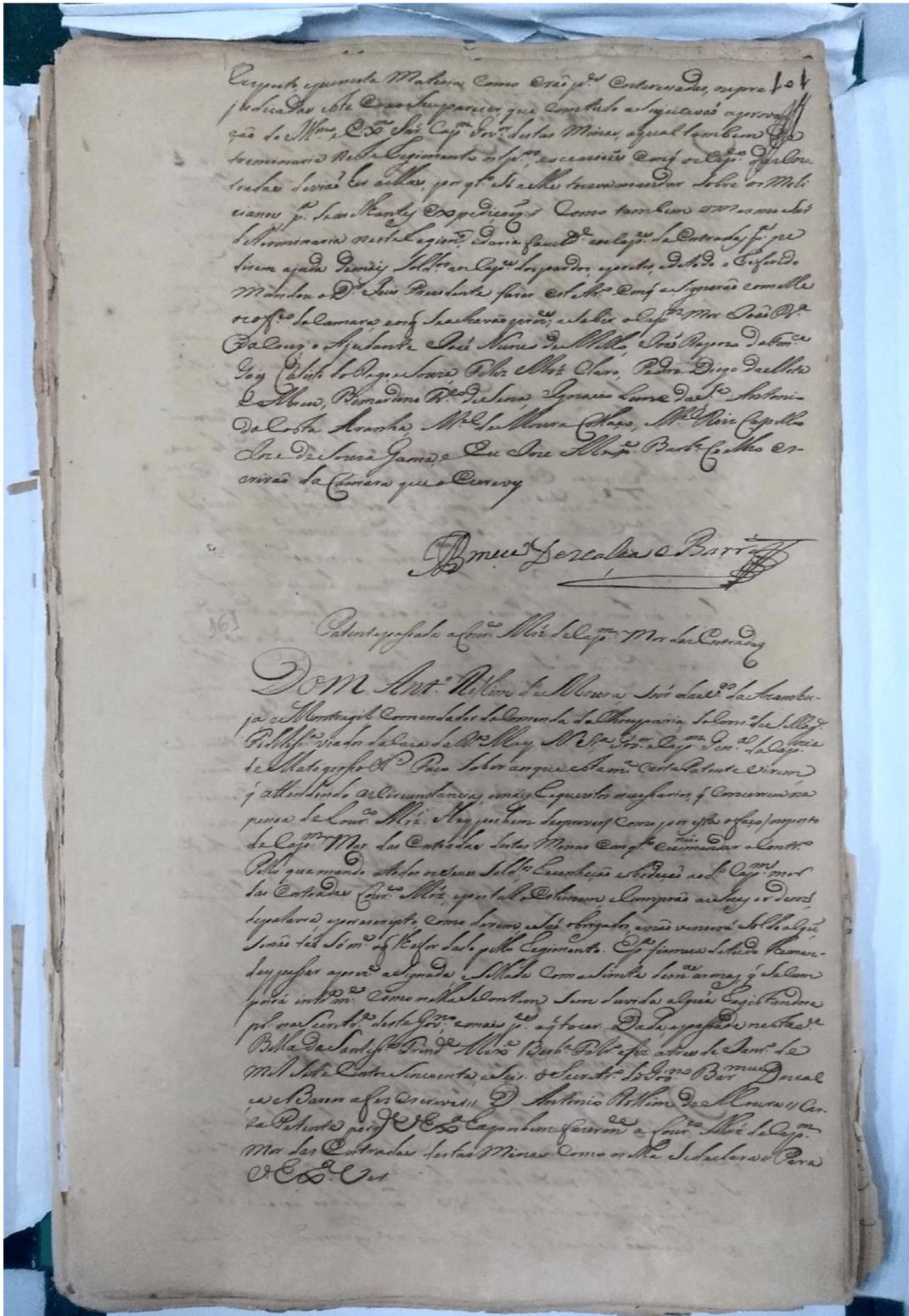


Figura 3. Fólio 2r. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso. Fólio 2r - “Regimentos dos capitães do mato”.

Quadro 2. Transcrição e edição semidiplomática. Fonte: Elaborada pelas autoras.

		Fol. 1r
	Regimentos dos Capitães do Mato	
	Aos doze dias do mes deDezembro demil setecentos esincoenta e	
	sinco anno nestaVilaBela daSantissima Trindade emcazas derezidencia	
	doDr Juiz deforaTeotonio daSilvaGuzmaõ, por falta depassos proprios	
l. 05	daCamara, sendoprezente osveriadores, eProcurador desteanno eosconvi	
	daGovernança daRepublica, foy acordado sobre os envolvimentos que	
	deviaõ ter oscapitães doMato datomadia dosnegros fugidos é quilombos na	
	formaseguite // Escravo apanhado desde oRio Iauru até o Rio Su	
	petuva, epellaestrada debaixo desde o Rio Iaurú até aoParagoay, e	
l. 10	para aparte do Norte, apanhado nos quilombos antigos no Rio Guallera e seus	
	Sertões, epello Aporé abaixo, desde osítio deSanta Roza até a ultima ca	
	xoeyra deste destrito sincoenta oitavas deOuro. // Escravo apanhado	
	desde oRio Aporé até ao Rio Iaurú epello Rio Aporé abaixo, desde	
	acaza redonda até Santa Roza trinta oitavas deOuro.// Escravo apanhado	
l. 15	nas Entradas dos Matos dosQuilombos nasvezinhanças doRio Apore	
	para a parte destas Minas, e pello Rio Aporé abaixo desde o porto de Ioaõ	
	Bello até acaza redondavinte oitavas deOuro.// Escravo apanhado	
	nasvezinhanças dos Arrayais até seis legoas de distancia, epelo	
	Rio Aporé abaixo, oupara sima quatro oitavas deOuro, em dias até che	
l. 20	gar aestaVilla aoitava por dia.// Escravo, que entrar depaz até ahu~	
	Mes depois da abalroada doquilombo seis oitavas ao mesmo pa	
	gará seentrar depaz com anoticia dehir sobre osQuilombos	
	aexpedição dosCapitães doMato.// Escravo que for morto na	
	abalroada, será trasidapara aforca asuacabeça, epor não ter	
l. 25	aCamara como emoutras partes secostuma rendar	
	comquepague estecastigo taõ necessario para ex.	
		Fol. 1v.
	Exemplo dos mais, epor serem incursos empessa ordinaria	
	pagará o donno doescravo morto vindo acabeça quatro oitavas	
	deOuro para oscapitães doMato.// Destas tomadias setirá primeiro	
	que tudo duas oitavas deentrada por cadanegro, para oCapitam Mor das	
l. 05	entradas, sefor a expedição, ehuaoitavapara oCapitam Sobalerno, ten	
	doPatente, enaõ hindo oCapitamMor terá sómente huã oitava, e as suas	
	terá oCapitam Sobalerno, que comandar atropa emais das tomadias	
	seratiará pellos soldados da deligenciaemigualparte; OCapitam Mor eSobal	
	ternos. Equando algumSoldado deixe fugir alguãpresa sendolheentre	
l. 10	gue, ou estando emcaminho, perderá tudo, que lhepodia tocar daz	
	tomadias, ese ratiará pellosmais soldados; edo soldado que for frouxo, principal	
	mente nabalroada, dará parte oCapitamMor, ou oCapitam dadeligencia	
	para se lhe diminuir oque lhepodia tocar, que seratiará pellos mais,	
	e dosoldado que cometer naexpedição insulto, cujo conhecimento pertença	
l. 15	ajunta dará parte dele aoCapitamMor, ou aoCapitam da deligencia ao Dr Ius de	
	fora edos mais casos assim como dadezobediencia daráparte ao Illustrissimo eExcelentissimo	
	Senhor Governador eCapitam General // Os Escravos apanhados emquilombo	
	que seentende dositio, ou aranchamento demais dedois, seraõ trazidos	
	em direyturaaestaVilla para seexecutar ocastigo que sua Magestade man-	
l. 20	da, edepois seraõ entregues aoCapitamMor, ou aoCapitam daExpedição	
	oqual ficacomfaculdade deservir delles estado aserviço, athe	

	os seus donos os tirarem, porem não poderá o dito Capitam que estiver
	entregallos aos donos sem ordem do Dr Iuiz defora, por quanto
	se tomou oacordo, que como pagandosse aoCapitam/ que os tem/ as toma-
l. 25	dias as poderá comer todas, ou fazer muito mais partilhas com o sol=
	dados, dise o dono que oquer tirar vir apresentar emjuiso atomadia
	que oDr Luis defora mandará depositar para depois sereparir:/
	cujo depositosefará em mão daquellapessoa quemais tiver asses-
	tidocom polvara, echumbo, erouppara as espidação para que assim
l. 30	sejaõ primeiro pagos, efugindo oumorrendo neste meyo tempo oescravo
	perderá o dono ovalor, e se perderá atomadia. // Os escravos apa-
	nhados avulço, sem ser em quilombos não passando de dois para sima
	junto, como não tem o castigo do Alvará de Sua Magestade poderá o Ca
	pitam da deligença entregar logo a seu dono, e logo lhe pagar atomadia
l. 35	dia que lhe compete, e não pagando logo reterá o Capitam o dito esca
	vo em seu serviço. // O escravo que simatar no quilombo, deixará
	o Capitam sem falta o tronco do corpo sem cabeça esquatijado, por
	que avista, e o mao cheyro afugente daquella pasagem aos
	que tiverem fugido daquella abalroada, ou lhes sirva de ex.
l. 40	emplo para temor de outro igual castigo, e toda a rancharia
	e lavouras, que acharem fôrão de destruir a fogo. // E por esta
	forma houverão os bons da Governança da Republica, e posto
	por exposto aquelle heera conveniente a este respeito=
	Fol. 2.r
	respeito, e que nesta Materia como eraõ partes interessadas, os pre
	judicados este eraõ seu parecer que com tudo a sujeitavaõ aprova
	ção do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Capitam Governador destas
	Minas, o qual tambem de
	terminaria neste regimento os tipos e ocasiões em que os Capitaes das en-
l. 05	tradas deviaõ hir a ellas, por quanto só alhe tocavam mandar sobre os Meli
	cianos, para semelhantes expedições. // Como tambem o mesmo senhor
	determinaria neste regimento daria facultade aos Capitaes das entradas para pe
	direm ajuda demais soldados aos Capitaes dos pardos, e pretos, e de todo o referido
	mandou o Doutor Iuiz Presidente fazer este termo em que assignaraõ com Me
l. 10	os officios da camara e os que se achavaõ presentes; a saber o Capitam Mor João Pereira
	da Cruz o Ajudante José Nunes de Mello, João Raposo da Fonseca /
	Goiz Calisto do Rego e Souza, Feliz Martinz Claro, Pedro Diego da Mota
	e Abreu, Bernardino Francisco de Serra, Ignacio Leme da Silva Antonio
	da Costa Aranha, Manoel de Moura Collaço, Manoel Roiz Capello
l. 15	Joze de Souza Gama, e Eu Joze Alexandre Barboza Coelho es
	crivaõ da Camara que escreveu
	[espaço]
	JBC meu Descalça e Barros [cetras]

RESULTADOS E DISCUSSÃO: AUTENTICIDADE, DATAÇÃO E LOCALIDADE

Para Bassetto (2001), “autenticidade diz respeito à autoria do texto, que se dirá autêntico se realmente for do autor ao qual se atribui”. Porém, em algumas situações, como nos casos dos manuscritos, a autoria verdadeira não está presente de forma óbvia no texto, “a autoria, sobretudo no

caso dos manuscritos, frequentemente não é clara; havendo qualquer dúvida, cabe ao filólogo a tarefa de resolvê-la” (Bassetto, 2001).

No caso do “Regimentos dos capitães do mato”, a autenticidade se encontra na última linha do manuscrito (linha 18, fólio 2r.), onde duas informações aparecem ao lado de uma assinatura, na ordem seguinte: As iniciais JBC sobrepostas, na assinatura “meu Descalça eBarros”, e, por fim, aparece as cetras que são marcas deixadas pelo escriba ao final da assinatura. A imagem abaixo mostra a assinatura completa.

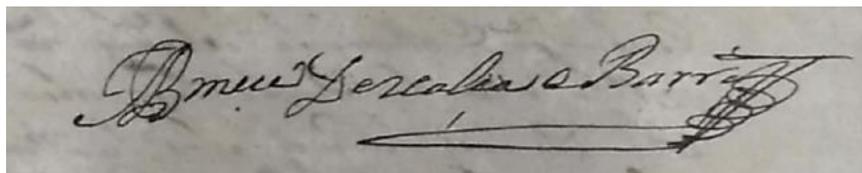


Figura 4. Assinatura: “JBC meu Descalça e Barros” (linha 18, fólio 2r). Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso. Fólio 2r - “Regimentos dos capitães do mato”.

Durante a edição, foi suposto que as letras “JBC” sobrepostas seriam as iniciais do nome do escrivão, pois ele está mencionado na linha 15 da terceira página, como: “eEu Ioze *Alexandre* BarbozaCoelho es| crivaõ daCamara queoescrevy” (linha 15, fólio 2r).

A expressão “meu Descalça eBarros” pode ter relação com Bartolomeu Descalça e Barros, Secretário do governo durante o ano em que o documento foi escrito. Siqueira (2005) informa sobre ele, “Bartolomeu Descalça e Barros, nomeado, a 29 de outubro de 1749, como Secretário do governo da Capitania de Mato Grosso durante a gestão do 1º capitão-general, D. Antônio Rolim de Moura (1748-1765)”.

Sobre a datação, Bassetto (2001) informa a sua importância para se compreender o conteúdo do documento em uma pesquisa filológica: “determinar a data, o ano ou, pelo menos, a época em que o documento foi escrito pode ser muito útil para a compreensão de seu conteúdo, de sua forma, finalidade e outros aspectos, já que um escrito, de uma forma ou de outra, é um reflexo de sua época”. Assim, há uma data mencionada, sendo a de 12 de dezembro de 1755, presente logo em sua primeira linha: “Aos doze dias do mês deDezembro demil setecentos esincoenta e| sinco anno nesta *VilaBela* daSantissima Trindade” (linhas 1-2, fólio 1r). É dessa forma que o manuscrito é iniciado, informando a data em que foi escrito e a localização, Vila Bela da Santíssima Trindade.

Nomes de pessoas

Há nomes citados no documento, a maioria nas últimas linhas da terceira página. Foram listados a seguir e, quando foi possível encontrar suposições sobre quem eles eram, explicamos, de acordo com resultados de pesquisas.

“Teotônio da Silva Gusmão” (linha 04, fólio 1r), mencionado como Juiz de Fora no documento, e verificado como Juiz de Fora de Vila Bela da Santíssima Trindade de 1752 a 1756 no quadro “Relação dos juizes de fora na capitania de Mato Grosso” em Nauk Maria de Jesus (2011).

“João Raposo da Fonseca Goiz” (linha 11, fólio 2r), foi encontrado um nome parecido, “João Raposo de Afonso Góes” como “proprietário de terra” em Jesus (2011), no quadro “Dados dos oficiais da câmara de Vila Bela (1752-1808)”. Pode não ser a mesma pessoa, por termos detectado o nome no manuscrito como “Fonseca”, abreviado como “Fon^{ca}”, ao invés de “Afonso”, além de “Goiz” no local de “Góes”. Sendo estas as informações encontradas a respeito desse nome, não pudemos determinar, exatamente quem foi e o que fazia.

“João Pereira da Cruz” (linha 10, fólio 2r), como no caso anterior, foi encontrado um nome também parecido, “João Fonseca da Cruz”, como “provedor da fazenda de Vila Real”, em Jesus (2011), havendo possibilidade ou não de ser a mesma pessoa.

“Inácio Leme da Silva” (linha 13, fólio 2r), nome mencionado em Lordelo (2010), onde a autora diz que é possível ele ter sido o sargento mor responsável pela destruição do quilombo Grande, pois é referido dessa forma em um anal de Vila Bela de 1770.

Durante a pesquisa, encontramos um comentário, cujo autor é Vizoivizoi, em que há uma citação com a data 19 de Março de 1752, publicado em mídia digital “Vila Bela da Santíssima Trindade 262 anos” (Zilo Produções, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PyODr01ejTE>>. Acesso em: 15 set. 2020). Nessa citação, estão presentes nomes também mencionados no manuscrito estudado, e podem, supostamente, serem os mesmos: “José Nunes de Mello” (linha 11, fólio 2r.), escrito no comentário como “João Nunes de Melo”; “Calisto do Rego e Souza” (linha 12, fólio 2r.), escrito como “Calisto de Sousa Rego”; “Feliz Martinz Claro” (linha 12, fólio 2r.), como “Felix Martins Claro” e “Pedro Diego da Mota e Abreu” (linha 12, fólio 2r.), como “Pedro Diego da Mota”.

“Ioze Alexandre Barboza Coelho” foi transcrito como “Ioze” pela edição semidiplomática não alterar a forma escrita. Este nome é mencionado como o escrivão da Câmara, e também é ele quem escreveu o “Regimentos dos capitães do mato”, informação adquirida pela frase “EuIoze Alexandre BarbozaCoelho es | crivão daCamara queoescrevy” (linha 15, fólio 2r.).

Este nome foi encontrado nas “Anotações de Pesquisa”, dentro do *Catálogo do Fundo Sérgio Buarque de Holanda* da UNICAMP (2014) como o escrivão da Câmara de Vila Bela, se referindo a uma carta de 1755. A citação pode ser vista abaixo, ela confirma que José Alexandre Barbosa Coelho foi escrivão da Câmara em 1755:

“Carta dos Oficiais da Câmara de Vila Bela, redigida por José Alexandre Barbosa Coelho, Escrivão da Câmara a S. Majestade enviando os Estatutos Municipais ou Posturas da Câmara de Vila Bela, com aprovação de D. Antonio Rolim de Moura, Governador Capitão General da Capitania de Mato Grosso e solicitando aprovação ou reprovação. Vila Bela, 21 maio 1755.3p. (cm/SBH) Pi 516/23:37 P31.” (UNICAMP, *Catálogo do Fundo Sérgio Buarque de Holanda*, 2014)

Os nomes Bernardino Francisco de Serra, Antonio da Costa Aranha, Manoel de Moura Collaço, Manoel Roiz Capello e Ioze de Souza Gama não foram encontrados em nossas pesquisas.

Nomes de rios e lugares

Os rios aparecem como pontos de referência, no documento, para os capitães do mato determinarem a distância que percorreram e saberem quais são os seus devidos pagamentos. Um dos exemplos está no trecho entre as linhas 14 e 17, fólio 1r, “Escravo apanhado | nas Entradas dos Matos dos Quilombos nas vezinhanças do Rio Apore | para a parte destas Minas, e pelo Rio Aporé abaixo desde o porto do João | Bello até a caza redonda vinte oitavas de Ouro.”

No manuscrito, são mencionados alguns rios de Mato Grosso, na tabela 01, mostramos a linha onde são mencionados os rios, sendo todas da primeira página (fólio 1r), a forma que foram escritos, conforme apresentamos na edição, os nomes que os rios são conhecidos atualmente, para comparação, e o número de ocorrências no documento. A respeito dos atuais nomes dos rios, de acordo com Lordelo (2010) e Siqueira (2002).

Tabela 1. Nomes de rios. Fonte: Elaborada pelas autoras.

Linha (fólio 1r)	Nome no documento	Nome conhecido atualmente	Número de ocorrência
l. 08 l. 09 l. 13	Iauru; Iaurú	Jauru	3
l. 08-09	Sepetuva	Sepotuba	1
l. 09	Paragoay	Paraguai	1
l. 10	Guallera	Galera	1
l. 11 l. 13 l. 15 l. 16 l. 19	Aporé	Guaporé	6

Foram localizados que os rios “Aporé”, “Guallera”, “Iauru” e “Sepetuva” são, respectivamente, os atuais Guaporé, Galera, Jauru e Sepotuba em Lordelo (2010, p. 92), onde são citados dois trechos do início desse manuscrito, transcritos com atualização da grafia, confirmando que são esses os nomes atuais. Esses trechos são da primeira página do “Regimentos dos capitães do mato”, o primeiro da linha 8 a 12, e o segundo da 14 a 20. Também foi comprovada a atual escrita em mapas geográficos do Estado de Mato Grosso, onde estão mencionados dessa forma, em Siqueira (2002).

O Guaporé é o mais recorrente no manuscrito, sendo mencionado seis vezes. Acreditamos que isso tenha relação com a sua grande importância para Mato Grosso durante o período colonial, explicada

por Lordelo (2010) no seguinte trecho, “O rio Guaporé, também conhecido como Itenes era de extrema importância para essa sociedade colonial, que tinha como estradas rios navegáveis [...]”.

Além dos rios, há lugares também mencionados. São eles: “quilombos”, os mais recorrentes no documento, presentes em todas as páginas, “cachoeira”, (linha 11 e 12, fólio 1r.), “casa redonda” e “sítio Santa Roza” (ambos na linha 14, fólio 1r.), “porto João Bello” (linha 16 e 17, fólio 1r.) e “Arraiais” (linha 18, fólio 1r.)

Os locais “casa redonda” e “cachoeira”, durante nossa pesquisa não foi possível afirmar a localização específica e, exatamente qual seria a cachoeira citada. Sobre os quilombos, aparecem na maior parte sem especificação, porém, na linha 15 da primeira página, é descrito com uma informação sobre as suas localidades, sendo eles perto do rio Guaporé: “Quilombos nas vezinhanças do Rio Apore” (linha 15, fólio 1r.).

Lordelo (2010) apresenta a tabela “Formação de quilombos na capitania de Mato Grosso (século XVIII)”, e nela aparece o “Quilombo do Quariterê ou Grande”, que está localizado nas margens do rio Galera e, sendo um afluente do Guaporé, há possibilidade de ser um dos quilombos mencionados.

Sobre os outros locais, o sítio Santa Rosa está escrito de forma abreviada, como “sítio de S. Roza” e, para estender essa abreviatura corretamente, ela foi buscada em Flexor (2019), e foram encontradas algumas possibilidades para o nome, mas ele fica confirmado como “Santa Rosa” pela leitura do trecho transcrito que Lordelo (2010) apresenta do “Regimentos dos capitães do mato”. Este local também está presente para confirmação em Siqueira (2002), na parte “Trecho de uma carta de Rolim de Moura”, que se segue assim: “[...] com aquele estabelecimento (Nossa Senhora da Boa Viagem) o de Santa Rosa, o das Pedras, a aldeia S. José e moradores areando por toda margem oriental do Guaporé [...]”.

E sobre o “porto João Bello”, foi encontrada uma informação no site Portal Mato Grosso (Belo João, disponível em: <<https://portalmatogrosso.com.br/belo-joao/>>. Acesso em: 18 ago. 2020): “BELO (João). Sertanista. Foi o primeiro morador da região onde se fundou a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, nas margens do Rio Guaporé, no local denominado Porto de João Belo, há 12 léguas de São Francisco Xavier”.

Varição grafemática

Há palavras que variam nas formas que são escritas. São elas “tomadia” no plural, sendo presente as formas “tomadias” e “tomadias”, “Iauru” ocorre na forma acentuada, “Iaurú”, e sem acento e “determinaria”, apresenta a ocorrência como “determinaria”, conforme figuras abaixo:

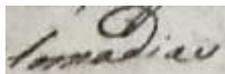


Figura 5. “Tomadiaz” (linha 03, fólio 1v). Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso. Fólio 1v - “Regimentos dos capitães do mato”.

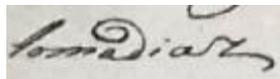


Figura 6. “Tomadiaz” na segunda página (linha 07, fólio 1v). Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso. Fólio 1v - “Regimentos dos capitães do mato”.

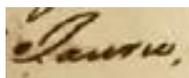


Figura 7. “Tauru” na primeira página (linha 08, fólio 1r). Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso. Fólio 1r - “Regimentos dos capitães do mato”.

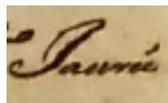


Figura 8. “Tauru” na primeira página (linha 09, fólio 1r). Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso. Fólio 1r - “Regimentos dos capitães do mato”.

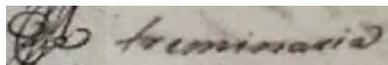


Figura 9. “Detreminaria” na terceira página (linha 03-04, fólio 2r). Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso. Fólio 2r - “Regimentos dos capitães do mato”.

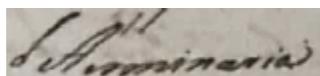


Figura 10. “Determinaria” na terceira página (linha 07, fólio 2r). Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso. Fólio 2r - “Regimentos dos capitães do mato”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi feita uma breve análise filológica do documento “Regimentos dos capitães do mato”, de 1755, pertencente ao Arquivo Público de Mato Grosso.

Na introdução, buscamos expor o principal assunto do manuscrito e o relacionamos com o contexto do século XVIII, trazendo a criação da primeira Capitania de Mato Grosso, Vila Bela da

Santíssima Trindade, a função dos capitães do mato de capturar negros escravizados fugidos e a preocupação de Dom Antônio Rolim, primeiro capitão general, com as fugas.

Em continuação, na revisão de literatura trouxemos as obras estudadas e consultadas. Na metodologia, foi apresentada a edição fac-similar e a transcrição semidiplomática do manuscrito, onde buscamos não interferir no que está escrito, apenas estendendo as palavras abreviadas e mantendo as fronteiras de palavras tal como estão no documento. As normas seguidas foram organizadas pelo projeto PHPB – Para a História do Português Brasileiro.

Assim, os resultados obtidos foram organizados com a apresentação da autenticidade, dos nomes de pessoas, rios e lugares que foram mencionados e as palavras que tiveram variação. Tendo em vista o que foi exposto, empreendemos de forma prática uma breve análise filológica.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica, desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, na Universidade Federal de Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO CENTRAL DO SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNICAMP, Subsérie: Anotações de Pesquisa. *Catálogo do Fundo Sérgio Buarque de Holanda*. Campinas: UNICAMP. 2014, p. 132. Disponível em: <https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/pesquisa/catalogos/catalogo_sbh.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- Barbosa AG (2011). Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos: Edição Semidiplomática. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/normas-de-edicao-do-phpb-2a-versao>>. Acesso em: 01 fev. 2020.
- Bassetto BF (2001). Elementos de filologia românica. São Paulo: Edusp.
- Belo (João). In: PORTAL MATO GROSSO, 14 abr. 2020. Disponível em: <<https://portalmatogrosso.com.br/belo-joao/>>. Acesso em: 04 ago. 2020.
- Flexor MH (2019). O. Abreviaturas: manuscritos e documentos luso-brasileiros, séculos XVI ao XX. 5 ed. Curitiba: CRV.
- Jesus NM (2011). O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII. Dourados: Ed. UFGD. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EDITORIA/catalogo/o-governo-local-na-fronteira-oeste-a-rivalidade-entre-cuiaba-e-vila-bela-no-seculo-xviii-nauk-maria-de-jesus.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2020.
- Lordelo MCS (2010). Escravos negros na fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso: Fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796). Dissertação (Dissertação em História), Cuiabá: UFMT, 128p. Disponível em: <<http://ppghis.com/ppghis/biblioteca-virtual-2/dissertacoes/download/5>>

dissertacoes/176-escravos-negros-na-fronteira-oeste-da-capitania-de-mato-grosso-fugas-capturas-e-formacao-de-quilombos-1748-1796.html>. Acesso em: 21 jul. 2020.

Siqueira EM (2002). História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas.

Siqueira EM (2005). Trajetória do Tribunal de Justiça de Mato Grosso: 130 anos. Cuiabá: Entrelinhas, 20-23.

Spina S (1977). Introdução à Edótica: crítica textual. São Paulo: Cultrix, Ed. Da Universidade de São Paulo.

Zilo Produções. Vila Bela da Santíssima Trindade 262 anos. Youtube, 24 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PyODr01ejTE>>. Acesso em: 20 set. 2020.

Segunda Parte

Estudos filológicos de documentos do século XX

Leitura crítico-filológica-discursiva de uma página do jornal *Diário da noite* (SP) sobre a colônia japonesa

 10.46420/9786588319802cap5

Natasha Mayumi Machado Takinami^{1*} 
Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto² 

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, desenvolve-se um estudo crítico-filológico e discursivo a partir da edição fac-similar de uma das páginas da edição do Jornal *Diário da noite* (SP), datado em 3 de agosto de 1946. A temática da notícia é sobre um episódio ocorrido na cidade de Osvaldo Cruz, município no interior do estado de São Paulo, no dia 31 de julho do mesmo ano, envolvendo brasileiros e japoneses em um momento de ódio, violência e perseguição aos imigrantes e seus descendentes.

Com a rendição do Japão em 15 de agosto de 1945 às forças adversárias, a Segunda Guerra Mundial chegava ao fim. Contudo, nascia no Brasil o movimento *Shindo Renmei*, associação dirigida e destinada exclusivamente ao grupo étnico japonês. É nesse cenário que o jornal impresso testemunha a divisão da colônia japonesa, uma vez que as discussões sobre a derrota ou vitória tomaram proporções descontroladas na comunidade. A partir disso, percebe-se que o sentimento de intolerância ao diferente surtiu em violência generalizada como forma de “fazer justiça com as próprias mãos”.

Em relação à fonte documental, encontram-se disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital, que possui vários arquivos armazenados, registros de muitos fatos históricos ocorridos no Brasil, entre os quais o periódico que aqui foi analisado. É importante destacar que é por meio de bases digitais como a que foi utilizada neste trabalho que se promove a democratização do acesso à memória cultural de determinado povo, assim também como aspectos de mudança na língua.

O estudo apresentado é resultante de leituras realizadas no decorrer da pós-graduação, em virtude de investigações sobre a colônia japonesa no Mato Grosso e no Brasil. Além disso, como integrante do grupo de pesquisa *FOLIUM* – Estudos de Crítica Textual da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), existiu o aproximar com a Filologia. Com base nesta ciência e em procedimentos críticos

^{1*} Mestranda em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação da UFMT, integrante do grupo de pesquisa *FOLIUM* - Estudos de Crítica Textual, coordenado pela professora Dra. Carolina Ochiai Seixas Lima. mayumi.natasha@hotmail.com.

² Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, Professora Adjunta de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Oeste da Bahia, Professora-orientadora-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Mato Grosso e pesquisadora do *Folium*: Grupo de Estudos Interdisciplinares de Linguística, Filologia e História. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7404362945488444>. E-mail: josenilce.barreto@ufob.edu.br.

(Cambráia, 2005; Gonçalves, 2018, 2020; Said, 2004; Queiroz, 2006), compreende-se que o texto é resultado da cultura, da memória, da língua, do tempo e do espaço, uma vez que o contato com outras áreas do saber, como a história, a política e a linguística, intensificam as interpretações sobre o documento.

Desse modo, a pesquisa com jornais que tratam do período do pós-guerra³, relacionados aos japoneses em terras brasileiras, evidencia contextos históricos, políticos e discursivos de violência e preconceito no século XX. Por isso, houve a necessidade de integrar ao estudo princípios da Análise do Discurso de linha francesa, visto que

O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte. O que faz ele diante do texto? Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura (Orlandi, 2020).

Assim, o texto é entendido como objeto de sentido, uma vez que é a partir dele que se faz a investigação científica dos discursos e comprova-se que todo texto é permeado por formações discursivas de ideologias dominantes.

INTERFACES ENTRE A FILOLOGIA E A ANÁLISE DO DISCURSO

No processo de estudo do fac-símile são trazidas informações históricas, que testemunham a violência e o preconceito contra a colônia japonesa na cidade de Osvaldo Cruz, durante o período do pós-guerra no ano de 1946. Em função disso,

A leitura crítico-filológica como prática interpretativa pauta-se em um método integrativo, dialógico e híbrido, considerando atos partilhados de leitura, por meio de uma análise criteriosa de contextos sociais, históricos, políticos e linguísticos, fragmentando a percepção do senso-comum e estabelecendo outras conexões interpretativas (Gonçalves, 2018).

É, nesse sentido, que o trabalho em questão se contextualiza, pois faz uma leitura criteriosa e interpretativa de uma página do jornal *Diário da noite* (SP), considerando elementos linguísticos e contextuais da história, da cultura, da política e social da época; uma vez que o texto sozinho pode não ser suficiente para uma interpretação devida.

Por meio dessa análise criteriosa e exaustiva do texto – e texto aqui entendido como materialidade discursiva, como unidade de sentido – o filólogo compartilha da memória, da cultura e da língua de determinado povo num momento específico do tempo, a fim de recuperar a trajetória, de certa forma silenciada⁴, desses indivíduos que foram citados nos relatos da página do jornal (Cambráia, 2005; Orlandi, 2015).

³ Neste trabalho, compreende-se o pós-guerra como o período compreendido entre os anos de 1945 a 1947.

⁴ Quando se fala em silêncio, tem-se como referência Orlandi (2015) que diz na página 15 que: “Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio signficante”.

Ao se tratar da Filologia, entendemos, assim como Queiroz (2006), que ela é uma

[...] ciência que tem como campo de estudo os textos escritos. Neste sentido, toda análise estará, de alguma forma, sob o seu domínio. É a partir do estudo do texto que o filólogo apresentará, aos estudiosos de várias áreas do saber, as diversas vertentes que aquele oferece (Queiroz, 2006).

O estudo filológico, então, dialoga com outras áreas do conhecimento, como a História, a Linguística e a Análise do Discurso, pois necessita analisar o texto em sua totalidade; tanto em seu aspecto material quanto na perspectiva de compreensão e interpretação de seu conteúdo, do contexto histórico e dos usos linguísticos e sociais da escrita. Por isso, Said (2004) afirma que “uma verdadeira leitura filológica é ativa; implica adentrar no processo da linguagem já em funcionamento nas palavras e fazer com que revele o que pode estar oculto, incompleto, mascarado, distorcido em qualquer texto que possamos ter diante de nós [...]”.

A Análise do Discurso de vertente francesa, doravante AD, ciência que teve início na década de 1960 do século XX, em consonância com a Filologia, pretende auxiliar na compreensão dos sentidos derivados de formações discursivas e ideológicas do texto. Uma vez que “o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (Orlandi, 2020). Nesse contexto, a AD também promove o destrinchar do documento através do olhar para as relações entre os sujeitos, que utilizam da linguagem, da história, das marcas ideológicas, das vivências daqueles que produziram e foram mencionados no texto.

É por isso que, assim como a pesquisa de base filológica,

A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender. (Orlandi, 2020)

Portanto, percebe-se que as duas ciências/disciplinas utilizadas como referencial teórico para a análise do documento, atualmente, atentam-se para as condições sociais e culturais de produção da escrita, para os papéis sociais representados pelos sujeitos e para os usos linguísticos que reverberam sentidos. Uma vez que falar sobre o preconceito contra a imigração japonesa pode ser para muitos considerado insignificante, porém é a partir dessas pesquisas que a história de grupos minorizados durante o processo imigratório no Brasil são lembrados e valorizados.

Assim, de acordo com Gonçalves (2018), essa responsabilidade em ser filólogo ou analista do discurso, “[...] é reinterpretar e reavaliar, sem cessar os procedimentos adotados no decorrer de suas leituras, é desconfiar e destronar as verdades que se insinuam no texto”. Por fim, é atuar como mediador do texto histórico, a partir de uma leitura crítica de documentos que, muitas vezes, são pouco conhecidos, assumindo um papel político ao trazer à tona realidades de violência que foram apagadas da memória e da historiografia brasileira.

CONSIDERAÇÕES INTERPRETATIVAS SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO DA PUBLICAÇÃO IMPRESSA DO JORNAL *DIÁRIO DA NOITE*

Em 1945, chegava ao fim a Segunda Guerra Mundial, conseqüentemente, a derrota dos países do Eixo e a rendição do Japão eram noticiadas pelos rádios e jornais brasileiros. A notícia não foi bem recebida pela maioria da colônia japonesa, que na verdade desacreditou do que estava sendo dito pela imprensa da época. Diante desse cenário de instabilidade, nasce o movimento denominado *Shindo Renmei*, uma associação dirigida e destinada exclusivamente ao grupo étnico japonês, visto que os integrantes tinham como objetivo “demonstrar o seu patriotismo através da prática do *shindô*, ou seja, o código de conduta ou o caminho que todos os súditos deveriam tomar em relação ao imperador” (Handa, 1987). Nesse contexto, o grupo acreditava que a derrota era uma fraude e que a informação era um golpe dos países aliados para minar o orgulho dos japoneses. É assim que a colônia se divide entre os *kachigumi* – os “vitoristas” que não aceitavam a derrota do Japão; e os *makegumi* – os “derrotistas”, que admitiam que o Japão tinha perdido a batalha.

Foi durante os anos de 1946 e 1947 que a *Shindo Renmei* iniciou uma busca aos “corações sujos”, termo usado para se referir às pessoas que acreditavam na derrota, por todo o estado de São Paulo, realizando atentados que levaram à morte de 23 imigrantes e deixaram cerca de 150 feridos (Morais, 2011).

Por causa desses atentados, a população em geral criticava a atrocidade cometida pelos membros do movimento contra os próprios patrícios, considerando-os como terroristas, fanáticos, criminosos etc. De acordo com a Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil, no documento *Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa*, publicado em 1992, dentre os diversos incidentes, o mais grave ocorreu no município de Osvaldo Cruz, na Alta Paulista, com tumultos sem precedentes que tiveram mais de um dia de duração.

O caso aconteceu no dia 30 de julho quando houve uma discussão de trânsito entre Kababe Massame e Pascoal Alves de Oliveira, também conhecido como “Nego”, ambos eram motoristas de caminhão e anteriormente haviam se desentendido por causa de uma suposta ultrapassagem na estrada que ligava Bastos a Osvaldo Cruz. Essa desavença resultou em luta corporal entre os dois e o japonês “[...] quando dominado no chão, sacara uma pequena faca e feriu no coração aquele que o dominava [...]” (Handa, 1987). A notícia da morte do “Nego” só reacendeu o ódio da população, visto que uma semana antes duas famílias de japoneses muito queridos pela comunidade tinham sofrido atentados pela *Shindo Renmei*.

No entanto, esse ainda não seria o fator que motivou a violência massificada⁵ contra japoneses, mas sim quando um grupo de munícipes tomavam café da manhã no Bar do Ponto⁶ no dia seguinte ao

⁵ Termo utilizado por Roberto Yutaka Sagawa (2010) no artigo *Uma violência massificada de brasileiros contra japoneses*.

⁶ Destaca-se que o nome do bar é diferente nas várias fontes consultadas, aparece como “Bar do ponto” e, às vezes, como “Nosso Bar”. Aqui, entretanto, optou-se por utilizar o termo “Bar do Ponto” que se repetiu mais de uma vez nas referências.

assassinato, momento em que um dos brasileiros provocou o dono do estabelecimento, Takeiko Massuda. Morais (2011) descreve o diálogo da seguinte forma: “Abre o olho japonês, porque o povo está doido para pegar um de vocês para vingar a morte do Nego”. De acordo com o autor de *Corações sujos*, após a provocação do brasileiro, Massuda reagiu dizendo: “Vingar o Nego por quê? Além de brasileiro, ele era preto. Por mim podia matar uns dez vagabundo(sic) desses que dava na mesma [...]”. Os registros desse período histórico demonstram que esse foi o gatilho necessário para que a horda de violência se alastrasse por todo o local.

Após terem arreventado de pancadas o senhor Massuda, amarraram-no e o arrastaram pelas ruas da cidade, e um dos integrantes do grupo gritava para que todos ouvissem:

Lincha! Lincha! Chegou o dia da forra! Hoje não fica um japonês em pé na cidade!

A impressão que se teve, a partir daquele instante, é que todos os brasileiros de Osvaldo Cruz – velhos e jovens, pretos e brancos, ricos e pobres – tinham dívidas pessoais a cobrar de algum japonês. E que o dia da cobrança havia chegado. O que se veria em seguida não era obra de um grupo de desordeiros, como se lembraria, mais de cinquenta anos depois, o historiador José Alvarenga, na época secretário da Prefeitura da cidade. Até hoje cheio de dedos, temendo mexer numa ferida já cicatrizada, ele reconhece que o surto coletivo de violência contaminou todos os brasileiros, indistintamente (Morais, 2011).

A partir disso, iniciou-se uma perseguição contra todo e qualquer japonês que encontrassem na cidade de Osvaldo Cruz, seja homem, mulher, criança, idoso, não importava quem, os brasileiros estavam cegos pela fúria. Como retratou o historiador José Alvarenga (*apud* Morais, 2011):

O dia amanheceu e num estalo teve início a desvairada tragédia, como um estouro de boiada que se esparrama em tropel louco e desenfreado, disparando sem rumo, arreventando tudo. Populares, impulsionados por instintos animais, saíram, em grupos desatinados, à caça de indefesos japoneses que nada tinham a ver com o crime ou a ação dos fanáticos da *Shindo Renmei*. Invadiam seus lares, trazendo-os à força para a rua, maltratando-os impiedosamente, açoitando-os, ferindo-os, puxando-os a laço pelas vias públicas e cavalgando neles. Cenas iguais se repetiram, alternada e inesperadamente, no decorrer do dia, em pontos diferentes da cidade, praticadas por grupos que se desfaziam e se formavam de novo com alteração de seus integrantes. Os japoneses suportaram, com resignação, e sem esboçar nenhuma reação, a injusta violência a que foram inexplicavelmente submetidos.

O término do episódio só aconteceu quando o médico Oswaldo Nunes tomou a iniciativa de ligar para o comando da V Companhia do Exército, sediada em Tupã, a fim de que enviassem soldados para conter a situação desenfreada, visto que as próprias autoridades locais não conseguiram controlar. Com a chegada dos militares não houve mais casos de violência registrada na cidade. Por fim, desse fato, o sentimento de angústia e “[...] as feridas da alma dos japoneses levariam muito mais tempo para cicatrizar do que as fraturas e cabeças quebradas [...]” (Morais, 2011). Tanto que é considerado um período em branco pela colônia japonesa, de vergonha inapagável.

EDIÇÃO FAC-SIMILAR E ANÁLISE DO *CORPUS*

De acordo com Cambraia (2005), a edição fac-similar – também denominada fac-símile – possui o mínimo grau de mediação, visto que neste caso reproduz-se a imagem do documento por meios mecânicos como fotografia, xerografia, escanerização etc. Em relação à página do jornal em análise, a reprodução por fotografia permitiu o acesso ao texto, praticamente, de forma direta, o que de certo modo facilitou a interpretação do conteúdo. Percebe-se que o processo de escanerização pelo qual passou o material interferiu na cor do periódico, o que nos dificulta saber o tipo de papel e tinta utilizados em sua confecção. Além disso, as fotografias presentes não estão nítidas o suficiente para que sejam visualizadas em sua totalidade, a maioria delas são borrões pretos. Se não fossem as legendas, não entenderíamos do que se trata. Pelo fato de o texto ser escrito no ano de 1946, verifica-se que a língua utilizada é de fácil compreensão, uma vez que não possui muitas variações até os dias atuais, somente algumas situações de ausência de acentuação.

O jornal *Diário da noite*, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, foi fundado em 1929 e fez parte do conglomerado de Assis Chateaubriand, comunicador e uma das figuras públicas mais influentes do Brasil entre as décadas de 1940 e 1960. No mesmo ano de criação já vendiam cerca de 120 mil exemplares por dia. Além disso, a folha apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência contra Júlio Prestes, o que, de certa forma, confere parcialidade na produção das informações em reportagens, artigos e entrevistas, como veremos adiante.

Nesse sentido, houve a necessidade de utilizarmos os pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa (Orlandi, 2020), a fim de suprir algumas lacunas na compreensão de boa parte dos discursos empregados na matéria do jornal apresentada. Na medida em que,

[...] partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que [...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (Orlandi, 2020).

Dessa forma, entende-se que todo discurso é interpelado pela ideologia, por isso boa parte das matérias escritas no *Diário da noite* (SP) refletiu o contexto social e a história pelo ponto de vista da classe dominante da época. Assim, utilizar da AD francesa é entender que todo o discurso carrega consigo uma ideologia através da língua, na verdade, do texto, reverberando sentidos, sejam estes positivos ou negativos.

ELEMENTOS LINGUÍSTICO-DISCURSIVOS RELACIONADOS À MENTALIDADE DE PRECONCEITO

Na busca de compreender como estão expressas as marcas de preconceito na materialidade do texto impresso na primeira página do jornal *Diário da noite* (SP), buscou-se realizar uma análise linguístico-discursiva de alguns enunciados presentes no documento. Nesse sentido, optou-se por retirar do material

partes mais visíveis, como os títulos e manchetes das reportagens, dado que possuem grande carga de sentido sobre a colônia japonesa, e a escanerização pode alterar e diminuir a resolução da imagem, dificultando a leitura.

A reportagem retratou o ocorrido na cidade de Osvaldo Cruz e teve grande repercussão na mídia impressa, uma vez que era o principal recurso informativo e o diário era muito popular na época em questão. Provavelmente, com a ausência de *internet*, as notícias poderiam demorar dias para chegar à população e poderiam ser facilmente manipuladas. O que, conseqüentemente, influenciou os leitores sobre a figura do imigrante japonês residente no Brasil. Logo, a partir disso, percebe-se que

As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele (Orlandi, 2020).

Nessa perspectiva, o discurso jornalístico apresentado na matéria é fruto da ideologia corrente da época e é parcial ao colocar as informações sobre o que aconteceu em Osvaldo Cruz. Isso porque nos títulos (a maioria em destaque) aparecem os termos que fazem parte da esfera lexical do imigrante oriental: nipônicos, japonês, *Shindo Renmei* e japoneses; sem ao menos fazer menção aos participantes brasileiros, que também tiveram a sua parte de culpa no conflito étnico.

conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (Orlandi, 2020). Assim, no cenário do pós-guerra brasileiro, muitos imigrantes vindos de países como Itália, Japão e Alemanha foram fortemente repreendidos pelas políticas restritivas da época.

Tomoo Handa (1987) relata que a revolta dos brasileiros com os japoneses se intensificou com uma fracassada reunião no palácio do governo, visto que os integrantes da *Shindo Renmei* não aceitaram o acordo proposto. Ademais,

Depois que a classe intelectual brasileira soube do ocorrido, começou a publicar nos jornais uma série de violentas críticas aos vitoristas. Entretanto, o que não se pode deixar de considerar é que tudo isso tivesse se convertido numa teoria que sustentava a proibição da entrada de imigrantes japoneses no país. Talvez ainda permaneça vivo na memória de muitos o episódio ocorrido durante uma sessão no plenário da Constituinte, em que se discutiu, do ponto de vista humanitário, a proibição ou não da entrada de imigrantes japoneses no país: um parlamentar chegou ao extremo de declarar “o humanitarismo podia ser levado em consideração com relação aos humanos, mas não com relação aos sub-humanos [...]” (Handa, 1987).

Por meio dessa narrativa, compreende-se que o preconceito contra os imigrantes japoneses era evidente nesse período, pois os consideravam como seres inferiores e inassimiláveis⁷, resultando na constituição de um gueto dentro da sociedade brasileira. Com a Constituinte de 1934, a discriminação racial ganharia força de lei através dos discursos dos representantes políticos brasileiros, pois havia uma campanha anti-japonesa. Assim, a década de trinta do século XX, gestada por Getúlio Vargas, seria marcada por inúmeras restrições aos imigrantes advindos dos países do Eixo, o que culminou em tamanha repressão, violência e silenciamento. Portanto, preconceito, aqui, é definido como

o conjunto de crenças, atitudes e comportamentos que consiste em atribuir a qualquer membro de determinado grupo humano uma característica negativa, pelo simples fato de pertencer àquele grupo: a característica em questão é vista como essencial, definidora da natureza do grupo, e portanto adere indelevelmente a todos os indivíduos que o compõem (Mezan, 1998).

Em relação aos discursos, tem-se o primeiro deles acima da manchete na informação de capa “MILITARMENTE OCUPADA A CIDADE DE OSVALDO CRUZ”, em que diz o seguinte: “Amarraram os nipônicos a animais e os arrastaram pelas ruas”.

Esse episódio relata a violência sofrida por japoneses na cidade de Osvaldo Cruz, em que muitos brasileiros com o intuito de demonstrar poder começaram a laçá-los e arrastá-los pelas ruas do município em questão. Como nos diz Fernando Morais (2011) sobre o ocorrido:

A avenida estava cheia de gente, de brasileiros querendo pegar japoneses. O pau comia para todo lado. Um caboclo laçou um japonês e o arrastou pela avenida. Alguém achou original a ideia do laço, e a partir daí todo mundo queria laçar seu japonês e arrastá-los pelas ruas. Era o troco à ameaça de “pôr canga nos brasileiros” quando o Japão ganhasse a guerra. Cavaleiros rodavam o centro da cidade buscando japoneses já imobilizados para amarrar e arrastar pelas ruas, com a ponta da corda presa na chinha do arreio (Morais, 2011).

⁷ “Vivaldo Coaracy, conhecido jornalista, conta em seu livro *O Perigo Japonês*: “Já em 1918, o sr. Artur Neiva, então a testa do Serviço Sanitário de São Paulo, advertia: ‘Se, porém, tivéssemos de solucionar o problema (da falta de braços), com preocupação científica e com os olhos no futuro do Brasil, veríamos que as raças orientais são inassimiláveis pelos ocidentais e os imigrantes indús e japoneses fatalmente se enquistarão em nós, ou, usando uma imagem mais expressiva, a nação terá ingerido um alimento, o qual, uma vez tragado, não poderá ser digerido ou regurgitado” (Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil, 1992).

A partir disso, pode-se retomar a formação discursiva anteriormente colocada da desvalorização do japonês, visto que à época ele era considerado inferior, sub-humano e por isso estaria sujeito a qualquer tipo de violência, seja esta física, racial ou moral. Ademais, “[...] os inimigos do Eixo que acabaram de ser derrotados merecem ter o tratamento dispensado aos animais. Seriam tão inferiores e desprezíveis que se tornariam dignos de serem arrastados pelas ruas como animais [...]” (Sagawa, 2010). A utilização dos verbos amarrar e arrastar, conforme o minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2004), produz sentidos de “conduzir(se) à força ou com dificuldade” e “ligar fortemente; atar, prender”, ambos fazem parte do campo semântico de violência. Dessa forma, pode-se constatar que havia uma vontade de dominar o outro, dado que os brasileiros queriam humilhar os japoneses com o ato de submetê-los à selvageria e mostrá-los que o poder local era daqueles que tinham direito à cidadania, que nasceram em terras nacionais e não meros estrangeiros.

No segundo enunciado, tem-se: “A bravata de um japonês pôs em polvorosa toda a cidade, cuja população permaneceu durante horas inteiramente desatinada. Os ânimos estavam turvos em consequência dos atentados levados a efeito pelos fanáticos da ‘Shindo Renmei’”.

De início, é interessante ressaltar a carga de sentido do termo “bravata”, uma vez que influencia na compreensão da reportagem e remete a uma “1 atitude ou ação arrogante; fanfarrone 2 prova de força ou de coragem desnecessária e danosa” (Minidicionário Houaiss de Língua Portuguesa, 2004). Essas definições estão intimamente ligadas às formações discursivas e ideológicas presentes nos discursos devido à parcialidade escancarada do jornal em questão.

Primeiro, porque as provocações que culminaram na briga entre Takeiko Massuda e um determinado grupo de brasileiros foram motivadas pelas duas partes, como pode ser observado em testemunhos de pessoas que estavam no local (Handa, 1987; Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil (1992); Morais, 2011). No entanto, a reportagem dá a entender que somente o japonês foi o culpado de todo o conflito e de deixar a comunidade “desatinada” e em “polvorosa”. Segundo que essa narrativa transmite a ideia de que a violência praticada contra os japoneses em Osvaldo Cruz seria justificada pela atitude de Takeiko Massuda, como se as vítimas fossem somente os brasileiros envolvidos no conflito. Houve, sim, no episódio com os caminhoneiros “[...] o crime de homicídio praticado por Kababe, mas o crime de vandalismo e linchamento de todos os japoneses praticado pelos brasileiros não se justifica [...]” (Kagawa, 2010).

Na verdade, é importante frisar aqui que nem a ação que levou à morte do “Nego” e nem as provocações no Bar do Ponto justificariam tamanha violência pela qual passaram os moradores da cidade de Osvaldo Cruz.

Tanto no segundo quanto no terceiro enunciados há o envolvimento do nome do movimento denominado *Shindo Renmei*, como se vê transcrito a seguir: “Responsável a ‘Shindô Renmei’. Brasileiros contra japoneses – ‘Se fosse eu, matava três ou quatro’ – ‘Lincha! Lincha!’”.

Percebe-se, aqui, que utilizam do discurso proferido por Massuda durante a discussão no Bar do Ponto após ele ser confrontado por um brasileiro, resultando na briga da qual já mencionamos. Contudo, é perceptível que a responsabilidade pelo confronto étnico recai sobre a *Shindo Renmei*, tendo em vista que o termo aparece cerca de quatro vezes na página, visto que ao longo dos anos de 1945 a 1947 muitos conflitos existiram dentro da própria colônia. A maioria dos jornais brasileiros noticiava todos os casos, que envolviam atentados da organização de imigrantes japoneses com manchetes sensacionalistas. Por isso, “[...] o noticiário estava sempre centrado principalmente nos crimes cometidos e, portanto, talvez fosse natural que não se pudesse ver nenhuma palavra de compreensão em relação ao comportamento dos vitoristas” (Handa, 1987).

Entretanto, a intenção da edição de capa do *Diário da noite* exemplifica muitos outros periódicos, que buscavam confirmar e reafirmar a ideologia dominante da época que se baseava na proibição da entrada de imigrantes japoneses no Brasil e no discurso antinipônico. Por isso, de acordo com Tomoo Handa (1987), intensificaram reportagens como: “Gestapo japonesa organizada na cidade de São Paulo”, no jornal *Folha da Manhã*, em 1º de abril; “As manobras secretas da *Kokuryūkai* (Sociedade Secreta Dragão Negro) na cidade de São Paulo”, no jornal *A Noite*, em 4 de abril; “O Bando da Morte – vem à luz o seu sinistro complô”, também no jornal *A Noite*, no dia 5 de abril, entre outras.

É possível afirmar que essas matérias apenas reforçaram formações discursivas de que

mesmo antes do início da imigração japonesa no Brasil, ela foi envolta por um discurso que alimentou o mito do perigo amarelo e a ideia de que os imigrantes japoneses eram agentes ameaçadores de degenerescência racial, sendo considerado um duplo perigo. Com a Segunda Guerra Mundial, esse discurso antinipônico ressurgiu fortemente mesclado a novos argumentos, como por exemplo, identificavam os nipônicos como súditos do Eixo e que haveria uma possível invasão japonesa na América Latina (Ueno, 2019).

Quando se lê na matéria a exclamação “Lincha! Lincha!” que também foi reproduzida por Morais (2011) como “Lincha! Lincha! Chegou o dia a forra! Hoje não fica um japonês em pé na cidade!”, compreende-se que o ato de violência foi motivado, principalmente, por questões de preconceito e de discriminação ao sujeito japonês, e não somente pela *Shindo Renmei*, cunhado pela mídia a partir de estereótipos pré-determinados.

De acordo com Hall (2016), o estereótipo é um ato descritivo unilateral, “[...] resultado da redução de diferenças complexas a um simples recorte. Características diferentes são compreendidas em conjunto ou condensadas em uma só. Essa simplificação exagerada é então atrelada a um sujeito ou lugar [...]”.

O ato de “linchar”, assim como amarrar e arrastar, todo e qualquer japonês da cidade de Osvaldo Cruz afirmou a generalização de que “todo japonês é igual”, fomentando a concepção de que suas características, na qualidade de grupo étnico, tornam-se os únicos signos de acordo com os quais conhece-se cada sujeito japonês – ignorando sua individualidade –, visto que em nenhum momento os brasileiros fizeram a distinção daqueles que participavam ou não da *Shindo Renmei*, simplesmente atacaram e violentaram a todos.

Pais de famílias brasileiros invadiam casas tão simples quanto as suas, e de lá tiravam, arrastados pelos cabelos, pais de família japoneses humilhados na frente de suas mulheres e de seus filhos. Crianças japonesas viam, aterrorizadas, seus pais serem espancados pelos pais de seus amigos brasileiros (Morais, 2011).

Nesse sentido, percebe-se, a partir das análises discursivas sobre o ocorrido, que a maioria da mídia impressa da época exaltava a propaganda antinipônica, o que de certa forma nutriu o preconceito contra o desconhecido/o estrangeiro já existente. O discurso de que o japonês destruiria a nação brasileira só reforçou o sentimento de desconfiança e intolerância ao imigrante. Dessa forma,

A utilização da iconografia tem a função de “dar rosto” ao inimigo e, ao associá-lo claramente ao mal, o desenhista ou aquele que se serve dela consegue convencer uma mente emocional. Assim, sua capacidade de visibilizar situações impressiona mais, numa campanha de ódio, do que um colunista ou um orador (Takeuchi, 2008).

Em virtude das ações da *Shindo Renmei*, os japoneses receberam o estigma de fanáticos, súditos do Eixo, terroristas e assim por diante; sempre colocando-os como inimigos da pátria. No episódio de Osvaldo Cruz não foi diferente, uma vez que observamos vários elementos que comprovam a abordagem parcial do jornal quando retratou as notícias, generalizando todos os japoneses como integrantes da *Shindo Renmei*. Essa imagem do imigrante asiático construída pela mídia fez com que a vida dos nipônicos no Brasil fosse muito mais difícil do que podemos imaginar. Assim como os próprios japoneses participantes da *Shindo Renmei* deixaram marcas na própria colônia, os brasileiros também marcaram duramente a história desses indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura crítico-filológica-discursiva da edição fac-similar da capa do jornal *Diário da noite* (SP), com datação de 3 de agosto de 1946, através dos discursos analisados, reafirmou a violência sofrida pela colônia japonesa durante o período do pós-guerra em terras brasileiras. Com o episódio ocorrido na cidade de Osvaldo Cruz, município no interior do estado de São Paulo, esse cenário de violência, silenciamento e repressão só emergiu, visto que os brasileiros já teriam esse preconceito com os japoneses na memória criada pelas mídias e pelo discurso dominante da época.

Além disso, é importante destacar a importância da Filologia para o estudo do texto, uma vez que toda a análise do fac-símile compartilha da memória que foi negligenciada pela historiografia brasileira. Igualmente, a Análise do Discurso que nos auxiliou em entender boa parte das formações discursivas e ideológicas presentes nos ditos e não-ditos dos enunciados analisados. Assim como a leitura crítico-filológica proporcionou a interpretação do material, através da convergência de estudos sobre a cultura, a história e o contexto social de determinado povo.

Por fim, cabe também a nós, enquanto pesquisadoras, cumprir o papel social e político da Filologia e de qualquer estudo científico que faça trabalhos relacionados a grupos minorizados, pois muitos deles foram “privados dos seus territórios, da sua língua, dos seus direitos, da sua história pelas

ações violentas que institucionalizam historicamente a violência“ (Gonçalves, 2020). É nossa função democratizar, através dos estudos dos documentos, memórias que foram silenciadas e violentadas no decorrer da história e na construção do nosso país, a fim de que discursos preconceituosos sejam anulados da nossa sociedade e do nosso próprio discurso.

REFERÊNCIAS

- Cambraia CN (2005). Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes. 216p.
- COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: HUCITEC: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992. 596p.
- Diário da Noite de São Paulo. 03 ago. 1946; Edição 06649 (1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093351&Pesq=militarmente%20ocupa da%20a%20cidade%20de%20osvaldo%20cruz&pagfis=5503> Acesso em: 01 maio 2021.
- Gonçalves ECB (2020). A Filologia e o estudo de Requerimento do Arquivo Histórico Ultramarino. Revista Filologia e Linguística Portuguesa, São Paulo, USP, 2020. 75-92p.
- Gonçalves ECB (2018). Leitura crítico-filológica de Resolução de 1822: revoltas, vigilância, violência e punição na Bahia do século XIX. Revista Filologia e Linguística Portuguesa, São Paulo, USP. 153-174.
- Hall S (2016). O Ocidente e o resto: discurso e poder. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 56(1): 314-361. Tradução de Carla D'elia. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/30023/20834> Acesso em: 01 jun. 2021. 314-361p.
- Handa T (1987). O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil [versão digital]. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, Ltda. 823p.
- Mezan R (1998). Tempo de muda: ensaios de psicanálise. São Paulo: Cia das Letras. 336p.
- Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa / organizado pelo instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. – 2. ed. rev. e aum. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. 905p.
- Morais F (2011). Corações sujos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 349p.
- Orlandi EP (2007). As formas do silêncio [livro eletrônico]: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 129p.
- Orlandi EP (2020). Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes Editores. 98p.
- Queiroz RCR (2006). Filologia Textual e História Cultural. Cadernos do CNLF, X(4). Disponível em: <http://www.filologia.org.br/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

- Sagawa RY (2010). Uma violência massificada de brasileiros contra japoneses. Instituto Metodista de Ensino Superior, Revista Psicólogo. 122 - 138.
- Said EW (2004). O regresso à Filologia. In: Humanismo e crítica democrática. São Paulo: Companhia das Letras. 61 – 86.
- Takeuchi MY (2008). A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado. Revista Usp, 79(1). Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13703/15521>. Acesso em: 08 jun. 2021. 173-182p.
- Ueno LMM (2019). O duplo perigo amarelo: o discurso antinipônico no Brasil (1908 – 1934). Revista Estudos Japoneses, 41. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ej/issue/view/11503>. Acesso em: 08 jun. 2021. 101-115p.

Nas rotas da Panagra: estudo filológico de uma carta de María Rosa Oliver a Vinícius de Moraes

 10.46420/9786588319802cap6

Cíntia Holzmann^{1*} 
Sonia Regina Lourenço^{2*} 

“No sé, no creo que sea el mismo que yo he tomado, pero sé que tu camino y el mio no bifurcarán; aunque distintos irán paralelos e en la misma dirección”.³ María Rosa Oliver, Washington D.C., 22 de setembro de 1942.

INTRODUÇÃO

Em 03 de setembro de 1946, de passagem pela cidade de Lima, no Peru, a escritora argentina María Rosa Oliver (1898-1977) escreve, de próprio punho, uma carta endereçada a cidade de Los Angeles, Califórnia, onde está seu mais íntimo e querido amigo brasileiro, o poeta e compositor Vinícius de Moraes (1913-1980). Como suporte para a sua mensagem, ela escolhe um envelope timbrado da “Pan American-Grace Airways”, a “Panagra”, companhia aérea pela qual viajara. Uma vez aberto, o envelope se desdobra em um “route-map” das Américas, ou seja, em um mapa da rota, recentemente inaugurada pela companhia, destinada a ligar a costa leste dos Estados Unidos da América a toda costa oeste da América do Sul.⁴ As palavras dispostas na carta pela escritora compõem, junto ao mapa, o retrato de uma vida inteira. A confissão e o lamento por mais uma paixão deixada para trás; a rosa dos ventos como o símbolo auspicioso de sua errância pelo mundo, ou, então, como a figura da ilusão e da peça que a vida lhe pregara – “No sé si és mi símbolo o mi burla” -, e que ela aceita com lucidez e sem nenhuma amargura: a de ter um amor em cada porto – “Aún allí, donde no hay puerto”. É, também, no mapa, que María Rosa Oliver se dá conta da proximidade física e afetiva entre ela e Vinícius de Moraes, entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro. Talvez seja este, também, outro sinal de sua autoilusão: pensar que a proximidade - e não a distância, quase permanente, entre os dois amigos – possibilita a promessa de um amor eterno, desses que só são possíveis nas grandes amizades: “Siempre nos veremos; siempre te querrés; en ‘lo otro’ no sé

¹ Aluna especial do PPGEL, Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: chmann.filosofia@gmail.com.

² Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: soniaufmt@gmail.com.

³ Embora María Rosa Oliver tenha escrito suas cartas em língua espanhola, o idioma é razoavelmente acessível aos leitores de língua portuguesa, e o objetivo de alcançar “a mensagem intelectual ou artística” de sua produção epistolar coaduna-se bem com os propósitos desta análise, e por isso optamos por não apresentar a sua tradução.

⁴ Sob o slogan de “companhia aérea mais amigável do mundo”, a “Panagra” havia inaugurado, há poucos anos, o novo percurso, e viria a dominá-lo por quase 40 anos. Isso se deu especialmente em função dos intensos incentivos ao turismo de massa, ocorridos no pós-guerra. Para além do proveito econômico, aos EUA interessavam a formação de uma unidade política na América do Sul.

si será siempre”.⁵ A despeito do itinerário percorrido por cada um, ao longo da vida, a presença da rosa dos ventos, no mapa, sinaliza também aos amigos um só destino em comum: o Sul.

A leitura de um documento manuscrito, autógrafo e perfeitamente preservado, tal como a carta acima descrita, da qual se pretende apresentar um novo testemunho neste capítulo, constitui-se em um privilégio que nem sempre está ao alcance do pesquisador/a da área da filologia, especialmente em sua edição fac-similar, a qual pode ser acessada de qualquer distância. Se a fidelidade ao autor/a precisa ser, por dever de ofício, a preocupação central do pesquisador/a, em sua lida com aquele que é o objeto da filologia – o texto escrito -, nada pode ser melhor que, na impossibilidade de tê-lo nas mãos, ver sua nítida imagem na tela do computador, tal como se, após dar um salto no tempo, ele fosse reenviado a todos nós, seus novos destinatários.

No caso específico do texto que ora nos alcança, e diante da incontornável polissemia do termo filologia, deixamo-nos orientar, em princípio, pela definição, bastante singela, de filologia portuguesa, proposta por Melo (1952 *apud* Cambraia, 2005), a saber: “[...] O estudo largo e profundo dos textos de nossa língua para atingir em cheio a mensagem intelectual ou artística nele contidas”. Tal compreensão é capaz de acolher, naturalmente, a posição fronteiriça da filologia com a literatura e com a história, assim como ela admite ser socorrida por suas ciências auxiliares, tais como a codicologia, a diplomática ou a paleografia, sempre que necessário.⁶

De acordo com Spina (1977) sublinha-se que, na lida com a carta em questão, terminou-se por cumprir um pouco da função substantiva da filologia, na medida em que se procurou, minimamente, “explicar o texto”, e, também, apresentar a sua forma genuína, eliminando possíveis dúvidas quanto à caligrafia ou demais idiossincrasias da autora. Cumpriu-se um pouco, também, de sua função adjetiva, na medida em que a análise se refere a dados biográficos da autora. Por fim, terminou-se por cumprir um pouco da função transcendente da filologia, visto que a análise vislumbrou o texto como um “[...] instrumento que permite ao filólogo reconstituir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época” (Spina, 1977).

A carta de 3 de setembro de 1946 foi selecionada a partir de um *corpus* de nove cartas da escritora, contista, ensaísta e ativista argentina María Rosa Oliver, enviadas a Vinícius de Moraes, entre os anos de 1942 e 1958. O *corpus* compõe um conjunto de mais de onze mil documentos do acervo Vinícius de

⁵ Ao corroborar a ideia bastante difundida da carta como o “discurso dos ausentes”, e de seu efeito benéfico de compensação, ao criar uma ilusão de presença, lá onde tudo é ausência, Geneviève Haroche-Bouzinac nos lembra, contudo, que a carta funciona tanto para apagar, como para manter distâncias. Trata-se daquilo que Vincent Kaufmann nomeou “o equívoco epistolar”, presente no duplo movimento operado pela carta: ao mesmo tempo em que simula proximidade, mantém a distância. (Kaufmann, 1990, p.10 *apud* Haroche-Bouzinac, 2016). Tal “equívoco” tem relação direta com a dimensão de solidão do epistológrafo, e de seu “confinamento epistolar”, como aponta a autora. Uma espécie de ruptura com o mundo, geradora das sensações de liberdade e de independência: “Quem escreve o faz também porque deseja continuar sozinho” (Haroche-Bouzinac, 2016).

⁶As ciências auxiliares da filologia serão definidas cada qual a seu tempo, quando da necessidade de seu uso para a análise do presente texto.

Moraes, disponibilizado ao público, por meio digital, no ano de 2021⁷. A seguir, apresenta-se uma proposta de análise filológica da carta, cuja transcrição compõe um novo testemunho, por meio de sua edição semidiplomática.

PROPOSTA DE ANÁLISE FILOLÓGICA DE UMA CARTA DE MARÍA ROSA OLIVER

Dos critérios à edição semidiplomática do corpus

A análise filológica da carta de 03 de setembro de 1946 parte de uma edição semidiplomática, também denominada paleográfica, a qual Cambraia (2005) definiu do seguinte modo:

Há, neste tipo, um grau médio de mediação, pois, no processo de reprodução do modelo, realizam-se modificações para o tornar mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar certas características originais, tais como os sinais abreviativos (Cambraia, 2005).

A edição não deixa de apresentar ao leitor, portanto, todas as marcas textuais próprias do *scriptor*, tais como, pontuação, abreviaturas, destaques ou omissões, segmentação ou junção de palavras. Porém, o editor intervém no texto sempre que necessário, de forma a torná-lo mais claro e inteligível, desde que cada intervenção apareça, de forma explícita, na edição. De acordo com o autor (Cambraia, 2005), além de tornar o texto acessível ao público menos especializado, esse tipo de edição corrige possíveis falhas ocorridas no processo de cópia dos textos.

Toledo Neto (2020) ressaltou a importância da utilização de normas bem definidas nas transcrições semidiplomáticas, as quais podem ser aplicadas “[...] a textos manuscritos do século XVIII para trás, mas podem ser igualmente aplicadas, com os ajustes necessários, a incunábulo, pós-incunábulo e a textos manuscritos do século XIX à atualidade” (Toledo Neto, 2020). A carta editada no presente texto fora escrita por volta da metade do século XX, em língua espanhola, e se encontra representada a partir de seu fac-símile (reprodução digitalizada do original, feita pela própria equipe do acervo da Fundação Casa Rui Barbosa e acessada por meio de site eletrônico). Em seguida, apresenta-se a sua transcrição em língua original.

As normas de transcrição, adotadas para este trabalho, encontram-se descritas no *Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB)*,⁸ e são as seguintes:

1. As abreviaturas serão desenvolvidas, marcando-se - em itálico - as letras omitidas;

⁷ De acordo com a produtora Júlia de Moraes, neta de Vinícius de Moraes, o objetivo da digitalização do acervo foi o de levá-lo tanto aos pesquisadores/as interessados/as, como ao público em geral, no sentido de “ampliar o acesso ao público e democratizar o acesso ao conhecimento, o que é importante para a formação de um país, para a sua identidade”. Essa fala de Júlia de Moraes encontra-se no “teaser” do acervo digital, que pode ser acessado no endereço: <https://youtu.be/Y2JPuM1qIDc>.

⁸ O *Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB)*. *Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos. Edição Semidiplomática* pode ser acessado no *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS), o qual apresenta uma base documental majoritariamente inédita para o estudo do português brasileiro (PB), no âmbito das diferentes disciplinas da área da Linguística, bem como de outras áreas do conhecimento. Disponível em: <http://www5.uefs.br/cedohs/view/tutorial.html>.

2. A pontuação original será mantida;

3. A acentuação original será mantida. Os sinais de separação de sílaba ou de linha, usada pela escriba na carta, serão mantidos como no original;

4. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.

5. No caso dos manuscritos, eventuais grafias diferenciadas serão remetidas para nota de rodapé;

6. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer em nota de rodapé informando-se a localização;

7. Letra(s) ou palavra(s) simplesmente não decifradas, sem deterioração do suporte, justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [?] para letras e [*inint.*] para vocábulos;

8. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco, a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento;

9. Letra ou palavra(s) não legíveis por deterioração ou rasura justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [.] para letras, [ilegível] para vocábulos e [ilegível. + n linhas] para a extensão de trechos maiores. Exemplos: “É assim pe[.]r.”; “É assim [ilegível.] em Java”; “É assim [ilegível + 2 linhas] em Havana.” Caso suponha ser extremamente necessário, o editor indica em nota a causa da elegibilidade: corroído, furo, borrão, rasura, etc.

10. Informações que o editor julgar significativas sobre a diagramação e *layout* do texto devem aparecer em nota de rodapé.

As cartas que María Rosa Oliver enviou a Vinícius de Moraes, doravante V.M., representam uma pequeníssima parte de sua intensa produção epistolar. No acervo digital Vinícius de Moraes, elas se encontram sob o registro C0829, categoria de cartas pessoais, box 5, folder 1, tal como mais bem detalhado no quadro abaixo, organizado de acordo com a mesma catalogação do acervo Arquivo Museu de Literatura Brasileira (AMLB), da Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB).⁹

9 A maior parte do acervo epistolar de María Rosa Oliver se encontra disponível na *Firestone Library*, da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, e está identificada com o título: *María Rosa Oliver Papers*; Repository: Manuscript Division, *Special Collections and Oliver, María Rosa, 1898-1977*, volume 1930/1975 em 9 caixas, 54 itens. A *Special Collections and Oliver, María Rosa, 1898-1977*, está identificada em series: Series 1: Writings, 1938-1976; Series 2: Correspondence, 1909-1993; Series 3: Documents, 1942-1976; Series 4: Drawings, 1924-1960s; Series 5: Photographs, circa 1899-1970s; Series 6: Papers of Others, 1952-1981; Series 7: Scrapbook, Clippings & Printed Material, 1918-1997. Disponível em: <http://arks.princeton.edu/ark:/88435/wh246s162>. As cartas de María Rosa Oliver enviadas a escritora Gabriela Mistral encontram-se disponíveis no site da Biblioteca Nacional do Chile, em *Archivo del Escritor*: <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/623/w3-propertyvalue-247732.html>.

Quadro 1. Informações sobre as 9 cartas de María Rosa Oliver. Fonte: Acervo Digital Vinícius de Moraes, 2021.¹⁰

Cota	Destinatário	Data Tópica	Data Cronológica	N. Fólios	Assunto
VMCP489_1 Cod. Ref. FCRB 489	Vinícius de Moraes	Washington	22/09/1942	3	Saudades, elogios ao Brasil, admiração pela poesia de V.M., críticas ao racismo e ao fascismo.
VMCP489_2 Cod. Ref. FCRB 489	Vinícius de Moraes	Washington	26/01/1943	4	O número da revista <i>Sur</i> dedicado ao Brasil, sugestão de que V.M. trabalhe como diplomata em Buenos Aires.
VMCP489_3 Cod. Ref. FCRB 489	Vinícius de Moraes	Buenos Aires	18/12/1944	1	Carta de apresentação de Francisco Ayala.
VMCP489_4 Cod. Ref. FCRB 489	Vinícius de Moraes	Lima	3/09/1946	1	O amor ao México, estar apaixonada, os pontos geográficos do mapa que marcam sua rota de viagem.
VMCP489_5 Cod. Ref. FCRB 489	Vinícius de Moraes	Buenos Aires	30/01/1951	5	Notícias do Congresso Mundial dos Partidários da Paz, Polónia.
VMCP489_6 Cod. Ref. FCRB 489	Vinícius de Moraes	Buenos Aires	9/05/1956	1	Convite para homenagem a Norberto A. Frontini.
VMCP489_7 Cod. Ref. FCRB 489	Vinícius de Moraes	Buenos Aires	26/08/1958	1	Carta de apresentação do poeta grego-americano Kimon Frias.
VMCP489_8 Cod. Ref. FCRB 489	Vinícius de Moraes	Buenos Aires	3/10/1958	1	Convite para homenagem aos poetas Rafael Alberti e María Teresa León.
VMCP489_9 Cod. Ref. FCRB 489	Vinícius de Moraes	[s.l.]	[s.d.]	1	Carta de apresentação de Juan Pablo de Casabellas, sobrinho-neto de M.R.
				Total:	9 cartas

¹⁰ O conteúdo digital abrigado no website <http://acervo.viniciusdemoraes.com.br> integra o acervo do Arquivo Museu de Literatura Brasileira (AMLB), da Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB), e foi doado pela família de Vinícius de Moraes, no ano de 1987. De acordo com os dados informados no Inventário Acervo Digital Vinícius de Moraes, o acervo contendo originais de poemas e de canções, correspondências e outros documentos, soma a quantia de 11.000 documentos, datados entre os anos de 1908 e 2000, preservados e disponibilizados pela FCRB para consulta presencial. Acesso: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/entidades-vinculadas/casa-de-rui-barbosa#gsc.tab=0>
http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=259.

A materialidade do corpus: A análise codicológica

A Codicologia, como ciência auxiliar da Filologia, oferece-nos o aparato teórico-metodológico para a análise do “[...] material empregado na produção do manuscrito (*scriptoria*) e das condições materiais em que esse trabalho se verificou [...]” (Spina, 1977), e dedica-se em descrever “[...] o suporte empregado, as dimensões do objeto, a sua formação, o seu conteúdo, a(s) mão(s) que transcrevem o texto, a sua datação [...]” (Spaggiari; Perugi, 2004).

Para a descrição codicológica proposta no texto presente, adotou-se o Guia Básico de Descrição Codicológica, delineado por Cambraia (2005), com destaque específico para 8 itens, a saber: cota, datação, lugar de origem, suporte material, composição, organização da página, particularidades e conteúdo.

Do conjunto de nove cartas do acervo epistolar do qual faz parte a carta ora analisada, cinco são manuscritas, três são datiloscritas e uma é datiloscrita e manuscrita. As cartas foram redigidas por um único punho, que se utilizou de caneta tinteiro. Como suporte, foi utilizado papel sem pauta, ora de cor parda, ora de cor branca, e todas as cartas se encontram em bom estado de conservação. Os envios compreendem ao período de 22 de setembro de 1942 a 3 de outubro de 1958, e partiram de três capitais: Washington, Buenos Aires e Lima.

Edição fac-similar e edição semidiplomática do fôlio 1r da carta de 03 de setembro de 1946.¹¹

Entidade de custódia: Registro VMCP489_4

Cota: COD. REF. FCRB: 489

Suporte: papel

Tipologia: Série Correspondência Pessoal

Título: Carta a VM

Data de emissão: 3 de setembro de 1946

Local de emissão: LIMA

Emissor: María Rosa Oliver

Número de Folhas: 2

Destinatário: Vinícius de Moraes

Local: Consulado do Brasil. 6606. Sunset Boulevard, Los Angeles, Califórnia. Estados Unidos da América.

¹¹ O fac-símile pode ser definido como um “processo de reprodução de imagem de um documento feito por meio mecânico como fotografia, fotocópia, escaneamento. Esse procedimento pode ser adotado para ilustrar qualquer tipo de edição. A edição fac-similar, fac-símile, fac-similada ou mecânica pertence ao grupo das monotestemunhais, ou seja, é baseada em apenas um testemunho do texto. Esse tipo de edição tem como princípio fundamental o grau zero de mediação. Dessa forma, o acesso pelo leitor ao texto editado é direto, portanto, a interpretação feita é autônoma e livre” (Queiroz, 2008).



Figura 3. Verso do fôlio - envelope da carta.

O recto da carta de 03 de setembro de 1946

A carta analisada foi escrita de próprio punho, em papel de cor parda, sem pauta, cujo recto se encontra timbrado com marca d'água de fábrica, ilustrando um mapa, no qual aparecem: uma parte dos Estados Unidos da América, a América Central e a América do Sul. O *scriptor* traçou, com caneta de cor preta, uma linha pontilhada, demarcando uma rota que liga a cidade de Buenos Aires ao vale central do México. Ao lado esquerdo do mapa, na margem inferior, encontra-se a figura de uma rosa dos ventos. No centro da margem superior do fôlio 1r encontra-se a logomarca da “Panagra”, uma abreviação de “Companhia aérea Pan American-Grace Airways”. Atravessando horizontalmente o centro da logomarca, vemos a inscrição em inglês “On the Panagra Route”. A logomarca se constitui da seguinte maneira: a palavra “Panagra” ocupa o centro de um círculo, em cuja parte superior estão escritos, em língua espanhola, os nomes dos países “Panama, Colombia, Ecuador e Peru”, e, na parte inferior do círculo, estão escritos os nomes dos países “Bolivia, Brasil, Chile e Argentina”.¹² Acima da palavra “Panagra” encontram-se as filigranas de dois aviões, e, abaixo dela, vê-se a filigrana de uma pequena asa de avião. Dentro da asa existe a inscrição “Grace”. Ao lado esquerdo da asa, está a inscrição “PAA”, uma abreviação de Pan American Airways.¹³ Na margem superior direita encontra-se a inscrição “Sobre La

¹² Na margem superior direita da carta foi escrito a lápis, por terceiros, o código VMCP 489 (18), correspondente à identificação do documento nos arquivos da Fundação Casa Rui Barbosa. Na margem inferior direita, também a lápis, foi escrito o número 9.

¹³ No ano de 1930, a Companhia norte-americana “Pan Airways” incorporou a “Nyrba do Brasil”, empresa que inaugurou a linha Buenos Aires - Rio de Janeiro, mudando o nome da subsidiária brasileira para “Panair do Brasil”. Em 2014, o Relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) tornou público o fato de que a “Panair do Brasil” foi liquidada de forma

Ruta Panagra”, e, logo abaixo dela, “Oceano Atlantico”. Partindo da margem superior esquerda e acompanhando, de cima para baixo, todo o lado esquerdo do mapa, encontram-se inscritos, respectivamente, os vocábulos “Oceano Pacifico”, “Balboa”, “Cali”, “Guayaquil”, “Lima”, “Antofagasta” e “Santiago”. Subindo, pelo lado direito do mapa, encontram-se inscritas as localidades de “Buenos Aires” e “Rio de Janeiro”. Dentro do mapa estão inscritos, de cima para baixo, “Estados Unidos”, “Mexico”, “Sud America”, “La Paz” e “Salta”. Na posição vertical do fac-símile, como se pode observar, existem algumas frases localizadas em pontos específicos do mapa. As 7 inserções podem ser lidas a partir da margem superior esquerda, descendo em direção à margem inferior, e se encontram transcritas nesta edição.

Identifica-se marcas de dobras no papel, o que indica que a carta foi dobrada e lacrada, provavelmente nos Correios. Na margem inferior direita encontra-se, ainda, uma marca d’água retangular com a inscrição “Panagra Route - Ruta Panagra, Pan American Airways - Pan American Airways; Lloyd Aereo Boliviano -Lloyd Aereo Boliviano”.

O verso da carta de 03 de setembro de 1946

No verso do fólio, na margem superior esquerda do envelope, encontra-se novamente em marca d’água a logomarca da “Panagra” e, abaixo do endereço do destinatário, há um retângulo no qual está inscrito: “Par Avion Panagra”. Na margem central do verso, há um retângulo dentro do qual o papel apresenta uma cor mais escura, no qual está escrito o endereço do destinatário: “Vinicius de Moraes | Consulate of Brazil | 6600 Sunset Boulevard | Los Angeles, Calif. | Es. U. de Norte America”. Identifica-se também, no verso, a presença de manchas de tinta de caneta, oriundas da escrita no recto do fólio, a qual foi feita com caneta tinteiro com excesso de fixador. Na margem superior direita há dois selos dos *Correios del Peru*, um cor-de-rosa e outro de cor azul, com os valores de 50 e de 20 *céntimos*, respectivamente. Há, também, um carimbo molhado contendo a data da postagem - 4 de setembro - e os vocábulos “Lima”, Peru”. Na margem inferior central do verso, nota-se a presença de um recorte de papel, feito de forma irregular, colado e provavelmente utilizado para selar a carta. Na margem esquerda, por sua vez, há uma borda vertical de cor escura, provavelmente causada pelo uso de cola, também para selar a carta.

O punho de María Rosa Oliver: características paleográficas

Nesta seção, apresenta-se uma análise paleográfica do material, ou seja, faz-se a descrição de alguns aspectos gerais do *corpus* e dos aspectos particulares da carta selecionada, tais como, abreviaturas, punho e letra.

arbitrária pela Ditadura Militar, por motivos políticos, e não financeiros. As informações encontram-se disponíveis em: www.panair.com.br.

Edição semidiplomática do folio 1r:

Tu estas por aqui, mas “nao fiques”¹⁴Septiembre [fol. 1r]
Agosto¹⁵ 3. 1946

si

05

quiero a esta tierra
que no comprendo del todo
quiero en esta tierra y
10 ay! Sé porque¹⁶

15

De aquí te escribo¹⁷

20

He marcado mi ruta
en el mapa,
pero esta rosa de los
vientos me hace otras
señas: no sé si és mi
símbolo o mi burla¹⁸

25

és para mi
Vinicius¹⁹

30

mi dirección – Guido 1521²⁰

35

Vinicius, mi amor:

No tuve tiempo de
telegrafarte desde Mexico. A último mo-
mento tuve mucho que hacer “and I was
rather in love” por primera vez siento
no ser joven y bo-
nita, para
Poder
creer en lo que ahora no
creo. Ahora mi basta con
saber que cierto ser existe
y recordar su enorme ter-
nura. Con tanto viaje
como los marineros
voy teniendo en cada
puerto un amor,
aún allí
donde no
hay puerto
Tu ciudad
y la mia
miran hacia
el mar abierto
En Mexico *D. F.*
No hay mar: todo
Queda
encerrado entre co-
linas azules. Encerra-
do en el valle de Ana-
huac, está por hoy lo
mejor que hay en mil. Pero
tu y yo quedamos
cerca en el mapa: siempre
nos veremos; siempre te querrés;
en “lo otro” no sé si será siempre

¹⁴ Este texto “Tu estas por aqui, mas ‘nao fiques’ | si”, encontra-se, no original, na diagonal da margem centro-esquerda superior.

¹⁵ Este texto “~~Agosto~~”, encontra-se rasurado pela missivista.

¹⁶ Este texto “Quiero a esta tierra que no comprendo del todo. Quiero en esta tierra y ay! Sé porque”, encontra-se, no original, na diagonal da margem centro-esquerda superior.

¹⁷ Este texto “De aquí te escribo”, encontra-se, no original, na margem centro-esquerda, entre as inscrições Guayaquil e Lima.

¹⁸ Este texto “He marcado mi ruta en el mapa, pero esta rosa de los ventos me hace otras Señas: no sé si és mi símbolo o mi burla”, encontra-se, no original, escrito em posição vertical, na margem esquerda, entre as inscrições Guayaquil e Santiago.

¹⁹ Este texto “és para mi Vinicius”, encontra-se, no original, na margem centro-direita, entre as inscrições Sud America e Rio de Janeiro

²⁰ Este texto “mi dirección – Guido 1521”, encontra-se, no original, na margem inferior esquerda, abaixo da inscrição Santiago.

40 Hasta pronto mi bien, te escribiré
desde *Buenos Aires*
Un beso de

María Rosa²¹

45 Para ti y para mi
el destino está en
esta dirección ²²

²¹ Neste texto “María Rosa”, a assinatura da missivista, encontra-se, no original, grifado.

²² Este texto “Para ti y para mi el destino está en esta dirección”, encontra-se, no original, na margem inferior esquerda, alinhado ao ponto cardeal sul da rosa dos ventos.

Transcrição do verso do fólio

Vinicius de Moraes
Consulate of Brazil
6600 Sunset Boulevard
Los Angeles, California
5 *Estados Unidos* de Norte America.

O manuscrito constitui-se de um fólio escrito em *recto* e *verso* por um único punho, em tinta preta, sem numeração, e com a presença de uma única assinatura: a da remetente. A escrita é do tipo cursiva, sem traços de inclinação para a direita ou para a esquerda. O texto principal foi escrito na coluna da margem direita. O instrumento de escrita utilizado foi uma caneta tinteiro de ponta fina, com excesso de fixador.

No fólio 1r há uma abreviatura por sigla, que consiste na “representação de uma, duas ou mais palavras que juntas formam um todo normalmente acompanhadas por um ponto” (Sobral, 2021). Trata-se, na linha 27, da abreviatura “D.F.”, que significa “Distrito Federal”, o antigo nome da capital mexicana. No ano de 2016, o nome da capital foi alterado para “Cidade do México”, e oficializado no ano seguinte, quando da aprovação da nova Constituição. Na linha 40 encontra-se uma segunda abreviação, desta vez por contração, “Bs. Aires”, que significa “Buenos Aires”. De acordo com Sobral (2012), “abreviatura por contração consiste na supressão, no interior da palavra, de uma ou várias letras, conservando sempre a primeira e a última letra”.

No verso do fólio, por sua vez, estão inscritas duas abreviações por suspensão, “E.U. de America”, e “Calif.”. De acordo com Sobral (2021), a “abreviatura por suspensão consiste em deixar uma palavra inacabada, ou seja, as palavras são iniciadas e não terminadas, representadas por um grupo de primeiras letras, este sistema deriva das siglas”.

Na transcrição do fólio 1r, as abreviaturas por sigla e por contração foram desdobradas com as letras que não figuram no original, tendo sido inseridas em itálico. Reproduz-se, a seguir, alguns exemplos do fólio 1 recto e do verso do fólio:

Quadro 2. Amostra das abreviaturas identificadas no fólíol recto e verso.

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento
	D. F.	Distrito Federal
	Bs.	Buenos
	Calif.	Califórnia
	E. U.	Estados Unidos

Abaixo, apresenta-se um exemplo da letra cursiva de María Rosa Oliver, retirado de outra carta, para fins de comparação entre as diferentes cartas do *corpus*, e para a constatação da autenticidade do punho. Neste trecho, a escritora pergunta sobre a impressão de Vinícius de Moraes a respeito do número da revista *Sur* dedicado ao Brasil.

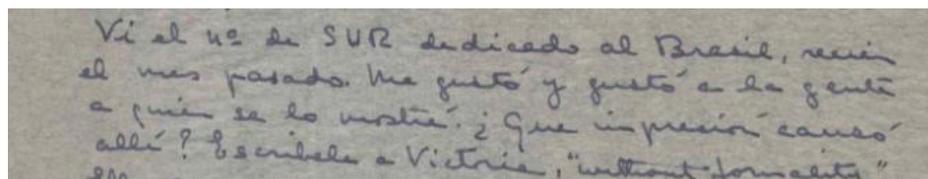


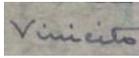
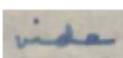
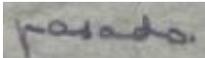
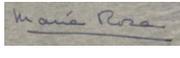
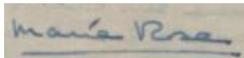
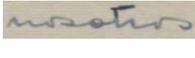
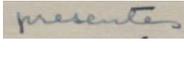
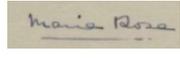
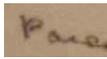
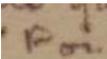
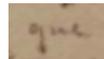
Figura 3. Trecho da carta de 26/01/1943. VMCP489_2. Cod. Ref. FCRB 489.

Transcrição:

“Vi el *numero* de SUR dedicado al Brasil, recibí el mes pasado. Me gustó y gustó a la gente a quien se lo mostré. ¿que impresión causó allí? Escribele a Victoria, “without formalities”.

O quadro seguinte apresenta alguns exemplos de grafemas da escrita cursiva da missivista, extraídos de 4 cartas, que demonstram algumas particularidades da escrita, bem como a importância da observação paleográfica nesse estudo.

Quadro 3. Identificação das cartas.

Identificação das cartas	Palavras extraídas das cartas				Grafemas
VMCP489_2 26/01/1943	 “Vinicio”	 “vida”	 “pasado”	 “María Rosa”	<V>, <v>, <M>, <p>
VMCP489_1 22/09/1942	 “mi”	 “muy”	 “palabras”	 “María Rosa”	<m>, <p>, <M>
VMCP489_3 18/12/1944	 “escritor”	 “nosotros”	 “presentes”	 “María Rosa”	<s>, < >p>, <M>
VMCP489_4	 “para”	 “por”	 “quiero”	 “que”	<P>, <q>

Nessa carta, identifica-se uma escrita cursiva de módulo pequeno, com grafemas <n>, <m>, <s> e <r>, entre maiúsculas e minúsculas. Identifica-se uma semelhança entre a haste inicial do grafema *M* maiúsculo (“Mi”) na parte superior do regramento e a haste inicial do grafema *p* (“palabras”) na carta de 22/09/1942. Em uma observação do traço dos grafemas *M* e *p*, “María” e “para”, respectivamente, nota-se que o punho desce em direção à parte inferior do regramento. Não há variações no traçado dos grafemas <s> e <r>. Já nos grafemas *M* maiúsculo e *m* minúsculo, encontram-se semelhanças com o traçado do grafema *n* minúsculo. Observa-se, no conjunto das cartas, que algumas palavras apresentam traçados com caracteres autônomos, tais como: “**p**-alabras”, “**p**-ara”, “**p**-or”, “**p**-as-ado”, “**q**-uiero”, “**q**-ue”, “**M**-aría”, “**V**-inicio”, “**de**-dicado”, “**im**-presión”, “**E**-s-cribele”, “**g**-ente” e “**V**-ictoria”. Entretanto, essa irregularidade no *cursus* não implica afirmar que a missivista apresenta inabilidade na escrita, mas um sinal diacrítico de sua escrita (Monte, 2013).

BREVE COMENTÁRIO SOBRE O *CORPUS***“María Rosa” e “Vinicito”**

“Tua carta chegou justo no primeiro do ano. Me deu muita alegria. Tinha o seu tom: o nosso”.⁴⁶ Com as palavras de “María Rosa” - forma como a escritora assina a maioria das cartas enviadas ao querido “Vinicito” –, dá-se início a um pequeno relato a respeito do conteúdo presente nas demais 8 cartas do *corpus* do qual faz parte a carta anteriormente analisada.⁴⁷

Como se sabe, a palavra “sintonia” combina o prefixo “sin”, que significa “juntamente, ao mesmo tempo, com”, e o vocábulo “tónos” (que também dá origem a “tom”), e significa “músculo, tendão, energia, corda, o que pode ser estendido”. Juntos, os dois formam a palavra que, em sua origem grega (suntonía), significa “forte tensão ou força de um órgão, corpo, ou espírito”⁴⁸. O tom que “María Rosa” julga compartilhar com “Vinicito”, de maneira nenhuma diz respeito apenas à linguagem utilizada por ela na referida carta. Em sua essência, o tom de uma pessoa faz alusão a corpo e a espírito, e, portanto, a uma singularidade. Diz respeito, também, à tonicidade ou a uma espécie de “tônus vital”, que equaliza a frequência (tom também diz respeito a “acordes de som”) de forças de um organismo, mantendo-as não frouxas, não relaxadas, em tensão.

“María Rosa” havia notado quando “Vinicius” lhe dissera admirar as pessoas que tiveram a coragem de interromper suas próprias vidas, e temia que o amigo tivesse os mesmos impulsos suicidas. Ao negar veementemente aquela que, por vezes, julgava ser a crença oculta do amigo, a de que a verdade está na renúncia e no ascetismo (“Vinicius” havia cogitado, até mesmo, não mais escrever poemas), a amiga lhe escreve uma carta em que contrapõe ao vazio e à calmaria da inércia, a necessidade da obra: “teus versos serão as folhas, as flores e os frutos da árvore de vida que tu és”.⁴⁹ Isso porque, para ela, o poeta era uma fonte de alegria, especialmente quando cantava, e a fazia lembrar da alegria de outro amigo, tão vivo (ou “vidente”) quanto “Vinicius”, Federico Garcia Lorca. Dentre o inventário de belezas que circundam a vida do amigo, descrito pela escritora, destacam-se as “quase luxuosas” palmeiras, verdes, tropicais, e que, no entanto, ela já vira cobertas de branco, durante as geadas de inverno, no Paraná: tal como lhe pareceu “Vinicius”, ao dizer que não faria mais versos. Temia que o amigo perdesse o seu elã vital, a tonicidade da vida, o seu tom, o deles.

⁴⁶“Tu carta llegó justo el primero del año. Me dió mucha alegría. Tenía tu tono: el nuestro”. Carta de 26 de janeiro de 1943, Washington D.C.

⁴⁷ A fim de evitar o excesso de transcrições em espanhol e para facilitar a leitura, iremos nos permitir, somente nesta seção, fazer a tradução livre de alguns trechos das cartas que compõem o *corpus*. Esses não devem ser considerados, no entanto, como parte do exercício filológico propriamente dito, presente na seção 2, e servem apenas para a compreensão do contexto histórico em que a carta analisada foi escrita. A versão original de cada trecho será transcrita em nota de rodapé, juntamente com a data da carta e a cidade de origem. Também iremos nos permitir, somente nesta seção, nomear nossos dois personagens com os termos pelos quais eles mesmos se chamavam, escritos entre aspas, como uma alusão ao nível de intimidade existente entre ambos.

⁴⁸ Houaiss (2009).

⁴⁹ “Tus versos serán las hojas, las flores, los frutos del árbol de vida que tu eres”. Carta de 22 de setembro de 1942, Washington, D.C.

Embora tenha colecionado amigos, “María Rosa” confessa que apenas com uma ou duas pessoas, durante a sua vida inteira, sentira-se realmente à vontade, como quando estava com “Vinicius” - graças à sensação de poder ser, finalmente, ela mesma. A beleza da terra e da gente, da família e dos amigos de “Vinicius”, o sol, a visão do mar aberto e até mesmo o inverno formavam, em suas palavras, “o clima temperado em que as árvores e os homens florescem”. E completa: “Em tua sombra me senti bem, amparada, alegre e serena, porque sabia que tu – árvore e homem – tem raízes”.⁵⁰

A política, a cultura, os amigos ⁵¹

María Rosa Oliver foi uma filha da aristocracia portenha, pertencente a um tempo, a um meio social e a uma família nos quais a “ilustração” era tomada como máximo valor, ou seja, a cultura, o estudo e a erudição. Junto à sorte de ter todos os caminhos abertos ao conhecimento, a potencial tragédia da poliomielite (que lhe acometeu o corpo aos dez anos de idade, deixando-a para sempre sem andar), acabou por se converter em mais uma abertura, desta vez, para o mundo. A família empreendeu, a partir de sua doença, uma longa viagem à Europa, em busca de tratamentos médicos. Tendo aprendido línguas desde cedo, e convivido com diferentes povos, a escritora adquiriu aquela que parece ter sido uma de suas maiores qualidades: seu cosmopolitismo. A capacidade de transitar com elegância entre os mais diferentes lugares, e entre pessoas de diferentes posições políticas, ideológicas e intelectuais.

Se a palavra “rota” nos remete, no âmbito deste texto, à inauguração de trajetos, à tomada de novos rumos e à abertura de caminhos, é preciso lembrar, no entanto, que ela divide a mesma origem etimológica do latim “rupta”, ou “roto”, que são variações do verbo “rumpere”, ou, simplesmente, romper (Houaiss, 2009). Os significados em torno da palavra podem ser remetidos, portanto, não apenas à abertura de caminhos, mas, também, ao sentido original de ruptura ou de rompimento - com trajetos, laços e pessoas. María Rosa Oliver relata, com certo desprezo, o aviso de duas conhecidas suas, “muito letradas”, que quiseram alertá-la dos perigos de se lutar contra o fascismo espanhol. Na verdade, fazendo parte da elite argentina, elas estavam reivindicando da escritora uma solidariedade de classe com a qual María Rosa Oliver não estava disposta a compactuar.

“Que terrivelmente deprimente é o racismo”. “Que horríveis são as colônias”!, desabafa a Vinicius de Moraes, quando em visita a Trinidad e Tobago. Racismo do qual ela julga, quase ingenuamente, o Brasil já teria “se livrado”, com o fim da escravidão. Desde pequena tinha consciência, ainda que vaga, de que muitos de seus privilégios deveriam se dar às custas do trabalho e das privações de outros tantos.

⁵⁰ “A tu sombra me he sentido bien, amparada, alegre, y serena, porque sabia que tú - árbol y muchacho - tienes raíces”. Carta de 22 de setembro de 1942, Washington, D.C.

⁵¹ As informações biográficas sintetizadas nesta seção foram todas retiradas de Becerra (2013) e Petra (2020).

“O que tenho que te dizer, só sei dizer em meu idioma”.⁵² Para a escritora, formar uma rede de amigos significava, para além de um delicado exercício do afeto, criar uma rede de intelectuais comprometidos com um objetivo em comum: quebrar o desconhecimento mútuo entre pensadores argentinos e brasileiros e fortalecer os laços culturais entre os dois países. Isso em nome da formação de uma unidade interamericana que não se deixasse subordinar por valores alheios. “Cada dia me convenço mais, ‘meu bem’, o urgente e necessário que é nos entendermos entre nós”.⁵³ Trata-se, aqui, segundo as suas palavras, da “estranha força da terra natal”: “Pensando neles desde longe sinto que os nossos países têm um grande destino a cumprir, e aos homens de tua qualidade, Vinícius, lhes cabe começar a dar forma a este destino”.⁵⁴

Junto a mecenas Victoria Ocampo, mentora e fundadora da revista *Sur*, María Rosa Oliver cumpriu de forma impecável o seu destino, conseguindo a proeza de aglutinar, em torno da revista, o pensamento e a obra de alguns dos maiores intelectuais de seu tempo, argentinos, chilenos, brasileiros e espanhóis.⁵⁵ Também junto à Victoria, funda a “União Argentina de Mulheres” (UAM), para atuar em defesa dos direitos civis das mulheres.

Ainda durante a guerra civil espanhola, teve a oportunidade de criar, junto ao poeta chileno Pablo Neruda, uma comissão para receber os refugiados espanhóis na Argentina. Pacifista, tecia críticas aos chamados “neutralistas”, pois, para ela, ser neutro era ainda admitir a possibilidade da guerra, além de considerar equivocada a complacência de muitos com a política entreguista dos governantes argentinos, a quem chamava “usurpadores”. Ainda assim, admirava intelectuais “neutralistas” em seu país e fora dele, especialmente os intelectuais franceses, pois compartilhava com eles a sua repulsa ao fascismo. Justamente nessa posição, foi uma aliada do governo norte-americano, tendo sido convidada a assumir um cargo de assessora cultural na coordenadoria de assuntos Iberoamericanos do governo Roosevelt, em Washington, entre os anos de 1942 a 1944. Fez viagens à China, a antiga URSS, e à Polônia, onde participou do Congresso Mundial dos Partidários da Paz. Foi filiada ao partido comunista, e mais tarde foi ligada à corrente católica terceiro mundista, de inspiração socialista. Recebeu o prêmio Lênin da Paz.

Durante o Congresso Mundial dos Partidários da Paz, viu-se perplexa diante de uma cobertura jornalística internacional tendenciosa, que enviava notícias distorcidas, quando não falsas, aos seus jornais. Ao desembarcar com pacifistas de diversos países em Varsóvia, dezenas de pessoas lhes esperavam no aeroporto, aplaudindo-os. Muitas crianças se aproximaram deles, estendendo-lhes as mãos

⁵² “Lo que tengo que decirte solo sé decirlo en mi idioma”. Carta de 22 de setembro de 1942, Washington, D.C.

⁵³ “Cada día me convenço mas, ‘meu bem’, lo urgente y necessário que és entendermos entre nosotros” (ela escreve a expressão “meu bem” em português). Carta de 22 de setembro de 1942.

⁵⁴ “Pensando en ellos desde lejos siento que nuestros países tienen un gran destino que cumplir, y a los hombres de tu calidad, Vinícius, les toca comenzar a darle forma a este destino”. Carta de 22 de setembro de 1942.

⁵⁵ Estes são os amigos que estiveram envolvidos com a revista *Sur* e que foram citados nominalmente nas cartas de nosso *corpus*: o escritor argentino Norberto Frontini, o escritor espanhol Francisco Ayala, o poeta grego-americano Kimon Frias, os poetas espanhóis Rafael Alberti e Maía Tereza León, o poeta chileno Pablo Neruda e o escritor brasileiro Aníbal Machado. Colaboraram, também, com a revista, o filósofo espanhol José Ortega y Gasset, e os escritores brasileiros Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Jorge Amado, Raquel de Queiroz e Vinícius de Moraes.

para pedir autógrafos. Um repórter da imprensa inglesa relatou que o grupo estava rodeado de meninos famintos, que vinham lhes pedir um pedaço de pão. Quando alguém de seu grupo perguntou ao repórter por que ele havia mentido ao seu país, ele respondeu, de maneira cínica: “Você acha possível resistir a contar uma mentira na qual milhares de leitores acreditarão?”

María Rosa Oliver volta à Argentina e continua a defender valores de autenticidade e de um pensamento cultural próprio para o seu país e para os seus países vizinhos. Nas palavras finais da carta enviada de Buenos Aires a Vinícius de Moraes, para lhe dar notícias do Congresso em que esteve, ela escreve: “Para descrever um mundo novo – e não me refiro ao nosso – faltam palavras novas. As que empregamos soam vagas, não expressam uma realidade magnífica. Te ama e te beija, María Rosa”⁵⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece desnecessário dizer ao leitor que nos acompanhou até agora, que seria impossível abarcar, em um texto acadêmico de tão pequenas dimensões, a riqueza de detalhes da vida, da história e da obra de nossos dois personagens. Para ficar dentro do escopo deste trabalho, que pretende ser um exercício acadêmico de filologia, tratou-se de apresentar uma proposta de análise filológica de apenas uma das cartas enviadas, por assim dizer, por uma intelectual argentina a um poeta brasileiro. Suas vidas, suas amizades e suas escolhas; as palavras escritas, ditas e cantadas, os seus silêncios, em suma, “o seu tom”, falam por si mesmos. Em relação aos demais materiais presentes no *corpus*, e ao possível aprofundamento de sua análise, ressalta-se que eles deverão fazer parte da continuidade de nossos trabalhos, junto ao campo de estudos da filologia e dos estudos da linguagem.

REFERÊNCIAS

- Acervo Digital Vinícius de Moraes. Acervo digital do poeta, compositor, dramaturgo, jornalista e diplomata carioca Vinicius de Moraes (1913-1980). Disponível em: <http://acervo.viniciusdemoraes.com.br/>. Acesso em: 15/06/2021.
- Acervo Digital Vinícius de Moraes. Teaser. Disponível em: <https://youtu.be/Y2JPuM1qlDc>. Acesso em: 28/06/2021/
- Achervo del Escritor. Legado Gabriela Mistral Donación de Doris Atkinson 2007.
- Becerra M (2013). Género y antifascismo en la autobiografía de María Rosa Oliver. *Estudios Avanzados*, 20: 97-114. Disponível em: <https://www.revistas.usach.cl/ojs/index.php/ideas/article/view/1345> Acesso em: 21 jun. 2021.
- Cambraia CN (2005). Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes. 216p.
- Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS). Disponível em:

⁵⁶ “Para describir un mundo nuevo, y no me refiero al nuestro, faltan palabras nuevas. Las que empleamos suenan vagas, no expresan una magnífica realidad. Te quiere y te besa” M. Rosa. Carta de 30 de janeiro de 1951, Buenos Aires, Argentina.

Disponível em: <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/623/w3-propertyvalue-247732.html> .

Acesso em: 25/06/2021.

Harouche-Bouzinac G (2016). *Escritas epistolares*. Ligia Fonseca Ferreira, tradutora. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 224p.

Houaiss A (2009). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio Janeiro: Objetiva. 1986p.

<http://www5.uefs.br/cedohs/view/tutorial.html> Acesso em: 04/07/2021.

María Rosa Oliver Papers; Repository: Manuscript Division, *Special Collections and Oliver, María Rosa, 1898-1977. Firestone Library*, da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Disponível em: <http://arks.princeton.edu/ark:/88435/wh246s162>. Acesso em: 25/06/2021.

Monte VM (2013). *Correspondências paulistas: as formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775)*. Vol. 1. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa. Universidade de São Paulo. 653p.

Petra A (2020). *María Rosa Oliver, el comunismo y la cultura argentina*. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. 08 out., p.1-11. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/82126> Acesso em: 23 jun. 2021.

Queiroz S (2008). *Glossário de termos de edição*. Belo Horizonte: Fale/UFMG. 55p.

Sobral MG (2021). *Abreviaturas: performances da escrita glossário séculos XVI, XVIII e XIX*. 1 ed. São Paulo: Blucher. 76p.

Spaggiari B; Perugi B (2004). *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna. 408p.

Spina S (1977). *Introdução à Ecdótica: crítica textual*. São Paulo: Editora Cultrix. 153p.

Sur. *Revista Argentina de Literatura e Cultura*. Sur, 1931-1992. ISSN: 0035-0478. Biblioteca Nacional Mariano Moreno, Argentina. Disponível em: https://catalogo.bn.gov.ar/F/?func=direct&doc_number=001218322&local_base=GENER Acesso em: 19/06/2021.

Toledo Neto SA (2020). *Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado*. *Travessias Interativas*., 20 (10): 192 – 208. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Travessias/article/view/13959/10679> Acesso em: 19 jun. 2021.

A primeira Escola de Auxiliar de Enfermagem em Mato Grosso - Grosso: anúncios de jornais sob o olhar filológico

 10.46420/9786588319802cap7

Débora da Silveira Campos^{1*} 

INTRODUÇÃO

A Escola de Auxiliar de Enfermagem Dr. Mário Corrêa da Costa foi fundada em 20 de agosto de 1952, através do decreto Lei n.º 417, de 17 de setembro de 1951, tornando-se a primeira escola de ensino profissionalizante de enfermagem registrada no Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso - COREN/MT, sendo portanto considerada fundamental no processo de profissionalização da enfermagem no Estado.

A proposta de abordar a enfermagem em Mato Grosso se dá a partir das inquietações - que, como enfermeira, professora da disciplina História da Enfermagem em cursos de graduação e integrante do Grupo de Pesquisa *FOLIUM* – Estudos de Crítica Textual da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), surgem para a autora deste trabalho, tendo em vista a necessidade de promover discussão e, também, de aprofundar nas conjunturas sociais, culturais e histórica que alicerçam e que - ao mesmo tempo, em alguns casos ocasionam a invisibilidade da enfermagem local.

Nesse sentido, para que pudéssemos realizar a análise dos anúncios em jornais que remetem aos anos iniciais de funcionamento da instituição de ensino, o que compreende o período de 1950 a 1953, foi primordial o suporte teórico da Filologia, pois a mesma nos permitiu editar o *corpus* fac-similarmente, bem como analisar seus aspectos sócio-histórico-culturais e identificar as estruturas linguísticas em conjunto com suas ciências auxiliares.

A FILOLOGIA

Basseto (2001) enfatiza que o conceito de Filologia não é unívoco, pois divergem muitos os autores ao defini-la, ao determinar os limites de seu campo de atuação e até de seu objeto de estudo. Assim, a Filologia não apenas realiza a restituição de documentos considerados antigos, mas é essencial para o estudo da língua e suas amplitudes, além de possibilitar conhecimentos dos aspectos sócio-histórico-culturais de um determinado período.

¹ Doutoranda em estudos de linguagem pelo Programa de pós-graduação da UFMT, integrante do grupo de pesquisa *FOLIUM* – Estudos de Crítica Textual.

*Autora correspondente: deboradscampos@gmail.com

Na concepção de Melo (1981), a Filologia é tida como o estudo científico de uma forma de língua atestada por documentos escritos. Portanto, não havendo documentos escritos, não evidencia-se a Filologia.

Para Spina (1977), os objetivos da Filologia variam de acordo com a época, lugares e autores que a praticam, mas ela sempre teve seu campo de atuação bem delimitado, cujo objeto de estudo está:

[...] no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado. A explicação do texto, tornando-o inteligível em toda a sua extensão e em todos os seus pormenores, apela evidentemente para as disciplinas auxiliares (a literatura, a métrica, a mitologia, a história, a gramática, a geografia, a arqueologia etc. [...]) Esse conjunto de conhecimentos complicados, dando a impressão de verdadeira cultura enciclopédica de quem os pratica, constitui o caráter erudito da filologia (Spina, 1977).

A Filologia é o estudo global de um texto, ou seja, a exploração exaustiva e conjunta dos mais variados aspectos de um texto (Cabraia, 2005).

Portanto, a Filologia procura assegurar um texto fidedigno e confiável que sirva como texto-fonte, a fim de que ele possibilite a análise histórica, literária e linguística por parte dos pesquisadores (Silva et al., 2018).

No que tange às ciências auxiliares, o termo Paleografia, etimologicamente, vem do grego e significa *palaios* (antigo) e *graphien* (escrita) (Cabraia, 2005). É, segundo Spina (1977), disciplina auxiliar da Filologia, que propicia a análise e a descrição dos caracteres gráficos, tipos de letras, sinais diacríticos, abreviaturas, pontuação, acentuação, paragrafação, arabescos, dentre outros, possibilitando a leitura do texto e seu entendimento.

Cabraia (2005) destaca que a Paleografia:

[...] apresenta finalidade tanto teórica quanto pragmática. A finalidade teórica manifesta-se na preocupação em se entender como se constituíram sócio historicamente os sistemas de escrita; já a finalidade pragmática evidencia-se na capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na sua escrita, e de interpretarem adequadamente as escritas do passado (Cabraia, 2005).

Berwanger e Leal (2008) alegam que enquanto ciência auxiliar busca informar as características dos documentos, possibilitando uma virtual visualização dos aspectos que lhes são marcantes. Pode-se, então, afirmar que a análise paleográfica procura contemplar os aspectos materiais, assim como as análises dos usos linguísticos presentes nos documentos em uma determinada época.

A CONTEXTUALIZAÇÃO DA FONTE E DO OBJETO

Mendonça (1963) descreve que em 27 de agosto de 1939, sob a direção do jornalista Archimedes Pereira Lima, foi fundado o jornal *O Estado de Mato Grosso*, cuja primeira edição foi composta por 16 páginas, em formato *standart* (medindo 32 cm de largura por 56 cm de altura) o que permitia maior aproveitamento do papel.

Na década de 1950, com o aparecimento do jornalismo empresarial, que substituiu os periódicos financiados por partidos políticos e grêmios literários, os jornais do Rio de Janeiro passaram por

modificações, que, de acordo com a jornalista e historiadora Marialva Barbosa (2007), impactaram o jornalismo brasileiro, “[...] no sentido de transformar as notícias produzindo a aura de neutralidade e objetividade”.

Essa reformulação, ocasionou inovações no conteúdo, além da tradicional abordagem política, por conseguinte nas páginas dos jornais foram distribuídos artigos, anúncios, notícias do Rio de Janeiro e da Europa, cadernos infantil, de esportes, literário, notas sociais e notas forenses, o que faziam do jornalismo mato-grossense, um fazer específico no país (Costa, 2018).

Em relação à Escola de Auxiliares de Enfermagem, Moreira et al. (2004) afirmam que a assistência de enfermagem no Estado era praticada, desde o século XIX, por leigos, escravos e religiosos sem qualificação prévia, “[...] centrada em atividades técnicas desenvolvidas por praticantes, sem ressonância social, ficando restrita à ocupação de expressão caritativa e de abnegação”.

A partir do século XX, mais precisamente na década de 1930, foi implementada uma política nacional de saúde que provocou mudanças, sendo criado o Ministério da Educação e Saúde, que, em virtude das epidemias que se alastravam no país, buscou enfatizar as campanhas preventivas. Nos anos seguintes, a rede de serviços de saúde, inclusive de hospitais expande-se a nível nacional, estabelecendo e ampliando os convênios aos serviços privados e filantrópicos (Moreira et al., 2004).

Frente a esse cenário, devido à escassez de profissionais para ocupar os postos de trabalho disponíveis, em todas as regiões do país, iniciaram-se ações e projetos em favor ao ensino/formação de enfermagem.

Batalha (2005) pontua que em 22 de janeiro de 1946, o Ministro da Educação e Saúde, Raul Leitão da Cunha, juntamente com José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal, assinaram o Decreto-Lei de n.º 8.772, que criou a carreira de auxiliar de enfermagem no quadro permanente do Ministério da Saúde.

No ano seguinte, em 15 de janeiro de 1947, Clemente Mariani, o então Ministro da Educação e Saúde, encaminhou ao Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, um anteprojeto de lei composto de 19 artigos, devidamente justificado que norteava o ensino da enfermagem. Após passar por diversos ajustes e apreciações realizados pelas Comissões de Educação e Cultura, de Saúde, de Saúde Pública e de Finanças, o anteprojeto transformou-se na Lei n.º 775/49, que dispôs sobre o ensino de enfermagem no país, delimitando à Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Saúde o poder de reconhecimento de escolas e a autorização para funcionamento destas (Batalha, 2005).

Em Mato Grosso, ao assumir o governo em 1951, o médico Fernando Corrêa da Costa se dedicou à instalação da Escola de Enfermagem anexa ao Hospital Geral. No mesmo período o Departamento de Saúde elaborou um plano de realizações estadual, que projetava dentre outras coisas a construção de novos hospitais (de Alienados e Tuberculose); instalação de distritos sanitários em 06 municípios, a aquisição de ambulâncias para o serviço rural (nas regiões norte, sul e leste) e estruturação da Escola de Enfermagem em Cuiabá; além da instalação de 03 Dispensários de Lepra (Costa, 2018).

Ao analisar os anúncios, foi possível verificar a preocupação e empenho do executivo e do legislativo em criar a escola de auxiliares de enfermagem, dispensando tempo em viagens e reuniões para encaminhar e gerenciar recursos a esse respeito.

A década de 1950 foi de grande relevância para a evolução do Centro Oeste, especialmente de Mato Grosso, pois houve aumento significativo da população, implantação de indústrias, além da iniciação da utilização de tecnologias na área da agricultura.

APRESENTAÇÃO DO *CORPUS* DA EDIÇÃO FAC-SIMILAR

Para a realização da coleta dos anúncios, selecionamos o periódico *O Estado de Mato Grosso* que contempla a temática Enfermagem, em especial a formação profissional em Cuiabá-MT, no período de 1950 a 1953.

A constituição do *corpus*, se deu a partir da seleção dos exemplares do jornal mato-grossense que continham anúncios pertinentes à temática em estudo, seguida pela organização dos exemplares em ordem cronológica, identificação dos anúncios, a partir do primeiro, A-01, identificação do nome do jornal, data de sua publicação, número da edição e página em que se encontra o anúncio, o assunto e as especificações do formato dos mesmos.

Dessa forma, o *corpus* foi constituído de 08 anúncios de jornais impressos e publicados em Cuiabá na década de 1950, que se encontram arquivados na Biblioteca Nacional - Hemeroteca digital, sendo que um deles apresenta duas páginas, como descrito a seguir:

Identificação: A-01	Jornal: O Estado de Mato Grosso	
Data: 07 de Dezembro de 1950	Edição: 1954	Página:01
Assunto: Viagem do Dr. Clóvis Pitaluga ao Rio de Janeiro para tratar de assuntos sobre a criação de uma escola de enfermagem em Cuiabá-MT.		
Especificações: O anúncio apresenta o título Dr. Clóvis Pitaluga de Moura, em destaque em negrito, está localizado na quarta coluna inferior à direita e contém 24 linhas escritas em letras pequenas.		

Identificação: A-02	Jornal: O Estado de Mato Grosso	
Data: 19 de Dezembro de 1951	Edição: 2042	Página:03
Assunto: Divulgação do Curso Prático de Enfermagem		
Especificações: O anúncio contém 18 linhas, está localizado na coluna do meio, rodeado por anúncios chamativos e o título denomina-se como Curso de Enfermagem.		

Identificação: A-03	Jornal: O Estado de Mato Grosso	
Data: Abril de 1952*	Edição: 2095	Página:03
Assunto: Aviso sobre o dia, horário e local que será realizado o exame vestibular para curso auxiliar de enfermagem.		
Especificações: O anúncio está localizado na porção central do impresso, sem destaque. * a data da publicação está ilegível (borrada).		

Identificação: A-04	Jornal: O Estado de Mato Grosso	
Data: 28 de Dezembro de 1952	Edição: 2198	Página:01
Assunto: Aborda as exigências para o vestuário das enfermeiras.		

Especificações: O anúncio encontra-se na coluna do meio na parte superior, apresenta o título Vestuário para Enfermeiras em destaque e está assinado por Americo R. Netto.
--

Identificação: A-05	Jornal: O Estado de Mato Grosso	
Data: 19 de Abril de 1953	Edição: 2245	Página:03
Assunto: Trata-se de comunicado sobre a abertura de matrículas para II Curso de Auxiliar de Enfermagem.		
Especificações: O anúncio está localizado na porção inferior direita da página.		

Identificação: A-06	Jornal: O Estado de Mato Grosso	
Data: 14 de Junho 1953	Edição: 2269	Página: 04
Assunto: Aborda o período de matrícula do curso, sua duração e gratuidade.		
Especificações: Encontra-se na porção central da página, com linhas espaçadas, título em destaque assim como o termo “NOTA” para mencionar a gratuidade do curso.		

Identificação: A-07	Jornal: O Estado de Mato Grosso	
Data: 10 de Dezembro de 1953	Edição: 2341	Páginas: 01 e 02
Assunto: Comtempla o objetivo da escola, os fatores atribuídos às candidatas ao curso e um apelo à sociedade cuiabana.		
Especificações: Está localizado na parte superior e em destaque, parte do anúncio encontra-se na primeira página e há continuidade na página seguinte (na página 02 o texto está localizado na porção superior e central e também, em destaque).		

Identificação: A-08	Jornal: O Estado de Mato Grosso	
Data: 03 de Janeiro de 1954	Edição: 2350	Página:01
Assunto: Divulgação da matrícula e de ajuda de custo para a aluna.		
Especificações: O anúncio localiza-se na coluna central, parte superior da página e contém 13 linhas.		

A edição fac-similar é uma edição fiel ao original, obtida por meios mecânicos (litografia, fotografia, fototipia e outros) de um texto manuscrito, impresso ou esculpido, cujo testemunho se revela importante, seja do ponto de vista estético e/ou filológico (Borges et al., 2012).

Na perspectiva de Borges et al. (2012), a edição fac-similar apresenta três pontos: o primeiro é a transcrição fielmente ao original, na qual, a depender do documento, algumas coisas serão omitidas (pelo tempo, desgaste e vazamento de tinta que pode ultrapassar o papel e deixar o outro lado comprometido), em segundo lugar a facilidade que cada leitor tem para ler este tipo de material; e em terceiro os erros que os tipógrafos podem cometer e com isso alterar a forma original do documento.

Logo, a edição fac-similar é a fotografia do texto, em que o editor interfere minimamente no original, entretanto, em virtude da digitalização, no ato da análise podemos nos deparar com algumas limitações, uma vez que não é possível verificar a qualidade do papel, o estado de conservação do mesmo e a composição química da tinta empregada. Além disso, a qualidade da cópia pode ser comprometida, seja pela indiferença na tonalidade da tinta, pelos borrões ou pelo esmaecimento da cor da tinta e do papel, apresentando assim, aspectos diversos do original.

A seguir, apresentamos os fac-símiles dos anúncios. Para fins didáticos, cada anúncio recebeu uma numeração seguida de um título, a saber: A-01 “Alinhavos”; A-02 “Divulgação”; A-03 “Exame”, A-04 “Vestimentas”; A-05 “Continuidade”; A-06 “Gratuidade”; A-07 “Objetivo e Fatores” e A-08 “Ajuda

de Custo”. Apesar de serem selecionados 8 anúncios, apresentamos apenas 3 fac-símiles como amostra do que se encontra no jornal *O Estado de Mato Grosso*.

Cuiabá, 16 de Dezembro de 1951 O ESTADO DE MATO GROSSO Página 3

A partir deste mês e para as festas de Natal e Ano Bom, casas «TUFIK AFFI» brindam o distinto publico com uma GRANDE PARTIDA de afamadissimos REFRIGERADORES que serão vendidos por um plano de VENDAS A PRESTAÇÃO, BASTANTE SUAVE.

5 ANOS DE GARANTIA

Não se esqueça!... Antes de adquirir o seu refrigerador, visite sem o menor compromisso as casas «TUFIK AFFI» e verifique os seus preços. Veja o seu sistema de vendas a prestações

Rua 13 de Junho 422 e 927

AVISO

Afim de proporcionarmos a nossos operarios a antecipação dos seus salarios antes do fim do ano, concluímos com a **hóu** a venda dos nossos annunciados e a **assinamta** para efetuar seus pagamentos a nosso cobrador, do dia 30 em diante.

A GERENCIA

MAGROS E FRACOS VANADIOL

É indicado nos casos de fraqueza, fadiga, inapetencia e febre, porque em sua fórmula entram substâncias tais como Vanadato de sódio, Licitina, Gliceroestato, pepsina, nos de cálcio, etc., de ação pronta e eficaz nos casos de fraqueza e neurastenia. Vanadiol é indicado para homens, mulheres, crianças, sendo sua fórmula conhecida pelas grandes médicas e está licenciada pela Saúde Pública.

Aluga-se

Na rua Cel. Peixoto, nº 88, uma ampla sala, com 2 janelas de frente, apropriada para pequena casa Comercial, Barbeiro, Alfaiate ou Escritório, etc... Ver e tratar no mesmo rua e numero.

Exige-se fiador idoneo.

Curso de Enfermagem

Sob o patrocínio do Departamento de Saúde e da Sociedade de proteção à Maternidade e a Infancia de Cuiabá, será realizado nesta Capital um Curso Prático de Enfermagem.

As candidatas das quais se exige como padrão minimo de instrução, Curso Primário completo, poderão obter melhores informações com a Enfermeira Maria da Fênha Selert, no Granda Hotel, das 19 às 21 horas.

Cuiabá, 29 - 11 - 1951.

Terezinha de Jesus Oliveira
Escrit. do Departo de Saúde

Costeadeira

Prezisa-se de uma pessoa para trabalhar em casa de familia em Santo Antonio de Leverger. Tratar nesta capital, à Trav. Senador Melo, 130.

Para o Natal e Ano Bom

Capões - Leitões - Carnelões - Ovelhas - Patos - Perdas e Pombos - são os produtos para as festas de Natal e Ano Bom. - Tratar com Cássio Corrêa de Costa - Industrias S. João - Rua Campo Grande, 464.

Migueif & Cia. Ltda
Empresa de Nav. Fluvial

Cuiabá Capital em movimento
Fundada em 1925
Cr. \$ 12.000.000,00

Escritório: Rua Manoel Cavassa n.º 50 - Caixa Postal 6
Armazem: Rua Manoel Cavassa, 570/3 End. Tel. - Migueif
Agencia em Cuiabá - Porto Esperança e Porto Murdinho
Viagens sem anais dos vapores de passageiros entre Cuiabá e Corumbá

Serviço de Navegação em Commissão com a E. F. A. e o Atende: - Cargas e Passageiros para todos os 4 rios do Estado.

FLORA DE NOGUEIRA
ALIV. TRAT. SIFILIS

Vende-se Uma cristaleira es-tilo rustico, madeira de angelim. Tratar nesta redação

Indústria S. João de Júlio Müller?

Temos bem montada marcenaria especializada em fabricação de portais, portas e janelas etc. Temos máquinas de beneficiar arroz. Vendemos a preço sem competidor, finissimo fubá de milho e de arroz. Vendemos ainda: material para construção, como vigas, vigotes, calbros, ripas, etc. etc.

Tudo muito barato - Visitar a INDÚSTRIA S. JOÃO, é demonstrar adquirir bons artigos.
Rua Campo-Grande, 464 - Cuiabá, Mt.

O SANGUE E' A VIDA
DEPURE O SANGUE COM

ELIXIR 914

INDISPENSIVEL AO ORGANISMO. AGRAVAVEL COMO UM LICOR. RHEUMATISMO I SIFILIS I

Tome o popular deparativo composto de Hermafemil, Samambala, Nogueira, Fé de Ferda, Salsaparilha e outras plantas medicinais de alto valor deparativo. Aprovado pelo D. N. S. P. como medicação auxiliar no tratamento da Sífilis e Reumatismo da mesma origem.

NA ACIDEZ DO ESTÔMAGO...

• ENO é de ação imediata! Alivia? Prisão de ventre? Use ENO para aliviar e ao levantar...

LAXANTE ANTI-ACIDO ESTOMACAL

"BAL DE FRUÍTA" **ENO**

A VIDA DE HOJE PRECISA DO ENO

Passo o Natal elegantemente trajado.

Procure **Alvaro alfaiate** que fará sua roupa como você gosta.

Figura 1. A-02. Divulgação - Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca digital – Texto de domínio público. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

A Manifestação Espontânea de todos

os quadrantes do Estado, à candidatura do Bel. Julio Muller, para Governador de Mato Grosso, é além de um prognostico certo da vitoria de sua candidatura, o reconhecimento de seus patricios à sua calma, honesta e dinâmica administração, até hoje não superada por outros administradores

O ESTADO DE MATO GROSSO

JORNAL INDEPENDENTE DEDICADO AOS INTERESSES DO POVO

Diretor—RANULPHO PAES DE BARROS — Gerente—CARLOS EMILIO BIANCHI
 Redator Chefe: Davey Gomes de Barros
 ANO XIV | CUIABÁ, (QUINTA-FEIRA) 10 de Dezembro de 1953 | Nº. 2341

O QUE HA DE MAIS ORIGINAL EM NOSSA ARTE

A revista noticiosa VISÃO, em seu número de 11 de dezembro, estampa em suas páginas interessante reportagem sobre a 11.ª Bienal de São Paulo. Antecipando-se à mostra, a reportagem reproduz trabalhos de destacados artistas nacionais e estrangeiros. De VISÃO: Além de sua significação turística e social, a mostra oferece oportunidade aos artistas nacionais para tomarem contacto com as mais modernas tendências e estilos artísticos do mundo. Simultaneamente os artistas criticos estrangeiros poderão apreciar o que há de mais original em nossa arte.

ESCOLA DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM "Dr. Mário Corrêa da Costa" Cuiabá

Isaura Barbosa Lima (Chefe da Sec. de Enf. do D.N.S.)

Visitando a Escola de Auxiliar de Enfermagem "Dr. Mário Corrêa da Costa" de Cuiabá, criada pelo Governador Dr. Fernando Corrêa da Costa e o Secretário de Educação e Saúde do Estado, Dr. Rubens de Castro Pinto, observamos que a referida entidade já se encontra funcionando nos moldes de trinta e duas que, no País, estão se desenvolvendo ativamente de acordo com a lei 773, de 6 de agosto de 1949.

Embora o público saiba o que representa uma Escola de Enfermagem, entre nós, nunca seria demais divulgarmos repetidamente qual é o seu verdadeiro objetivo — preparar pessoal que conscienciosamente possa dispensar ao ser humano os cuidados de Enfermagem a que tem direito, sempre que o seu equilíbrio físico mental for alterado por fatores diversos, — poderíamos ainda interpretar de outro modo — preparar elementos para conjugadamente com o enfermeiro profissional, trabalharem pela conservação da saúde coletiva, que dispensando cuidados de cabeceria a doentes nos hospitais ou nos domicílios, quer incutindo no povo uma consciência sanitária por meio de ensinamentos objetivos, por demonstrações realmente dinâmicas aos grupos que afluem às unidades sanitárias, aos estabelecimentos de

ensino primário, etc., às diferentes indústrias e outros meios obreiros. Conhecendo-se a que se destina uma Escola para Auxiliar de Enfermagem, parece-nos recomendar a criação de mais estabelecimentos de ensino no gênero, porém seu objetivo impõe às entidades interessadas no assunto um estudo prévio da situação local antes de qualquer iniciativa.

De modo muito sucinto citaremos alguns pontos a serem investigados dos quais os resultados nos orientarão se deve ou não podemos criar uma obra que, tão diretamente, se relaciona com o bem-estar humano.

Examinemo-los:

- a) — levantamento da população local, seu nível econômico social e cultural;
- b) — existência de hospitais mantidos por entidades particulares, poderes públicos, anti-quirúrgicos e paracetálicos específicos e número de leitos/unidades sanitárias, quantas, ambulatórios, policlínicas, crèches, orfanatos, asilos, etc. c)
- c) — escolas de enfermagem existentes no local e sua situação perante a Lei 773;
- d) — número de enfermeiras profissionais trabalhando na região e de que se ocupam;
- e) — possibilidades de se obter candidatas credenciadas ao curso.

Deixando à parte outros pontos

(Conclui na 2ª. página)

MARIA DE ARRUDA MULLER

Transcorreu ontem a data natalícia da Exma. Sra. D. Maria de Arruda Muller, digníssima consorte do Bel. Julio S. Muller.

Foram inumeras as preces que nesse dia se elevaram aos céus, em agradecimento ao Criador pela conservação da saúde da ilustre dama mato-

grossense, um de seus maiores expoentes de cultura e abnegação. Às demonstrações de verdadeira amizade e simpatia, de que foi alvo na data de ontem D. Maria de Arruda Müller, associamos-nos de maneira incondicional, com mais os votos de prolongada existência, para o bem da terra matogrossense.

Representante Comercial

Tradicional e reconhecida firma de São Paulo operando no ramo de casemiras e linhos por atacado deseja nomear representante local na praça de **CUIABÁ**. Damos preferência para elemento relacionado no meio dos alfaiates e lojistas. Cartas com referências para COMERCIO DE TÊCIDOS PRIMOR — Praça da Sé, 184 — S. Paulo

Assinem no Estado de Mato Grosso

Aos Nossos Anunciantes

No desejo de proporcionarmos os meios que facilitem aos nossos operários, festejar o NATAL, levamos ao conhecimento dos nossos prezados anunciantes com um apelo a sua boa compreensão que a cobrança de anúncios, neste mês, será efetuada adiantadamente.

A Gerencia

Cr\$. 1.000,00 a oferta de "Jurandira Spinelli", para o NATAL DO PEQUENO JORNALEIRO.

Da snta. Jurandira Spinelli, recebemos a seguinte carta :

Cuiabá, 8 de Dezembro de 1953.

Illmo. Sr. Diretor do jornal "O Estado de Mato Grosso".

Nesta. Prezado senhor:

Tendo encontrado no seu conceituado jornal, o meu nome na votação para "Miss Cuiabá", para concorrer na festa do "Natal do Pequeno Jornaleiro", peço a V.S. passar os votos que me foram dados, para serem distribuídos entre as outras concorrentes.

Prende-se este fato, a que não poderei estar aqui no Natal. É costume tradicional da nossa família, passarmos este grande Dia, todos reunidos em nossa fazenda Rio Novo.

Lá também temos o Natal dos filhos dos nossos trabalhadores, aos quais é costume distribuir presentes, e, este ano, coube-me a organização da festinha.

Peço aceitar minha modesta contribuição pessoal, para o "Natal

do Pequeno Jornaleiro", a quantia de Cr. \$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), que junto a esta remeto.

Agradeço a atenção dessa Redação e firmo-me com estima, da leitora amiga

N. R. — Agradecemos sensibilizados a sua oferta. Ela é uma demonstração de sua alta compreensão, ao nosso desejo de proporcionarmos um natal feliz, este ano, ao pequenino jornaleiro. Esses pequenos heróis trabalhadores, que não medem sacrifícios na luta que travam pela sobrevivência. Quanto à sua desistência na eleição que estamos promovendo, de "Miss Cuiabá", deixaremos a solução a cargo dos nossos leitores, pois não nos julgamos com o direito de privá-los de votar nas candidatas de sua preferência. Transcrevemos aqui a sua carta, que expõe os motivos que a leva a essa desistência. Portanto os nossos leitores decidirão o assunto, e nós estamos sempre com eles.

Domingo, a Corrida de São Silvestre

Finalmente, na manhã de domingo, dia 13 do corrente, precisamente as 8 horas, será levado a efeito nesta Capital, a VI Preliminar da Corrida de São Silvestre patrocinada pelos jornais "O Estado de Mato Grosso" e "Tribuna Esportiva". Essa prova de pedestrianismo cuiabano, está sendo aguardada com grande ansiedade, pois concorrerão a mesma, os melhores valores do nosso atletismo des-tacando-se dentre outros, os corredores João de Deus Rodrigues, Durgeor Pedross, Mario de Souza Rozz, Jorge da Silva e Ernani de Siqueira.

(Conclui na 5.ª pag.)

CONCURSO DE REPORTAGENS

Sob o patrocínio da: IMOBILIÁRIA "SETRAMAR" DE MATO GROSSO LTDA. UMA GRANDE FIRMA, A SERVIÇO DE UM GRANDE POVO, COLABORANDO PELO PROGRESSO DE NOSSA TERRA.

Desenvolva sua vocação jornalística e ganhe Cr\$ 300,00 mensais sendo um repórter de «O ESTADO DE MATO GROSSO» o jornal preferido pelos leitores cuiabanos. Para qualquer esclarecimento procure a nossa Redação.

x x x

Imobiliária «SETRAMAR» de Mato Grosso Ltda.

Compra e venda de terras. Praça General Caetano de Albuquerque Edifício Ricci & Fava — 1º Andar — Sala 1 Cuiabá Mato Grosso D.B.

Figura 2 - Parte I. A-07. Objetivo e Fatores - Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca digital – Texto de domínio público. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Cuiabá, 10 de Dezembro de 1933
O ESTADO DE MATO GROSSO
Página 2

ESTADO DE MATO GROSSO
MINISTERIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE METEOROLOGIA

Estação Climatológica de 1ª classe de Cuiabá-Mato Grosso
Em 27 de Novembro de 1933

Pressão barométrica reduzida a 0° (Média) 742,8
Temperatura Máxima 36,4
Temperatura Média 26,2
Temperatura Mínima 16,2
Chuva recolhida (total) 0,0 m/m
Altura do rio Cuiabá
Direção predominante dos ventos Norte
Velocidade média dos ventos 3,4 m. p. s.

Dr. Gonzalo Leite de Figueiredo
Clínica Médica e Cirurgia
Atende a qualquer hora
Consultório — Rua Barão de Melgaço, 336

Escritório "Odóricos"
compra apólices estaduais — Rua 13 de Junho nº 97 Cuiabá

Arrenda-se
Lotes de magníficos terrenos para pequena cultura e hortaliças, marginaes ao rio Coxipó-Mirim. Vêr e tratar com o proprietário a Rua Boa-Vista nº 232, Bairro do Baú.

F. Aurélio da Silva Campos
Cirurgião Dentista
Raio X
Consultório—Rua Antonio Maria, 313

Natal do pequeno Jornaleiro
Para Miss Cuiabá

Escola de.
(Conclusão)

que considerados, nos poderíamos assegurar êxito à criação de escola para auxiliar de enfermagem, passaremos a analisar fatores que contribuem para a ausência de candidatas aos cursos:

a) falta de propaganda inteligente que esclareça ao público o valor inegável do pessoal que se propõe a cuidar do ser humano nas suas horas de sofrimento físico ou mental;

b) — o conceito no que a sociedade ainda coloca a quem se dedica à enfermagem; c) — incompreensão do grau de cultura necessário ao ingresso de candidatas nos cursos;

d) falta de honorários condizentes com o atual custo de vida do País e por fim, dúvidas sobre quais vantagens oferecidas às alunas ao concluírem seus estudos.

Divulgados alguns dos problemas que motivam a inércia equivocada à Pátria, como o Auxiliar de Enfermagem, crêmos que eles seriam relativamente solucionados se as famílias brasileiras resolvessem nos ajudar assim:

a) — encaminhar às escolas de Auxiliar de Enfermagem, candidatas de ambos os sexos, de formação moral reconhecida, com a idade de 16 a 30 anos e portadoras do nível de cultura recomendado;

b) — ajudassem a elevar a Profissão de Enfermagem ao mais alto conceito social com a sua compreensão de que para ser enfermeira, não basta saber aplicar uma injeção — mas, preferentemente, ser culta, honesta e ter como procedência, ambiente de família organizada.

c) — valorizassem a auxiliar de enfermagem compreendendo que ela é obrigada, ao exercício da profissão, a privar com doentes de todas as influências nocivas e que a eles dispensa cuidados de todo o simples bom de feito, à aplicação de injeções e curtos, que exigem, da Auxiliar, raciocínio pronto para tomar certas atitudes que somente as pessoas apoiadas pela sociedade resolvem favoravelmente ao enfermo; d) — concitassem, as entidades de caráter médico-social a recrutar a auxiliar de enfermagem para os seus serviços, interessando-se previamente pela organização de um quadro próprio.

Concluindo as presentes observações inspiradas aliás, pela visita que fizemos à Escola de Auxiliar de Enfermagem s. Dr. Mário Corrêa da Costa, de Cuiabá, nos sentimos à vontade para lançar à sociedade cuiabana, um veemente apelo no sentido de que volte sua atenção para a referida escola a fim de fortalecer seus propósitos de maneira que as suas realizações respondam aos reclamos dos que necessitam de alívio nos seus momentos de...

MAGROS E FRACOS
VANADIOL

E' indicado nos casos de fraqueza, palidez, magreza e fastio, porque em sua fórmula entram substâncias tais como Vanadato de sódio, Lecitina, Glicero-fosfatos, Pepsina, Noz de kola, etc., de ação pronta e eficaz nos casos de fraqueza e neurastenia. VANADIOL é indicado para homens, mulheres e crianças, sendo sua fórmula conhecida pelos grandes médicos e está liberada pela Saúde Pública.



Em benefício aos Lazaros

Acham-se em exposição numa das vitrines da Casa "Athayde" as prendas que serão rifadas em benefício aos lazaros, rifada pela provedora da Sociedade Cuiabana de Assistência aos Lazaros e Deusa Contra Lepra, senhora Julio Müller.

Os cinco primeiros premiados obedecerão à ordem estabelecida na lista numerada que está à disposição da generosa sociedade cuiabana, na referida Casa Athayde a qual, gentilmente, dispôs de um lugar nas suas vitrines para a exposição das prendas.

São os seguintes premios:

- 1º — Um porta retrato de cristal.
- 2º — Um aparelho de café
- 3º — Um vaso de louça azul
- 4º — Um jogo de pratos para boios
- 5º — Um vidro grande com doce de café

CONGRESSO NACIONAL DE PROFESSORES PRIMÁRIOS

Realizar-se-á em Salvador, Capital do Estado da Bahia, nos dias 14 e 15 de Dezembro, o Primeiro Congresso Nacional de Professores Públicos Primários.

2º o seguinte o tema do referido Congresso:

I EDUCAÇÃO

- 1 O problema cultural do Professor Primário;
- 2 Métodos e programas de Ensino. As reformas ortográficas;
- 3 Problemas básicos de Educação no campo. A formação do professor rural;

II ASSISTENCIA

- 1 Federalização do Ensino;
- 2 O ensino primário no Brasil;

3) Vultos do magistério primário.

COMISSÃO ORGANIZADORA
Raydava Vieira Bitencourt presidente, Helena Cardoso Maia secretária geral, Maria das Neves Bastos de Mattos, Leopoldina Elvira Balduino da Silveira, reitor geral, Aldo do Valle Conceição, Adelia Georgina de Miranda, Claudemira Ribeiro de Moura, Celeste Maria de Azevedo, Diva de Freitas Seixas, Dirce do Oliveira Costa, Denise Fernandes Tavares, Bernaldes Maria de Aragão, Guiomar de Araújo Doris, José Francisco de Sá Teles, Lourival H. dos Santos Silva e Nina Barbosa Costa.

Em torno do Regimento do Congresso as pessoas que se interessarem pelo assunto poderão se dirigir ao Departamento Estadual de Estatísticas nesta Capital.

Natal do pequeno Jornaleiro
Para "Miss Cuiabá"

Casa Bancaria M. Levy & Cia. Ltda.
Cuiabá, Mato Grosso
Carta patente n. 1686, de 6 de Outubro de 1950
BALANÇETE EM 30 DE NOVEMBRO DE 1933.

ATIVO		PASSIVO	
	Cr. \$		Cr. \$
A—DISPONIVEL		F—NÃO EXIGIVEL	
CAIXA		Capital	\$ 1.000.000,00
Em moeda corrente	\$ 5.124,80	Fundo de Reserva legal	\$ 39.849,80
Em depósito no Banco do Brasil S/A	\$ 509.964,00		
A ordem da Sup. da Moeda e do Crédito	\$ 67.702,00	G—EXIGIVEL	
	612.791,70	Depósitos	
B—REALIZAVEL		a vista e a curto prazo	
Títulos Descontados	\$ 12.203,70	Em C/C Sem Juros	\$ 717.422,10
Letras a receber de C/propria	\$ 300.000,00	Em C/C Populares	\$ 212.700,00
Moedas	\$ 179.000,00	Em C/C Sem Juros	\$ 47.264,10
Títulos e Valores Mobiliários	\$ 18.011,40		
Apólices Estaduais	\$ 1.770.048,90	A prazo	
		A prazo fixo	\$ 450.000,00
C—IMOBILIZADOS			
Móveis e utensílios	18.617,80	H—RESULTADOS PENDENTES	
Material de Expediente	\$ 11.022,60	Contas de resultados	\$ 171.651,00
Instalações	\$ 43.984,30		
	\$ 71.624,70		
D—RESULTADOS PENDENTES		I—CONTAS DE COMPENSAÇÃO	
Juros e descontos	\$ 61.311,10	Depositantes de Títulos em cobrança:	
Impostos	\$ 21.760,70	Do País	\$ 130.004,80
Despesas Gerais e Outras contas	\$ 31.490,70		
	\$ 243.562,50		
E—CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Títulos a receber de conta síndea:			
Do País	\$ 150.074,00		
TOTAL DO ATIVO	\$ 2.195.541,00		

Maximo Levy Gerente

EXPEDIENTE
O ESTADO DE MATO GROSSO
Órgão independente dedicado ao interesse do povo
Propriedade de Julio S. Müller
DIRETOR—Rafael Pais de Barros
GERENTE—Carlos Emilio Bianchi
Redação—R. 13 de Junho, 341—Tel. 353
Endereço Telegráfico: ESTADO

ASSINATURAS

ANO Cr\$ 100,00
SEMESTRE Cr\$ 50,00
NÚMERO ANUAL Cr\$ 1,00
Representante Comercial no Rio e S. Paulo
Representação de Jornais e Enciclopédias Ltda.
A redação não se responsabiliza pelos conceitos emitidos pelos seus colaboradores

Figura 2 - Parte II. A-07. Objetivo e Fatores - Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca digital – Texto de domínio público. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

ANÁLISE DO *CORPUS*

Nesta seção serão expostas as divergências entre a ortografia atual e a vigente na década de 1950, de acordo com o que foi evidenciado nos anúncios em estudo. Analisamos o uso de abreviaturas, o sistema consonantal, o sistema vocálico e o uso de diacríticos. Foram também apreciadas as funções adjetiva e transcendente da atividade filológica, pois acreditamos que tais análises permitem a caracterização da estrutura social da sociedade e também da posição social destinada ao objeto em estudo, além de constituir uma reflexão sobre as possibilidades de aproximação entre a Filologia e a Enfermagem.

Abreviaturas

As abreviaturas são classificadas em: abreviatura por siglas, abreviatura por apócope, abreviatura por síncope, abreviatura por letras sobrepostas, abreviatura por signos especiais de abreviação e letras numerais (Spina, 1977).

Encontramos em A-02 uma abreviatura por síncope, ou seja, os elementos do meio do vocábulo foram excluídos, como em: *Departo* > *Dep.* (Departamento).

Sistema consonantal

Conforme se observa em A-04, temos a presença de duplicação de consoantes, tal ocorrência foi encontrada na palavra *maquillage* > *maquilagem*. Tem-se neste caso a simplificação das consoantes geminadas <ll>, que eram utilizadas por conta da influência pseudoetimologizante, fenômeno conhecido como variação etimologizante.

Sistema vocálico

Na análise voltada ao sistema vocálico, temos a substituição vocálica que consiste no uso de uma vogal no lugar de outra. Foi encontrada no A-01 ocorrência com a palavras *creação* > *criação*, substituição do *i* por *e*.

Diacríticos

Para Cambraia (2005), diacríticos são sinais da língua portuguesa escrita, que, atualmente, servem para auxiliar na pronúncia de uma palavra.

Os acentos podem ser agudo (´), circunflexo (^) e grave (˘). O agudo anuncia as vogais tônicas fechadas <i> e <u>, as vogais tônicas abertas e semiabertas <a>, <e> e <o>. O acento circunflexo sinaliza o timbre semifechado das tônicas <a>, <e> e <o>. Já o acento grave é utilizado para manifestar a ocorrência de crase (Cunha et al., 2013).

As maiores divergências encontradas no uso do acento circunflexo se deram nos anúncios A-01 e A-07, *bôa* > *boa*, *fôr* > *for*, *sôbre* > *sobre*, *crêmos* > *cremos* e *apêlo* > *apelo*. Possivelmente, tais diacríticos foram utilizados para assinalar a pronúncia semifechada das vogais <o> e <e>.

Cunha et al. (2013) explicam que as palavras podem ser oxítonas (acento tônico na última sílaba), paroxítonas (acento tônico na penúltima sílaba) e proparoxítonas (acento tônico na antepenúltima sílaba). Nas palavras oxítonas atribuímos o acento circunflexo quando terminadas em <e> e <o> semifechados, seguidos ou não de <s>.

Frente às paroxítonas, acentuam-se os vocábulos terminados em ditongos vocálicos crescentes. Nos anúncios analisados, observamos que muitos vocábulos presentes nos anúncios não receberam sinais de acentuação, conforme demonstram as palavras encontradas nos anúncios A-02, A-03, A-04 e A-07: *infancia* > *infância*, *inconfidencia* > *inconfidência*, *possivel* > *possível*; *independencia* > *independência*, *equilibrio* > *equilíbrio*, *inegavel* > *inegável* e *familia* > *família*.

De acordo com as regras ortográficas atuais, os vocábulos proparoxítonos são assinalados com acento. Portanto, as palavras dos A-04 e A-07, respectivamente “*numero*”, “*prejuizo*”, “*auxilio*”, deveriam receber acento agudo: “*número*”, “*prejuízo*” e “*auxílio*”.

Aqueles mesmos autores; discorrem que o til (~) é utilizado para indicar a nasalidade das vogais <a> e <o>, o apóstrofo (') aponta a supressão de um fonema e a cedilha (ç) é um sinal colocado abaixo da letra c, antes das vogais <a>, <o> e <u>, para representar o fonema /s/.

Na análise realizada, não foi evidenciado o uso de apóstrofo, entretanto constatamos que o emprego do til e da cedilha correspondem à regra ortográfica vigente, sendo evidenciados no uso das palavras *instrução* e *informação* presentes nos anúncios A-02 e A-08.

Funções adjetiva e transcendente

Para Spina (1977), a Filologia possui três funções: substantiva, adjetiva e transcendente. Neste estudo, optamos pelas funções adjetiva e transcendente, entendendo-se por adjetiva aquela que não se fixa propriamente no texto, mas dele extrai informações como características de seu autor ou do local onde foi escrito, e, por transcendente, aquela que também não se prende ao texto, tendo como fonte aspectos que estão os aspectos externos, como os pontos relativos à história social, por exemplo.

Em meio à função adjetiva da Filologia, pode-se deduzir dos anúncios A-04 e A-07, que ambos foram assinados por pessoas diversas no editorial do Jornal, sendo Américo R. Netto (jornalista do Jornal “*O Estado*”, em São Paulo) e Isaura Barbosa Lima (Enfermeira da Força Expedicionária Brasileira - FEB na Segunda Guerra Mundial e Chefe de Enfermagem do Departamento Nacional de Saúde), respectivamente.

Estudarmos as funções adjetiva e transcendente dos anúncios, nos auxiliou no estudo da sua historicidade, assim como nos aspectos ideológicos e linguísticos que fazem parte do contexto da criação,

da edição e da recepção da fonte (o Jornal - “*O Estado de Mato Grosso*”), assim como do objeto em estudo (a primeira Escola de Auxiliar de Enfermagem em Mato Grosso).

Portanto, a respeito do vestuário, Barthes (2005) enfatiza que o uso do uniforme na enfermagem foi um recurso para se estabelecer uma identidade profissional, um símbolo, já que, mesmo sendo uma linguagem não verbal, as roupas manifestam funções semelhantes às da linguagem verbal, ou seja, divulgam informações congruentes com a época, classe social, cidadania e afins.

A configuração da identidade profissional de enfermeira no Brasil está pautada no enaltecimento da disciplina, dos emblemas, dos uniformes e dos rituais (Santos et al., 2008).

A exigência dos cabelos presos em rede, unhas curtas e limpas complementam as normativas sobre o uso do uniforme, o que denota a existência de uma moldagem de comportamento, um recurso na formação da imagem profissional e também, da identidade do indivíduo, como exemplificado no A-04.

Ao vestir o uniforme, os trabalhadores incorporam uma identidade que os direcionam a atuar dentro das expectativas sociais e/ou do comprometimento corporativo, reforçando a manipulação ideológica para modelar ações físicas e mentais e se necessário, adotar novos hábitos e postura (Martins et al., 2011).

Em relação aos objetivos da escola e aos fatores atribuídos às candidatas, elencados em A-07, compreendemos que a seleção das candidatas à profissão compreendia critérios de gênero e de moralidade, o que sugere a criação de atributos da profissão que se institucionalizava sob a tutela do Estado. Afinal, a representação construída em torno de que uma das funções primordiais da enfermagem era a de ser útil à humanidade (Santos et al., 2008).

Ainda sobre a seleção, nos anúncios analisados, há registros pertinentes ao conteúdo das provas de Português, Matemática, Ciências, Geografia e História do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da edição fac-similar foi possível realizar a análise dos anúncios em jornais que remetem ao funcionamento da Escola de Auxiliar de Enfermagem Dr. Mário Corrêa da Costa, bem como aos aspectos sócio-histórico-culturais e às estruturas linguísticas presentes no período em estudo.

Analisar os anúncios de jornais sob a perspectiva filológica, nos permitiu detectar divergências entre a ortografia da década de 1950 e a atual do português brasileiro assim como nos consentiu contextualizar o tempo, o espaço e a sociedade em que foram escritos, sendo, portanto, um exercício de grande valia, uma vez que nos leva a reatualizar a prática e o acontecimento da formação profissional em enfermagem, sejam por posições convergentes ou por posições e opiniões diversas e representativas (construções históricas que imprimem “verdades”, ainda no cotidiano atual e que revelam relações de poder).

Este trabalho busca contribuir para o conhecimento da história do português brasileiro, da história da enfermagem e, principalmente, para a aproximação entre os campos disciplinares da Filologia e Enfermagem.

REFERÊNCIAS

- Barbosa M (2007). História cultural da imprensa: Brasil, 1900 – 2000. Rio de Janeiro: Mauad X. 264p.
- Barthes R (2005). Imagem e Moda. Tradução de Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes. 386p.
- Basseto BF (2011). Elementos de Filologia Românica: história externa das línguas. São Paulo: USP. 456p.
- Batalha MC (2005). O curso de auxiliar de enfermagem no Brasil: criação e legalização. Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dissertação), Rio de Janeiro. 105p.
- Berwanger AR; Leal JEF (2008). Noções de paleografia e de diplomática. 3 ed. Santa Maria: UFSM. 128p.
- Borges R et al. (2012). Edição de Texto e Crítica Filológica. Salvador: Quarteto. 228p.
- Cambraia CN (2005). Introdução à crítica textual. 1ed.. São Paulo: Martins Fontes. 216p.
- Costa LDSC (2018). História por meio da imprensa: profissionalização do jornalismo em Cuiabá-MT. *Escritas*,10: 172-189.
- Cunha C et al. (2013). Nova gramática do português contemporâneo. 6 ed. Rio de Janeiro: Lexikon. 800p.
- Jucá PR (2009). Imprensa Oficial de Mato Grosso – 170 anos de história. Cuiabá: Aroe. 194p.
- Martins EF et al. (2011). O uniforme enquanto objeto sógnico na área da saúde. *Verso e Reverso*, 25: 100-108.
- Melo GC (1981) Iniciação à filologia e à linguística portuguesa. 6 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 244p.
- Mendonça R (1963). História do Jornalismo em Mato Grosso. 2 ed. Cuiabá: Instituto Histórico de Mato Grosso. 105p.
- Moreira LC et al. (2004). O processo histórico do trabalho de enfermagem no município de Cuiabá - Mato Grosso. *Rev. bras. Enfermagem*, 57: 764-767.
- Santos TCF et al. (2008). Resistência à liderança norte-americana na formação da enfermeira brasileira (1934-1938). *Rev. latino-am. Enfermagem*, 16: 130-35.
- Silva JPB et al. (2018). Edições filológicas de um auto de defloramento de 1914. *Revista Philologus*, 24:110-125
- Spina S (1977). Introdução à Edótica: crítica textual. São Paulo: Cultrix.153p.

Entre a Filologia e o Direito: edição e estudo do Direito das Sucessões em dois documentos baianos do século XX

 10.46420/9786588319802cap8

Carla Souza da Cruz^{1*} 

Stéffany Montielly Fontes Freire^{2*} 

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto³ 

INTRODUÇÃO

Manuscritos são textos registrados à mão, com o uso de uma tinta, sob um suporte material. Indo mais longe, os escritos representam a história de um povo em uma dada época, bem como a sua cultura, sua linguagem e seu testemunho, ou seja, a perspectiva do escritor diante daquele contexto. Nesse sentido, a Filologia, através das edições, busca preservar os textos, antes que estejam completamente deteriorados ou esquecidos, por meio de sua restituição.

Desse modo, sobleva afirmar que os textos sofrem modificações conforme sua transmissão, isto é, corrupções sob o material de registro do texto – modificações exógenas – e alterações que emanam do próprio ato de reprodução daquele em um novo suporte material – modificações exógenas (Cabraia, 2005). Nesse passo, a Filologia objetiva restaurar a forma genuína dos textos para que estes possam se perpetuar na nossa sociedade e constituir uma fonte segura para outros estudos (Oliveira; Queiroz, 2020). Em outras palavras, os estudos filológicos nos permitem resgatar o passado e, portanto, atualizar nosso patrimônio linguístico, cultural, social e econômico, visto que todo texto representa uma abundante fonte de conhecimento e informação. Como pondera Cabraia (2005), “Com certeza a contribuição mais evidente e importante da crítica textual é a recuperação do patrimônio cultural escrito de uma dada cultura.”

Para tanto, vale dizer que o filólogo, ao transcrever um texto, encontra certas dificuldades, o que se deve ao fato de que, geralmente, são reproduzidos escritos de épocas pretéritas. Desta forma, para além da dificuldade caligráfica vislumbrada na letra do autor do texto – aliás, o filólogo efetua uma

^{1*} Graduanda do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia. *Currículo Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/2469206580870405>. E-mail: carla.c2916@ufob.edu.br.

^{2*} Graduanda do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia. *Currículo Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/6457537064044160>. E-mail: steffany.f1352@ufob.edu.br.

³ Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, Professora Adjunta de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Oeste da Bahia, Professora-orientadora-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Mato Grosso e pesquisadora do Folium: Grupo de Estudos Interdisciplinares de Linguística, Filologia e História. *Currículo Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/7404362945488444>. E-mail: josenilce.barreto@ufob.edu.br.

verdadeira decodificação, por isso é de suma importância os conhecimentos de Paleografia – a Filologia exige do profissional uma familiarização com a linguagem e com o contexto histórico, social, cultural e econômico da época, haja vista que o sistema ortográfico de um dado período não é o mesmo do atual e o contexto reflete na interpretação e compreensão do texto. Assim sendo, podemos dizer que a Filologia requer uma viagem no tempo, uma vez que, para restituir a forma genuína do texto, é preciso se inserir no universo do manuscrito.

A partir do exposto, propomos, neste capítulo, apresentar uma mostra da edição filológica de dois processos da área cível e, a partir desta, estudar o seu conteúdo com base no Direito das Sucessões. Enfatiza-se que o primeiro processo trata-se de uma ação ordinária de deserdação, composta por 31 fólios, escritos no recto e no verso, entre os anos de 1906 e 1907, e o segundo diz respeito a um instrumento de agravo, no qual as partes recursam sobre a deserdação tratada no primeiro processo. Este segundo documento tem um total de 70 fólios, escritos no recto e verso, no ano de 1919, ambos lavrados na cidade de Feira de Santana - BA.

O CEDOC – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA

O Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC) é um acervo público que se localiza na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). É composto, em sua maioria, por documentos jurídicos da comarca de Feira de Santana e Riachão do Jacuípe, além da Biblioteca de Apoio do CEDOC, Acervo do pesquisador José Luís Pamponet Sampaio, Acervo de História Oral e Acervo de Partituras da Filarmônica 25 de março⁴.

Com o intuito de preservar o patrimônio cultural, linguístico e histórico de um povo, a Arquivística trata da guarda de documentos, a partir dos quais pode-se conhecer as comunidades, até então, deixadas no esquecimento. Desse modo, nas palavras de Oliveira (2007, p. 373), os acervos recebem e protegem documentos, que podem ser utilizados por diversos pesquisadores das variadas áreas do saber.

Nesse sentido, o CEDOC, na busca de maior acessibilidade e da conservação desses documentos históricos, realizou a virtualização do acervo mediante a digitalização de boa parte de seus documentos. Enfatiza-se que a preservação desses documentos possibilita estudos das mais variadas áreas do saber, além de conservá-los, haja vista que o manuseio direto pode causar corrupções exógenas do suporte material do texto, impedindo, assim, sua transmissão genuína.

Ademais, cabe ressaltar que os dois processos cíveis estudados neste capítulo encontram-se no Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC).

⁴ Informações disponíveis em: <http://www.cedoc.uefs.br/nossaHistoria>. Acesso em: 17 jul. 2021.

A APRESENTAÇÃO DO *CORPUS*

O primeiro processo, como já colocado, faz referência a uma ação de deserdação, composta por 31 fólios, escritos no recto e no verso, entre os anos de 1906 e 1907 na cidade de Feira de Santana – BA. Destaca-se que o documento apresenta um bom estado de conservação, apesar de possuir alguns furos e manchas. Convém lembrar que o documento foi escrito, em sua grande maioria, em papel almaço, em letra humanística cursiva, em tinta preta e apresenta alguns fólios amarelados devido à ação do tempo e ao manuseio indevido. Outro aspecto relevante é a presença de vários selos.

Em síntese, consta nos autos do referido processo de deserdação que uma jovem de 20 anos de idade casou-se no dia 10 de abril de 1906, sem a autorização dos seus pais e sem o consentimento do juiz competente. Aponta-se, por isso, que a jovem estaria incurso em um processo de deserdação já que, com base na lei em vigor, uma das causas para a deserdação ocorreria quando o filho, em qualquer idade, se casasse com a filha antes dos vinte e um anos, sem o consentimento dos genitores ou o suprimento pelo juiz competente (Freitas, 2003).

Consta também que, no dia do casório, o cônjuge da citada foi a juízo requerer que os proclamas para a realização do casamento fossem dispensados e que o matrimônio fosse autorizado. Segundo o nubente, o casamento seria de urgência, tendo em vista que ele havia raptado a jovem e, por isso, ele buscava a reparação do seu erro por meio do casamento. Ressalta-se que a decisão judicial julgou procedente o pedido e determinou que o casamento fosse efetuado.

No entanto, os pais da nubente alegaram que o referido requerimento foi feito a um juiz não competente e, por esse fundamento e os demais já expostos, a jovem deveria ser declarada incurso na pena de deserdação. Ademais, acrescentaram que os réus - a jovem e seu marido - deixaram que a ação corresse à revelia, ou seja, não contestaram. Com efeito, o juiz julgou a ação procedente e, portanto, a ré foi considerada deserddada.

A outro giro, o segundo processo trata-se de um Instrumento de Agravo, lavrado no ano de 1919, composto por 70 fólios, escritos no recto e no verso. O processo foi todo escrito a próprio punho, em letra humanística cursiva e de boa legibilidade. Cabe destacar que a maior parte desse documento foi escrita pelo mesmo escrevente, sendo trocado o punho, apenas, nos últimos fólios. O tipo de papel utilizado foi o almaço, de cor clara, entendendo-se que o mesmo adquiriu tons amarelados, por conta de ações do tempo. Entretanto, conta com poucas manchas e marcas, sendo, assim, um documento em ótimo estado de conservação, sem rasgos, apenas furos nas margens, ocasionados pela inserção de uma possível encadernação, para organização do processo. A maior parte do texto segue dentro dos limites das margens, salvo em casos de pequenas observações e enumerações, como os que se encontram nos fólios 9 recto, 12 recto e verso, 13 verso e 14 recto. Além disso, o último fólio contém alguns selos da época, 1919.

Nesse segundo processo, o marido exigia que sua esposa, a mesma filha deserddada no processo anterior, fosse recolocada no rol de herdeiros da sua sogra, que havia falecido em 1918, que, junto com

o seu marido, pai da jovem, havia deserddado a sua filha, agora reclamante nesse processo de instrumento de agravo. Os argumentos utilizados para a deserdação foi a não aprovação da união matrimonial por parte dos pais, entretanto, com a consolidação do Código Civil de 1916, as regulamentações Filipinas, os decretos e a Consolidação de Teixeira de Freitas, perderam sua validade. Deste modo, o instrumento de agravo tornou-se viável, visto que a lei vigente em 1919 era a proposta no Código Civil de 1916, que não mais autorizava a deserdação, por motivo de casamento não aprovado pelos pais.

A partir da alteração legislativa, o pedido foi feito pelo marido da deserddada, que foi analisado em juízo e, em seguida, a reclamante foi inserida entre os demais herdeiros, que receberiam a herança, cujo valor era de duzentos contos de réis (moeda da época), que seriam divididos igualmente entre todos os filhos da inventariada. Percebe-se, ainda, que mesmo sendo uma herdeira legítima, o pedido teve que ser feito pelo seu marido, visto que na época a maioria dos beneficiários era do sexo masculino, no caso das herdeiras o marido entrava como representante legal. O Código Civil de 1916 acompanhava o contexto cultural da época, embora atualmente a sociedade se manifeste de forma diferente, sendo necessário um novo Código, no caso o de 2002. A análise dos Códigos voltados ao Direito Sucessório é feita adiante, de forma que haja um maior entendimento das mudanças legislativas no Direito das Sucessões no Brasil, bem como suas implicações nos processos ora estudados.

SOBRE A ESCOLHA DOS TIPOS, DAS NORMAS E DA APRESENTAÇÃO DAS EDIÇÕES

Sobre a escolha dos tipos de edição

Falar em edição de texto é falar sobre as suas formas de reprodução, isto é, como determinado manuscrito será transposto para outro suporte material. Em outras palavras, a edição, através de suas normas, dita como a transcrição deve se concretizar. Assim, ao se deparar com um escrito, é importante analisar o que se pretende alcançar com aquele texto e porque se está realizando aquela reprodução. Para Cambraia (2005), existem dois critérios que devem ser observados ao se escolher o tipo de edição, “o público-alvo almejado e a existência de edições anteriores”.

Por isso, pensando em um público mais amplo e na ausência de edições anteriores dos documentos, foi realizada a edição semidiplomática com base na edição fac-similar. A primeira consiste na cópia genuína do texto com a realização de algumas modificações que visam facilitar sua leitura e consecutivamente torná-la mais acessível (Cambraia, 2005). Segundo Spina (1977), a edição semidiplomática “[...] representa uma tentativa de melhoramento do texto, com [...] o desdobramento das abreviaturas“. Ressalta-se que toda intervenção deve ser sinalizada. Já a edição fac-similar equivale à imagem do texto através da fotografia, xerox e outros meios mecânicos de reprodução do manuscrito, portanto, corresponde a edição mais fiel do modelo original (Cambraia, 2005). Perceba-se que o fac símile possibilita o contato quase que direto com o manuscrito, haja vista que o grau de mediação é praticamente nulo, isto porque esse tipo de edição consiste na compilação do documento mediante imagem.

Acrescenta-se, por fim, que a edição fac-similar possui um público mais reduzido, uma vez que exige do leitor tempo e conhecimento especializado para que aquele consiga “decodificar” o que está escrito.

Ademais, vale pontuar que optamos por apresentar as edições supracitadas de forma corrida, estando a fac-similar em uma folha e a semidiplomática em outra. Há de se assinalar que essa escolha tem o propósito de possibilitar a inserção do público no mundo da Filologia, uma vez que este poderá realizar, se assim o desejar, comparações entre o fac-símile e a edição semidiplomática.

Sobre as normas de edição

As normas ou critérios de edição constituem parâmetros que ditam como deve ser realizada a transcrição. Nesse sentido e em observância aos princípios colocados por Cambraia (2005), é de suma importância que essas normas atendam à finalidade da edição, que sejam explícitas, coerentes e rigorosamente aplicadas. Para tanto, as normas adotadas para a realização da edição semidiplomática são baseadas em Megale e Toledo Neto (2005) e são utilizadas no Projeto de Pesquisa intitulado *Estudo filológico-linguístico de documentos jurídicos da Bahia do século XX*, implementado desde 2019 e coordenado pela Profa. Dra. Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto, na Universidade Federal do Oeste da Bahia. Assim sendo, foram adotados os seguintes critérios de edição semidiplomática:

1. A transcrição foi conservadora;
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, foram desenvolvidas, marcando-se em itálico as letras omitidas na abreviatura, respeitando, sempre que possível, a grafia do manuscrito;
3. Não foi estabelecida fronteira de palavras que vieram escritas juntas, nem se introduziu hífen ou apóstrofo onde não houvesse;
4. A pontuação original foi rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escrevente foi marcado: [espaço].;
5. A acentuação original foi rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração;
6. Foi respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não foi considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra propiciou a melhor solução;
7. Eventuais erros ou rasuras do escrevente foram mencionados em nota de rodapé, onde se deixou registrada a lição por sua respectiva correção;
8. Inserções do escrevente na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entraram na edição entre os sinais: <↑> para inserção na margem superior, <↓> para inserção na margem inferior, <→> para inserção na margem direita ou <←> para inserção na margem esquerda, na localização indicada;
9. Supressões ou correções feitas pelo escrevente no original foram inseridas entre colchetes, tachadas e mencionadas em nota de rodapé;

10. Intervenções do editor foram raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem à dúvida. Quando ocorrerem devem vir entre colchetes;
11. Letra, palavra ou trecho ilegível por deterioração do suporte material justificaram a intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes [ilegível], [rasgado] ou [manchado];
12. Trecho de maior extensão não legível por deterioração recebeu a indicação [corroídas/rasgadas ou manchadas + ou – “x” linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, foi registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada. Exemplo: [trecho riscado], [trecho anulado por papel colado em cima];
13. A disposição gráfica do texto foi preservada, no máximo possível, na edição semidiplomática, o que quer dizer que as linhas e a paragrafação do texto original foram mantidas. A mudança de fôlio recebeu a marcação com o respectivo número na sequência de duas barras verticais: ||f. 1r. ||, ||f. 2r. || etc., indicada à direita da página e à esquerda do leitor;
14. Na edição semidiplomática, as linhas foram numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração é encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Foi feita de forma contínua, por documento, e foi contada a partir do início da mancha escrita ou de sinais muitos particulares do escrevente até o final da mancha escrita do respectivo documento;
15. As assinaturas simples ou as abreviadas do punho de quem assina foram sublinhadas. No caso das abreviadas, estas foram desdobradas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, com exceção dos casos em que não foi possível o seu desdobramento por conta do seu total desconhecimento ou ilegibilidade. Neste caso, sinalizamos apenas a existência de tal assinatura;
16. Palavra ou trecho ilegível por conta da caligrafia dos escreventes justificaram intervenção do editor, com a indicação de colchetes com reticências para sinalizar leitura não identificada. No caso de trecho com duas ou mais linhas ilegíveis, a indicação disso veio entre colchetes com reticências acompanhado da expressão + 2 linhas ilegíveis.

Sobre a apresentação das edições fac-similar e semidiplomática

Diante do exposto, apresentamos, a seguir, as edições fac-similar e semidiplomática, respectivamente, de um dos fôlios de cada documento:

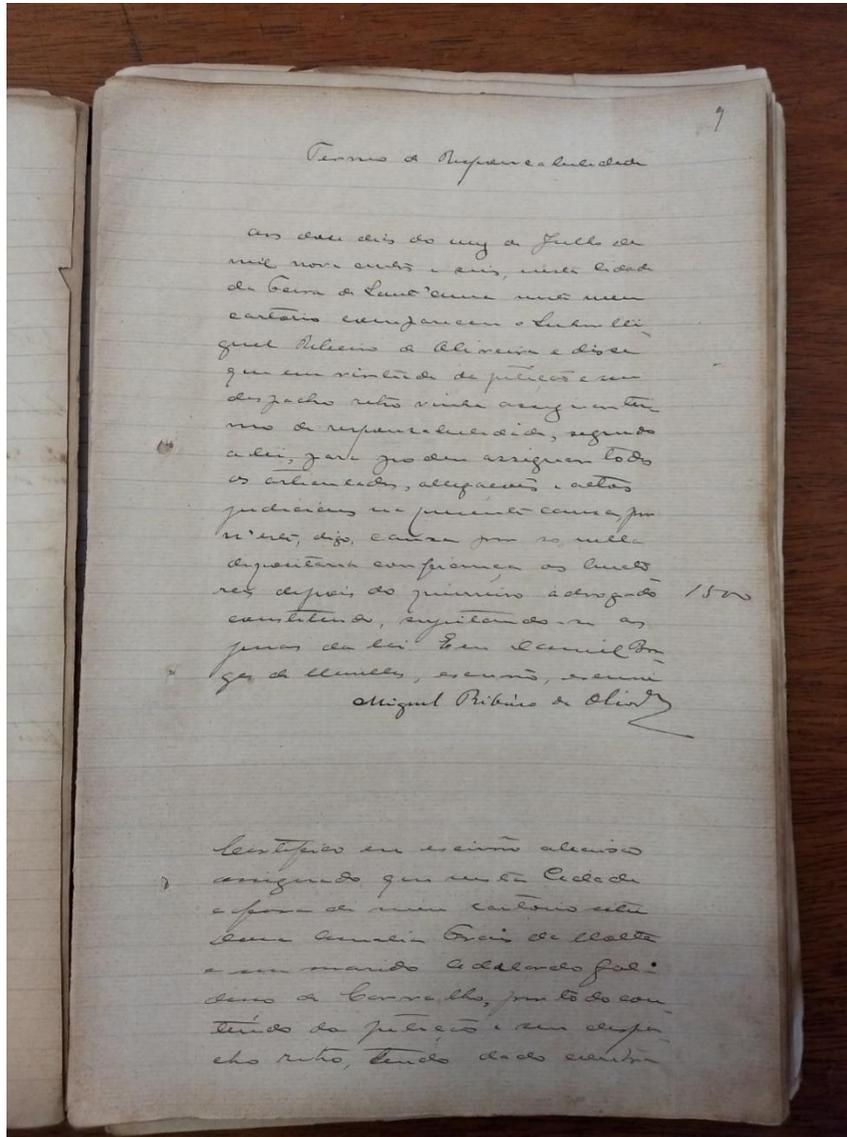


Figura 1. Fólio 9r da Ação de deserdação. Fonte: Acervo do CEDOC/UEFS. Fotografia. Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto.

Tabela 1. Edição semidiplomática do fólio 9r da ação de deserdação. Realização: Carla Souza da Cruz.

	f. 9r.	Termo de Responsabilidade
370		
		Aos dose dias do mez de Julho de
		mil novecentos e seis, nesta cidade
375		da Feira de Sant'Anna neste meu
		cartorio compareceu o Senhor Mi-
		guel Ribeiro de Oliveira e disse
		que em virtude da petição e seu
		despacho retro vinha assignar ter-
380		mo de responsabilidade, segundo
		a lei, para poder assignar todos
		os articulados, allegações e actos
		judiciaes na presente causa, por
		n'este, digo, causa por so nella
		depositaria confiança os Aucto-
385		res depois do primeiro advogado 1500
		constituído, sujeitando-se as
		penas da lei. Eu Daniel Bor-
		ges de Meirelles, escrivão, escrevi.
		<u>Miguel Ribeiro de Oliveira</u>
390		
		Certifico eu escrivão abaixo
395		assignado que nesta cidade
		e fora do meu cartorio citei
		Dona Amalia Fróes da Motta
		e seu marido Adelardo Gal-
		dino de Carvalho, por todo con-
400		teúdo da petição e seu despa-

cho retro, tendo dado contra

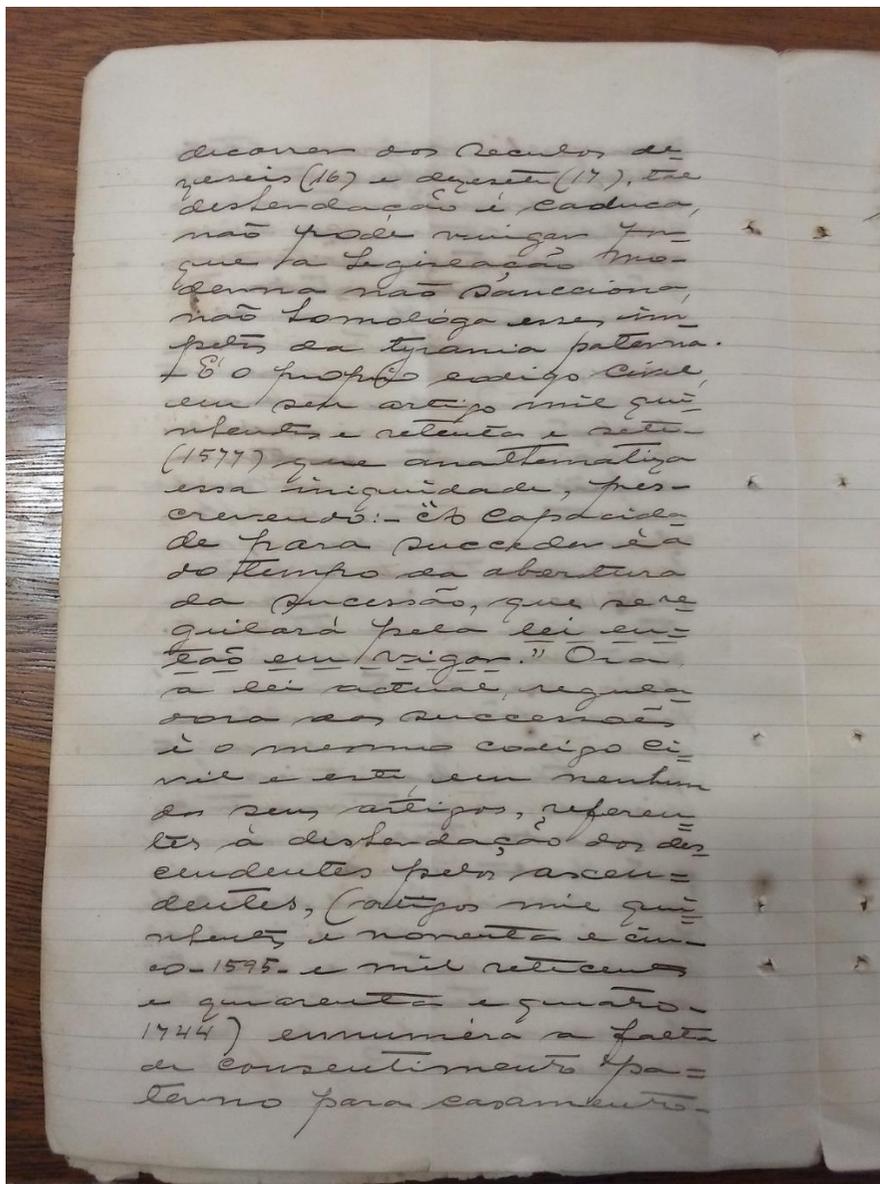


Figura 2. Fólio 5v da ação de Instrumento de Agravo. Fonte: Acervo do CEDOC/UFES. Fotografia. Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto.

Tabela 2. Edição semidiplomática do fólio 5v da ação de Instrumento de Agravo. Realização: Stéffany Montielly Fontes Freire.

	f. 5v. decorrer dos seculos de-
	zeseis (16) e dezeseite (17), tal
	desherdção é caduca,
300	não pode vingar por-
	que a Legislação Mo-
	derna não sanciona,
	não homologa esses im-
	petos da tyrania paterna.
305	_ É o proprio codigo civil
	em seu artigo mil qui-
	nhentos e setenta e sete
	(1577) que anathematiza
	essa iniquidade, pres-
310	crevendo; - "A capacida-
	de para succeder é a
	do tempo da abertura
	da successão, que se re-
	gulará pela lei en-
315	<u>ção em vigor.</u> " Ora,
	a lei actual regula-
	dora das successões
	é o mesmo codigo ci-
320	vil e este em nenhum
	dos seus artigos, referen-
	tes à desherdção dos des-
	cedentes pelos ascen-
	dentes, (artigo mil qui-
325	nhentos e noventa e cin-
	co _ 1595 _ e mil setecentos
	e quarenta e quatro -
	1744) ennumera a falta
	de consentimento pa-
	terno para casamento _

O DIREITO DAS SUCESSÕES NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES NOS DOIS PROCESSOS CÍVEIS ESTUDADOS

O primeiro Código Civil oficialmente brasileiro foi sendo formado e editado durante anos, até finalmente ser oficializado em 1916. Assim, enquanto este não entrava em vigor, o que se valiam no território brasileiro eram as leis constitucionais, da Constituição de 1824, e aplicação das Ordenações Filipinas de 1603, composta por regulamentos, alvarás, decretos e resoluções promulgadas pelos reis de Portugal e vigentes à época da Independência.

À luz do exposto, é mister pontuar o caos legislativo que representava a época em que os documentos ora estudados foram produzidos, marcada por numerosas leis extravagantes. Acrescenta-se ainda que a Constituição de 1824 acarretou em uma completa confusão, tendo em vista que contrariava algumas disposições das Ordenações Filipinas (Wald, 2004).

Nesse passo, segundo Amaral Neto (1983), em 1855, o governo do Império brasileiro contratou Augusto Teixeira de Freitas, advogado, baiano, para “a) classificar a legislação existente, portuguesa e brasileira, revogada ou vigente, por ordem cronológica e observada a divisão em pública e privada e; b) consolidar a legislação civil brasileira.”. Ressalta-se que o trabalho de Augusto Teixeira de Freitas teve como resultado a Consolidação das Leis Cíveis de Teixeira de Freitas, composta por 1.333 artigos, que vigoraram até o dia 1º de janeiro de 1917, quando entrou em vigor o Código Civil Brasileiro de 1916 (Wald, 2004).

Nessa linha de intelecção, é importante discorrer acerca do Direito das Sucessões, matéria do Direito Civil, que dispõe sobre a substituição do sujeito da relação jurídica patrimonial em razão do óbito do seu titular (Farias et al., 2017). Frise-se que as ações jurídicas referentes a esse estudo estão fundamentadas nesse campo do Direito Civil, mais especificamente no instituto da deserdação, entendida como:

[...] o ato privativo do autor da herança, por declaração expressa de vontade, através de testamento, que exclui da sua sucessão um herdeiro necessário (descendentes, ascendentes ou cônjuge, na forma do art. 1.845 do Codex), por conta de um ato repugnante que lhe ultrajou, posteriormente confirmado pelo juiz (Farias et al., 2017).

Ademais, cabe pontuar que o primeiro processo apontado neste texto foi julgado em 1906 a 1907, antes da efetivação do Código Civil Brasileiro de 1916 e, por esse motivo, todo o trâmite legal do processo seguiu a Consolidação das Leis Cíveis de Teixeira de Freitas. De acordo com essa codificação, caso a filha se casasse sem a autorização dos pais ou do juiz competente, antes dos 21 anos, ela poderia ser deserddada. Diz o art. 1016, § 9º, da Consolidação das Leis Cíveis de Teixeira de Freitas (2003)⁵:

Art. 1016. São causas legítimas para deserddação dos descendentes por ascendentes: (Art. 982: [...] § 9º. Se o filho-famílias em qualquer idade, e a filha-famílias antes dos vinte e um annos,

⁵ Esta consolidação é de 1858, extraída de um fac-símile de 2003, disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496206>. Acesso em: 5 jul. 2021.

casarem sem o consentimento dos pais, ou supprimento deste pelo Juiz na forma do Art. 105 (Freitas, 2003).

Por outro lado, o segundo processo apresentado correu no ano de 1919, três anos após a oficialização do Código Civil de 1916, mudando, dessa forma, algumas regulamentações sobre os Direitos das Sucessões. No Código Civil de 1916, situações como casamento não aprovado pelos pais não configurava motivo para deserdação, tornando assim legítima a entrada do processo de instrumento de agravo.

De forma geral, no Direito Sucessório de 1916, a ordem da vocação hereditária pelo art. 1.603 do Código Civil de 1916 considerava à sucessão legítima primeiro os descendentes e após eles os ascendentes. Já no nosso atual Código Civil, o de 2002, a ordem hereditária foi levemente alterada. Primeiro os descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; e após eles aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge.

Ambos os códigos não permitem a deserdação por não consentimento dos pais ao matrimônio, dos herdeiros, uma vez que esse motivo é considerado, atualmente, como fútil ou irrelevante para o Direito Sucessório. Assim, a deserdação é uma espécie de castigo a uma conduta contra o autor da herança, haja vista que considerar um casamento como ato alvo de castigo é desrespeitoso e, atualmente, impróprio (Farias et al., 2017).

Entendemos que o fundamento da deserdação é exatamente o mesmo da indignidade: punir quem se comporta de forma ignóbil contra o autor da herança, impedindo que, após a prática de um ato desagregador da família e desrespeitoso à dignidade do titular ainda venha o agente a se beneficiar do patrimônio transmitido. É o combate a um desvalor, impedindo que alguém se beneficie da própria torpeza (Farias et al., 2017).

Nesse passo, é importante frisar que ambos os códigos, os de 1916 e 2002, sob a égide de olhares humanistas, não são completamente coerentes com a visão cidadã da atual constituição, uma vez que o de 1916 é anterior à Constituição de 1988 e o atual código, 2002, foi um projeto de lei de 1987, também anterior à Constituição, que só foi levado a votação em 2001, e devido à demora e à necessidade de um novo código, ele foi pouco editado e foi oficializado da forma que estava em 2002, entrando em vigência em 2003.

Por esse motivo, atualmente, ouve-se falar de forma marcante sobre a constitucionalização do Direito Civil, visto que seu projeto é anterior à Carta Magna, como forma de analisar e exercer o Código Civil sob a ótica da Constituição Federal. Além disso, vale ressaltar que ambos os Códigos Cíveis (1916 e 2002), do nosso país, demoraram anos para serem finalizados e oficializados, consequência disso são os percalços ocorridos durante as transições, como, por exemplo, os dois casos supracitados, nos quais o Direito Sucessório não tinha um trâmite legal oficializado, desencadeando mais de um processo judicial

sobre um mesmo caso, deixando o sistema judicial mais lento e tornando ambas as partes vítimas do próprio procedimento jurídico .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das análises apresentadas neste trabalho, ficou ainda mais perceptível a importância de alguns estudos como fonte de pesquisa e ponto de partida, entre os quais os filológicos. Foi a partir da Filologia Textual que existiu a possibilidade de um estudo mais aprofundado da História do Direito das Sucessões no Brasil e suas implicações nos processos aqui estudados, e também dos contextos culturais vividos pelas partes envolvidas em cada um dos documentos analisados.

Por conta disso, chega-se à constatação de que a Filologia se tornou, para este estudo, o principal ponto de partida, meio e finalização. Como estudantes do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia, entendemos como as leis e os processos tramitaram no início do século XX, a partir dos documentos estudados, sem os quais não teríamos, até este momento, o conhecimento da História e da aplicação do Direito das Sucessões no referido período histórico, que acompanhou as modificações legislativas.

Ao realizar as edições, fac-similar e semidiplomática, também conhecemos termos jurídicos da época, que formaram uma base indispensável para um estudo completo de processos judiciais da esfera cível daquele período e da prática filológica, tão importante para a preparação de edições confiáveis para estudos variados. Ademais, foi a partir da Filologia que surgiu o interesse e a possibilidade de estudar, em conjunto, o Direito e a sua linguagem, a partir da qual ficaram evidentes questões sociais, como o patriarcado presente nos dois processos analisados, diretamente relacionadas às leis utilizadas no início do século XX no Brasil e em Feira de Santana-BA.

Dessa forma, estudar a História do Direito das Sucessões, a partir de processos cíveis, armazenados no CEDOC-UEFS e disponíveis para estudos, tem tornado as nossas pesquisas, ainda em andamento e a nível de Iniciação Científica, “mais palpáveis” e relacionadas com a nossa formação, ainda em andamento, a partir da qual desejamos continuar perscrutando documentos jurídicos, produzidos na Bahia de épocas pretéritas, a fim de melhorarmos a formação acadêmico-profissional que almejamos ter. Ademais, é importante atenuar que estudar o passado é uma das maiores ferramentas para entendermos o nosso presente e nos educarmos para um futuro evolutivo, e consciente da História do Direito na formação das civilizações, sejam estas passadas, presentes e/ou futuras.

REFERÊNCIAS

Amaral Neto F (1983). A Técnica Jurídica na Obra de Freitas. A Criação da Dogmática Civil Brasileira.

Augusto Teixeira de Freitas e Il Diritto Latinoamericano. Roma: Cedam Padova. 170p.

Cambraia CN (2005). Introdução à crítica textual. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes. 216p.

- Farias, C et al. (2017). Curso de Direito Civil: sucessões. 3. ed. Salvador: Ed. JusPodivm. 607p.
- Freitas A (2003). Consolidação das leis civis. ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.
- Megale H; Toledo Neto SA (2005) (Orgs.). Por minha letra e sinal documentos do ouro do século XVII. Cotia, SP: Ateliê Editorial; FAPESP.
- Oliveira A (2007). Arquivística literária: notas de memória e perspectiva. Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas, Porto Alegre, 8: 372-382.
- Oliveira EP; Queiroz RCR (2020). Pelos caminhos dos documentos: edições e estudo grafemático de um testamento de 1909. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS*, 9., 2018. Salvador, Anais... Salvador: Memória & Arte, 2020. p. 188-200.
- Spina S (1977). Introdução à edótica. 2. ed. São Paulo: Ars Poetica/Editora da Universidade de São Paulo, 153p.
- Wald A (2004). A obra de Teixeira de Freitas e o Direito Latino-Americano. Brasília: Revista de Informação Legislativa, Brasília 41(163): 249-260.

ÍNDICE REMISSIVO

A

abreviaturas, 7, 20, 27, 28, 35, 42, 43, 47, 48, 49,
54, 55, 62, 93, 99, 102, 111, 118, 125, 126
Ação Ordinária de Deserdação, 123
Análise Filológica, 58
Antônio Rolim de Moura, 60
anúncios de jornais, 6, 110, 113, 120
Arquivo Público de Mato Grosso, 33, 41, 60,
63, 64, 65, 66, 69, 73
Auto de Fundação da Fortaleza do Real Forte
Príncipe da Beira, 5, 14, 17, 19, 25, 26, 27, 30

B

bens dos soldados falecidos, 5, 46

C

Capitania de Mato Grosso, 5, 17, 18, 19, 25, 30,
32, 41, 45, 46, 57, 58, 61, 62, 69, 70, 73, 74
carta manuscrita, 5, 46
Centro de Documentação e Pesquisa, 123
Codicologia, 5, 6, 14, 16, 30, 34, 41, 96
colônia japonesa, 6, 77, 78, 80, 81, 83, 88
Cuiabá, 31, 33, 40, 41, 45, 58, 59, 62, 74, 75,
113, 121

D

Diplomática, 5, 25, 47, 62, 92, 121
Direito das Sucessões, 7, 122, 123, 125, 131,
133
documento, 5, 6, 14, 16, 17, 20, 24, 25, 26, 27,
28, 29, 30, 33, 35, 41, 46, 47, 48, 49, 50, 57,
58, 60, 61, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 78,
79, 80, 82, 92, 94, 96, 98, 111, 114, 123, 124,
126, 127
documentos baianos, 7, 122

E

edição fac-similar, 7, 14, 47, 64, 74, 77, 82, 88,
92, 96, 114, 120, 125
edição semidiplomática, 14, 20, 33, 34, 35, 43,
44, 49, 61, 62, 63, 67, 70, 93, 96, 125, 126,
127
ensino de enfermagem, 112
Estudo Filológico, 5, 6, 58, 126

F

fac-símile, 27, 63, 78, 82, 88, 93, 96, 99, 126,
131
Filologia, 5, 6, 7, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 30, 31,
33, 34, 44, 45, 47, 58, 62, 77, 79, 88, 89, 90,
96, 108, 110, 111, 118, 119, 121, 122, 123,
126, 133

G

grafemas, 103, 104

H

história, 5, 14, 17, 30, 31, 35, 45, 46, 49, 59, 62,
74, 75, 79, 85, 86, 89, 93, 110, 120, 121, 123,
133

I

Instrumento de Agravo, 124, 130

J

Jornal *Diário da noite*, 6, 77, 78

L

Leitura crítico-filológica-discursiva, 6, 77
Luiz Pinto de Souza Coutinho, 60, 63, 64

M

manuscrito, 5, 14, 16, 20, 24, 25, 27, 32, 35, 40,
41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 52, 54, 57, 58, 60,
61, 62, 63, 64, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 92, 96,
102, 114, 123, 125, 126
María Rosa Oliver, 6, 91, 92, 94, 95, 96, 103,
106, 107, 108
Mato Grosso, 4, 5, 6, 14, 17, 18, 19, 21, 22, 23,
24, 26, 31, 32, 33, 37, 39, 40, 42, 44, 46, 48,
58, 59, 60, 61, 62, 63, 70, 71, 72, 74, 75, 77,
91, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 120, 121

N

nomes de pessoas, 6, 61, 74
normas de edição, 6, 33, 58

O

ortografia, 52, 118, 120

P

Paleografia, 5, 14, 16, 17, 30, 31, 34, 40, 111, 123

preconceito, 6, 78, 79, 82, 85, 87, 88

primeira Escola de Auxiliar de Enfermagem, 6, 110, 120

pseudoetimológico, 52

Q

quilombo, 70

R

Regimentos, 6, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73

Rio

Galera, 72

Guaporé, 18, 19, 72

Paraguai, 19

rios e lugares, 6, 61, 74

S

século

XVIII, 5, 6, 14, 18, 29, 31, 32, 33, 34, 42, 44, 46, 52, 58, 59, 61, 62, 72, 73, 74, 93

XX, 6, 7, 78, 79, 85, 93, 112, 122, 126, 133

Shindo Renmei, 77, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 88

T

tomadias, 60, 67, 72

transcrição, 19, 20, 27, 35, 49, 62, 63, 74, 93, 102, 109, 114, 125, 126

V

Vila Bela da Santíssima Trindade, 26, 57, 60, 61, 62, 69, 70, 72, 74, 75

Vinícius de Moraes, 6, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 103, 106, 107, 108

violência, 6, 77, 78, 79, 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90

SOBRE AS ORGANIZADORAS



  **Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto**

Doutora em Filologia e Língua Portuguesa (2020), pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (USP), Mestra em Estudos Linguísticos (2014), pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (UEFS), Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (2013), pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci (UNIASSELVI) e Graduada em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas (2011), pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Atualmente é Professora Adjunta de Língua Portuguesa do Centro das Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOP), onde é Coordenadora do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e dos Projetos de Pesquisa *Edição filológica do patrimônio documental do Oeste da Bahia* e *Estudo filológico-linguístico de documentos jurídicos da Bahia do século XX*. É Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), onde tem orientado pesquisas no âmbito dos estudos filológicos e linguísticos. É Pesquisadora do *Folium* - Grupo de

Estudos Interdisciplinares de Linguística, Filologia e História; Membro do conselho editorial e revisora de trabalhos da *Graduando: entre o ser e o saber: revista acadêmica da Graduação em Letras* e da *Discentis: Revista Científica da Universidade do Estado da Bahia - Campus XVI*, bem como sócia efetiva da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste (GELNE). Além disso, tem desenvolvido pesquisas e publicado artigos, capítulos de livros, orientações de iniciação científica e de mestrado, que se alinham com a área de concentração em Estudos Linguísticos, mais especificamente com a linha de pesquisa 3 – História, descrição, análise e documentação de línguas faladas no Brasil, pertencente ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: josenilce.barreto@ufob.edu.br.

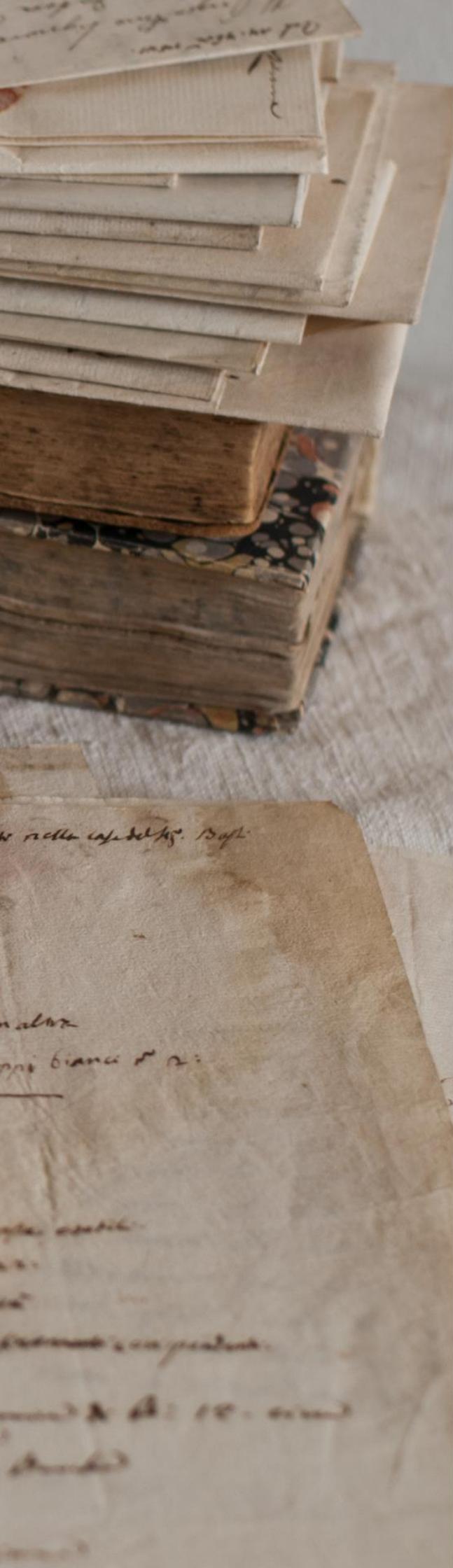


  **Carolina Akie Ochiai Seixas Lima**

Doutora em História (2018), pelo Programa de Pós-graduação em História (UFMT), Mestre em Estudos de Linguagem (2007), pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem (UFMT) e Graduada em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas (1999), pela Universidade Federal de Mato Grosso. Após conclusão do mestrado, em 2007, foi aprovada no Concurso Público para a carreira do Magistério Superior da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Cuiabá. Como docente desta IES, atualmente, ministra as disciplinas de Latim e Filologia Românica. Foi coordenadora do Curso de Letras, entre 2009 e 2012. Coordenou o Projeto de Extensão - Latim I e Latim II e orientou graduandos no Projeto - Tutoria em Língua Portuguesa e no Projeto - Monitoria em Latim. Publicou em 2012 a obra “Guia de Estudos Latinos - Língua Dux Pedis - vol. 1” (EdUFMT) e em 2016 a obra “Guia de Estudos Latinos - Docendo Discimus - vol. 2” (EdUFMT), resultado do trabalho de Monitoria em Latim que faz parte do Programa Institucional da PROEG/UFMT. Ainda, coordenou por 3 anos a Revista Acadêmica

(impresa) “Borboletas”, resultado do Projeto de Extensão da UFMT. Foi editora-chefe, durante os anos

de 2018 a 2020, do Periódico Científico Polifonia pertencente ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem (UFMT) do qual, atualmente, é coordenadora. É líder do Grupo de Pesquisa “FOLIUM”, criado em 2019. Em 2020, publicou a obra “Um Apocalipse para o Rei” (Ed. Appris), resultante da pesquisa desenvolvida durante o doutorado em História. Tem publicado artigos e capítulos de livro nas áreas da Filologia e da História. Como docente permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem (UFMT) tem orientado pesquisas no âmbito dos Estudos Filológicos e Linguísticos, e, também tem coorientado trabalhos de doutorado, na área dos Estudos Linguísticos. Todos os trabalhos desenvolvidos, artigos, capítulos de livro, orientações de iniciação científica, mestrado e doutorado têm aderência com a área de concentração em Estudos Linguísticos e com a linha de pesquisa 3 – História, descrição, análise e documentação de línguas faladas no Brasil, pertencente ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: carolina.lima@ufmt.br.



ISBN 978-658831980-2



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br